

Universidade de Évora

Departamento de História

O ambiente museológico em Tavira no Estado Novo

Memória, Propaganda e Turismo

Marco António Gonçalves Lopes

Setembro de 2005

*(Esta dissertação não inclui as anotações
e sugestões feitas pelo fim!)*

Universidade de Évora

Departamento de História

Curso: Mestrado em Museologia

Orientador: Prof. Doutor João Carlos Pires
Brigola

O ambiente museológico em Tavira no Estado Novo

Memória, Propaganda e Turismo



156 951

Marco António Gonçalves Lopes

Setembro de 2005

(Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri)

Este trabalho que agora se dá a conhecer teve em cena vários protagonistas, incansáveis personagens que deram - dentro do que podiam e sabiam - importantes contributos, sem os quais este projecto seria ainda mais árduo e dificilmente finalizado. A todos os que passo a citar os meus sinceros agradecimentos.

- Ao Prof. Doutor João Carlos Brigola, por ter aceite prontamente o desafio de orientar este trabalho, pela amizade e confiança, por ter sido quando precisava a voz critica, conselheira e disciplinadora deste trabalho;
- À Câmara Municipal de Tavira, em particular ao Dr. Carlos Toscano, chefe da Divisão de Património e Reabilitação Urbana, por ter demonstrado sensibilidade a este projecto de investigação e por ter concedido favoráveis condições à sua preparação e elaboração;
- À Dr.^a Isabel Salvado, ao António Monteiro, ao Óscar Caeiro e ao Sr. Adalberto, equipa do Arquivo Histórico Municipal de Tavira, sempre disponível, prestável e carinhosa, a eles que pacientemente me atenderam, muito do que este trabalho pela primeira vez revela se deve;
- À Dr.^a Paula Ferreira, à D. Helena, à Maria João, e à Rita, equipa da Biblioteca Municipal de Tavira, por terem oferecido dedicadamente sempre que era pedido as fontes de informação que viriam a desvendar importantes descobertas sobre o objecto de estudo;
- À Divisão de Arquivo do Ministério da Educação, pelo modo breve como atenderam os pedidos relativos à documentação que estava a ser alvo de investigação;
- À Santa Casa da Misericórdia de Tavira, principalmente o seu Provedor, Sr. Romana Martins, por ter facilitado a consulta do Arquivo Histórico;
- Aos senhores Salvé-Rainha e Délio Lopes, representantes da Ordem Terceira do Carmo, e ao Sr. João Cavaco, representante da Ordem Terceira de São Francisco, por terem aberto as portas dos respectivos arquivos;
- Ao Dr. António Carrilho, conservador do Museu Dr. José Formosinho em Lagos, por ter fornecido

documentação essencial para a compreensão da história dessa instituição museológica, bem como por ter estado associado à cobertura fotográfica das salas de exposição desse museu;

- Ao Sr. Ofir Chagas e ao Capitão Anica, ilustres investigadores, testemunhas dos anos em que o museu municipal ainda estava aberto, por terem recordado e dado pistas sobre esse projecto museológico;

- Ao Paulo Lourenço, à Susana Paté, ao Daniel Santana e à Sandra Cavaco, por terem dispensado o seu tempo em colaborações decisivas na composição deste trabalho;

- Ao Paulo Correia, à Elisabete Lourenço, à Teresa Barros e ao Hélder Oliveira, por terem prestado uma extraordinária ajuda na fotografia, concepção gráfica e acabamento deste trabalho, que sem querer ser ousado, recebe um ar mais informal e apelativo;

- Aos meus pais e irmã, Emídio Lopes, Rosa Maria e Heloisa Lopes, figuras centrais deste trabalho, graças a eles o desânimo e o esgotamento moral e intelectual nunca venceram. A eles, em particular à minha mãe, fico-lhes eternamente grato;

- À Cristina, parceira de vida e de tantos outros projectos, a principal sacrificada neste trabalho, por ela valeu a pena tanto esforço.

A museologia está intimamente ligada à cultura e ao património histórico, uma relação que a transforma naturalmente num importante agente de promoção e interpretação do passado, das memórias e das tradições. Aproveitar-se-á disso mesmo o Estado Novo que começa a olhar os museus e as exposições como significativos aliados na propaganda dos seus ideais culturais.

Esse fim propagandístico que as instâncias governamentais determinam às colecções artísticas observa-se no percurso museológico em Tavira nos anos em que o regime do Estado Novo vigora e que neste trabalho damos conta: na valorização das raízes e dos costumes regionais e locais, na propagação à escala local do discurso político e cultural do poder central, e na programação da oferta turística que a cidade disponibiliza.

The museological environment in Tavira in the *Estado Novo*: Memory, Propaganda and Tourism

Museology is intimately connected to culture and historical heritage, a relationship that, naturally, transforms it into an important agent for the promotion and interpretation of the past's memories and traditions. The *Estado Novo* took this into consideration and utilized this systematic accessioning and began to consider how museums and their expositions could be significant allies in the propaganda of cultural ideals.

This propagandistic intent that the government institutions dictated over the collections is observed in the museum policies and practices that were implemented and invigorated during the regime of the *Estado Novo* in Tavira. It is this phase in the national museum practices that will be dealt with in this work: the valuation of the roots of regional and local customs, in the propagation of cultural and political speech and of the central power on a local scale as well as the tourism's agenda for the city.

Introdução	p. 1
Capítulo 1: Tavira nos princípios do Estado Novo: a vida na cidade e a fachada sócio-cultural nacional	p. 6
Capítulo 2: O programa cultural e a intervenção no património histórico à escala local: reflexos da "Política do Espírito" em Tavira	p. 16
2.1. O regionalismo	p. 17
2.2. O executivo municipal da era Isidoro Pires e a obra regionalista do Estado Novo: o caso do programa cultural de Tavira.....	p. 24
2.3. O roteiro turístico do Centro Histórico de Tavira	p. 27
2.4. As obras do regime	p. 33
Capítulo 3: Organização e Formação do Museu Municipal de Tavira (1937-1940)	p. 43
3.1. As comemorações regionais dos centenários e a museologia ao serviço da propaganda político-ideológica	p. 44
3.2. A criação do Museu Municipal de Tavira: o programa museológico e o edifício	p. 53
3.3. As colecções e a museografia	p. 68
3.4. Isidoro Pires e Ramos Passos: os estrategas da reanimação cultural e valorização turística de Tavira	p. 76
Capítulo 4: De Museu Municipal de Tavira a Museu da Cidade: A cidade, o museu e o turismo	p. 82
4.1. Os apáticos anos 40 e a Doação da Casa António Cabreira	p. 83

4.2. As exposições e os estudos do património artístico e histórico tavirense	
.....	p. 90
4.3. A replanificação museológica e o estado do turismo em Tavira	p. 98
4.4. O imaginado Museu da Cidade: os últimos anos	p. 110
Considerações Finais.....	p. 120
Fontes e Obras Consultadas.....	p. 126

Figura 1.

Tavira nos anos 50. A Praça da República p. 7

Figura 2.

Actual rua D. Marcelino Franco (antiga Corredoura). Finais dos anos 50, princípios dos anos 60..... p. 27

Figura 3.

Fachada principal da Igreja da Misericórdia..... p. 29

Figura 4

Muralhas do castelo de Tavira p. 32

Figura 5

Fachada principal da Igreja de Santa Maria do Castelo..... p. 32

Figura 6

Acto comemorativo no interior do castelo de Tavira..... p. 35

Figura 7

Monumento inaugurado em 1940 a propósito dos centenários na região em homenagem ao bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar p. 49

Figura 8

Suporte museográfico na sala do período romano no Museu Regional de Lagos p. 64

Figura 9

Disposição das colecções de epigrafia e de azulejaria no Museu Regional de Lagos..... p. 65

Figura 10

Moeda portuguesa. Real de D. Afonso V. Séc. XV..... p. 70

Figura 11

Moeda romana. Sestércio de Septímio Severo. Séc. II-III d.C. p. 70

Figura 12

Prato. Nacional e Real Hospital do Espírito Santo. Fábrica de Sacavém. Século XIX.....p. 71

Figura 13

Pedra tumular de Henrique Nunes Leal da Gama e herdeiros. Jardim de São Francisco..... p. 72

Figura 14

Coroa. Séc. XVIII. Jardim de São Francisco..... p. 72

Figura 15

Isidoro Manuel Pires..... p. 76

Figura 16

José Raimundo Ramos Passos p. 77

Figura 17

Antiga casa António Cabreira. Actual Arquivo Histórico Municipal de Tavira p. 87

Figura 18

Edifício da Casa do Povo da Conceição de Tavira p. 89

Figura 19

Aspecto da Exposição de arte sacra na igreja do Carmo em 1950..... p. 96

Figura 20

Busto de Isidoro Pires. Jardim Público p. 100

Figura 21

Edifício dos Paços do Concelho e o Posto de Turismo. Anos 60..... p. 104

Figura 22

Perspectiva geral do Jardim de São Francisco e da disposição das colecções das pedras tumulares e brasonadas.....p. 108

Figura 23

Aspecto de uma palestra na antiga sala da Biblioteca. Anos 50/60.....p. 111

Gráfico 1

Quantificação das verbas efectuadas no Museu Municipal de Tavira e Biblioteca entre 1937 e 1940.....p. 54

Gráfico 2

Evolução da afluência dos públicos masculino e feminino ao Museu Municipal de Tavira entre 1946 e 1960.....p. 87

Gráfico 3

Evolução das despesas das rubricas gerais do Museu e Biblioteca entre 1941 e 1963.....p. 92

Gráfico 4

Evolução da afluência dos públicos masculino e feminino ao Museu Municipal de Tavira entre 1961 e 1978.....p. 106

*À minha avó
Alice Lopes*



Introdução

Introdução

Quando tomamos a calçada que separa o largo da Misericórdia do Palácio da Galeria a meio caminho deparamo-nos com um edifício antigo e desgastado. Trata-se da antiga morada do Museu Municipal, a Casa da Administração como a Misericórdia fazia questão de lhe chamar. Não se sabia demasiado até agora sobre ele nem sobre os objectos que expunha. Descobrimos que uns quantos tinham sido deslocados para o Cofre Municipal, outros estão no Jardim de São Francisco, e muitos tinham tornado aos seus proprietários.

Impunha-se reconstituir os momentos iniciais daquele espaço museológico. Acima de tudo para se ficar a conhecer mais sobre a história da cidade. Dispúnhamos de notícias dispersas e sem aparente ligação acerca do Museu Municipal. Estavam encontrados os primeiros indícios sobre a memória histórica daquele antigo projecto museológico. O interesse ligado à museologia, à história local, sobretudo ao período do Estado Novo, e o estímulo do inédito que este tema constitui fez o resto. Mais a faceta académica, que está indubitavelmente patente neste trabalho, em particular, na apresentação de uma perspectiva abrangente da noção de património cultural. Isso é sugerido nos capítulos iniciais quando se procura dar um olhar vasto sobre as atitudes de preservação e valorização de bens culturais localizados em Tavira sem perder de vista o museu municipal como principal objecto. Hoje o Museu Municipal de Tavira dá os primeiros passos rumo à sua integração no actual panorama museológico nacional com o objectivo principal de obter o reconhecimento enquanto entidade museológica, equipamento cultural e educativo de qualidade.

No passado, desconhecido de muitos, memória vaga de outros, o Museu Municipal também esteve inscrito nas directrizes museológicas nacionais, na altura com intenções bem distintas. Não se restringiu apenas à constituição de um museu o ambiente museológico em Tavira durante o Estado Novo. Dele também fazem parte algumas exposições temporárias de arte sacra, um museu etnográfico da Casa do Povo da Conceição de Tavira, e alguns projectos, não concretizados, que se esboçaram a partir de um programa diversificado de ofertas turísticas iniciado durante a década de

sessenta.

A bem dizer, ainda que de uma maneira abrangente, são os projectos que acabamos de referir aqueles que assumem o quadro museológico em Tavira durante o regime salazarista, tema aqui em apreço. Como em outras localidades do território nacional, Tavira, não estranha a influência do Estado Novo na fase de maior força de exibição do seu programa cultural e político. Numa região marcada pela escassa presença de equipamentos culturais, nomeadamente os museus, a cidade de Tavira começa a observar rapidamente um cenário absolutamente diferente. É criado um espaço museológico ao mesmo tempo que se inaugura na Misericórdia uma biblioteca. Restaura-se o Castelo e classificam-se alguns monumentos. Acreditava o regime salazarista que a sua sobrevivência poderia estar dependente do sucesso da transmissão dos seus ideais que simbolicamente se faziam manifestar, de entre várias formas, pela conservação e divulgação do património histórico e cultural. Em Tavira a Câmara Municipal encarrega-se desse officio. Isidoro Pires e Ramos Passos assumem os papéis de verdadeiros intérpretes da linguagem política do Estado Novo na cidade do Gilão.

Três questões foram consideradas neste estudo tendo em conta o que atrás expusemos. Em primeiro lugar colocam-se em análise os factores políticos, ideológicos e culturais que proporcionaram a constituição do espaço museológico. Em segundo lugar a investigação lança como questão de estudo a caracterização da organização do Museu Municipal, da escolha do edifício, da selecção dos bens culturais, do programa expositivo, do mobiliário museográfico, e dos principais impulsionadores do projecto. Finalmente, analisamos os projectos museológicos que decorreram em paralelo com a actividade do Museu Municipal e a sua aproximação com os ideais do regime político de Salazar, bem como a evolução do plano museológico municipal face ao crescente movimento turístico na região algarvia.

É em redor dessas três questões de estudo, e das respostas que achámos dar a cada uma, que se desenvolve este texto.

Só recentemente a região algarvia começou a verificar um crescimento do número de unidades museológicas. Antes da instauração do regime democrático o Algarve contava com um punhado de

museus¹. Até agora praticamente desconhecido, o Museu Municipal de Tavira começa assim a ganhar contornos constituindo um, cremos, contributo para o aumento do conhecimento da história da museologia regional e nacional. Julgámos como objectivo essencial deste texto disponibilizar um conjunto de dados sobre um período da história da museologia pouco farto em informações e de possibilitar a comparação com unidades museológicas contemporâneas². Igualmente significativos são os seguintes objectivos definidos para este trabalho: relacionar a constituição do espaço museológico municipal com a atmosfera cultural, política e ideológica salazarista, em particular com a "Política do Espírito" e o programa comemorativo dos centenários de que é um dos instrumentos; afirmar a acção do executivo municipal liderado por Isidoro Pires como decisiva na penetração da propaganda *estadonovista* em Tavira; retratar o Centro Histórico de Tavira como uma inquestionável referência do passado e das origens da cidade, mas também como um cartaz turístico; caracterizar o local da instalação do espaço museológico, as suas colecções, o programa expositivo, os seus suportes museográficos e os principais entusiastas do projecto; associar ao carácter cultural, político e ideológico do Estado Novo os projectos museológicos que decorrem em Tavira paralelamente ao funcionamento do Museu Municipal; atribuir ao movimento turístico no Algarve, a partir da década de sessenta, a forte causa da remodelação do tecido museológico municipal.

Sem dúvida um conjunto de objectivos ambicioso mas rigoroso, como se exige, na delimitação da fronteira dos seus conteúdos.

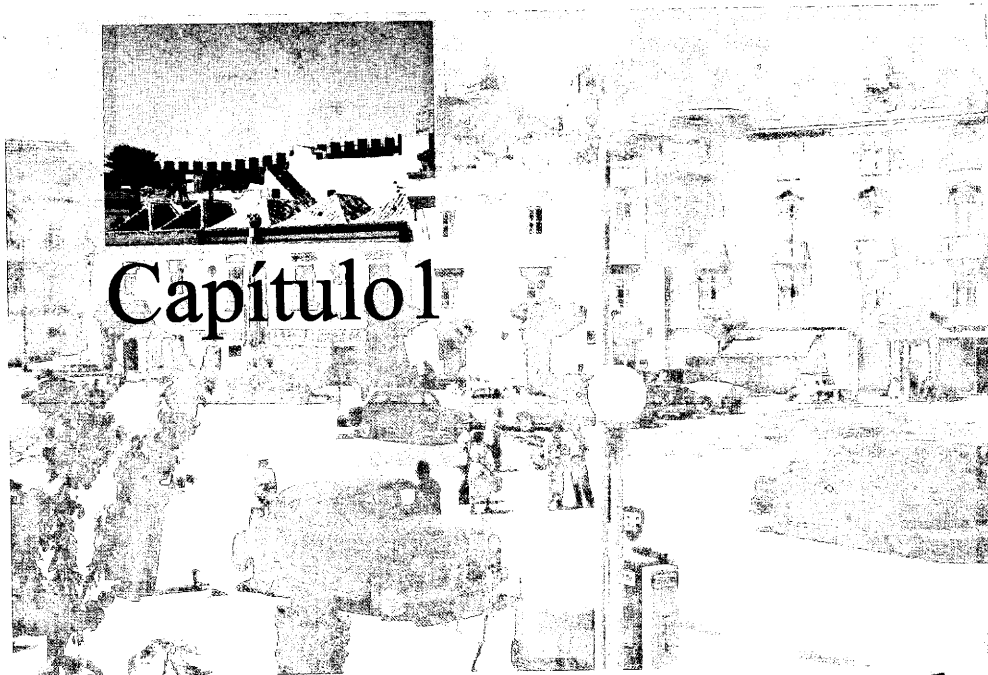
Ajuda a suportar este estudo em maior instância a análise de documentação, manuscrita e impressa, de entidades que mantiveram um grau evidente de proximidade com o processo de formação e actividade do Museu Municipal de Tavira. Referimo-nos principalmente às actas, correspondência e orçamentos da autarquia tavirense, os expedientes da Santa Casa da Misericórdia, proprietária do local onde esteve instalado o antigo museu, e das Veneráveis Ordens Terceira do Carmo e de São Francisco de Tavira, entidades que emprestaram alguns dos bens

1. Cfr., José Gameiro, *Património e Museologia: da realidade global à perspectiva local*, 1998, p. 94.

2. Cfr., Paulo Henriques, *O Museu de José Malhoa: evolução de um projecto (1924-1996)*, 1996, p. 113.

culturais em exposição. Reservamos também uma menção especial para a documentação recolhida na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e no Ministério da Educação acerca dos processos de classificação e restauro da Igreja da Misericórdia e do Castelo de Tavira. Vários números de periódicos regionais, sobretudo o *Povo Algarvio e o Algarve*, foram consultados revelando o acompanhamento assíduo que cada uma das redacções tinha em relação aos projectos culturais da cidade de Tavira. Completa o suporte da informação as diversas obras consultadas e artigos acessíveis por via informática acerca do objecto em estudo, e os anexos constituídos por documentos, fotografias, gráficos, quadros e plantas.

Seguidamente apresentamos em traços gerais os capítulos que estruturam o texto. Temos acesso no primeiro capítulo a uma visão geral da cidade de Tavira nas primeiras décadas do século XX em confronto com o emergente regime ditatorial do Estado Novo e os seus ideais políticos, ideológicos e culturais. No segundo capítulo dá-se conta das influências ideológicas e culturais do Estado Novo no Algarve, do uso propagandístico em termos políticos, culturais e turísticos do património histórico local, da intervenção decisiva do executivo municipal chefiado por Isidoro Pires como interlocutor do pensamento *estadonovista* em Tavira, da definição de um roteiro turístico no Centro Histórico, e da concretização de processos de restauro e classificação de monumentos históricos. Quanto ao terceiro fazemos uma incursão pelo programa comemorativo dos centenários no Algarve e pela organização de exposições nesta época com fins de propaganda ideológica e política, ao mesmo tempo que caracterizamos o processo de formação do espaço museológico, a selecção do local da montagem, o programa expositivo e o mobiliário museográfico, as suas colecções e os principais rostos do projecto. Por último mostramos as dificuldades e o esquecimento a que o museu está envolto depois da sua inauguração, os projectos museológicos na cidade e freguesias vizinhas que decorrem em simultâneo, e as alternativas de dinamização museológica procuradas pela autarquia no âmbito de uma ampliação das ofertas turísticas em Tavira no correr da década de sessenta.



Capítulo 1

Capítulo 1

1. Tavira nos princípios do Estado Novo: A vida na cidade e a *fachada* sócio-cultural

nacional

Implantada sobre as margens do rio Gilão, a antiga cidade de Tavira, Veneza do Algarve como lhe chamavam (Figura 1), é à entrada dos anos trinta um local atraente, quer pelas paisagens naturais quer pelos vestígios da antiguidade que preserva¹ (Anexo 1 e 2).

Vítimas de alguma ausência de sensibilidade patrimonial e cuidados na área da conservação, formação de pessoal e até de orientação política, os monumentos históricos de Tavira



Figura 1. Tavira nos anos 50. A Praça da República (Arquivo Histórico Municipal. Família Andrade.)

percorrem um longo período de isolamento, desgaste físico e de subvalorização cultural e turística. É difícil documentar trabalhos de recuperação ou projectos de animação e divulgação do património da cidade com uma dimensão significativa nos períodos mais recentes da sua história, concretamente até 1937.

É uma cidade que transporta nos primeiros anos do século XX, a sua história e o seu património sob o signo da nostalgia, do romantismo oitocentista, já que outras prioridades dominam o terreno político, social, económico e mental.

Apenas o arranjo paisagístico e urbanístico das margens do rio, com a construção do mercado municipal (Anexo 3), do jardim (Anexo 4) e do coreto (Anexo 5), já nos finais do século XIX, ilustram as transformações da configuração urbana de Tavira, que aos poucos se consolidava.

É um concelho onde o peso da agricultura e da ruralidade tem clara vantagem sobre outros sectores económicos e sociais. Ainda assim, no advento da instauração do regime republicano,

1. A igreja matriz de Santa Maria do Castelo ou o recinto amuralhado medieval, símbolos da conquista cristã em Tavira e da formação do território nacional, a Igreja da Misericórdia e as janelas de assinatura renascentista, reveladoras de uma época de prosperidade económica, social e artística, ou o Convento do Carmo, ícone do Barroco no Algarve, constituem uma parte integrante do passado e do discurso sobre a história e a arte locais

apesar dos envergonhados índices de industrialização sentidos na região, chega a Tavira² o comboio (Anexo 6) e a ferrovia. A cadeia civil (Anexo 7), o matadouro, o cemitério público e as fábricas de conservas são obras do estreante consulado político republicano³.

Mesmo que o programa político republicano se afigurasse progressista, a frágil situação política, económica e social que no país habitava, pedia uma força política mais firme e disciplinadora. Acaba em 28 de Maio de 1926 a experiência da República democratizante, situação para a qual o êxodo rural e uma economia acentuadamente agrícola muito contribuíram.

Este quadro também se verifica na cidade de Tavira. Na passagem do século XIX para o século XX, estão em maioria os lavradores e os jornaleiros face a outras profissões. A paisagem rural e agrícola em Tavira é bastante acentuada, embora a empatia tecida com o mar e com o rio ao longo de séculos não se perca. Fruto dessa forte relação entre a cidade e o mar é o aparecimento de unidades industriais dedicadas às conservas de peixe. As elevadas capturas de pescado feitas pelas armações, justificam a criação dessas indústrias, sinónimo de lucro e de capitais avultados. Atenta aos bons índices comerciais e financeiros da indústria conserveira, a Câmara Municipal transforma-a numa fonte de crédito para promover a construção da barra e demais obras de melhoramento na cidade⁴. A fábrica de moagem e massas J. A. Pacheco, é outro empreendimento

2. A estrutura viária intra-urbana de Tavira deste período adapta-se à localização de pontos de paragem de transportes públicos. No caso do traçado ferroviário do Sotavento Algarvio, o apeadeiro da Porta Nova, leva à construção de um acesso até esse local. A estrada regional, por sua vez, fomenta a criação de algumas ligações entre ela e a cidade. Ver sobre este tema um pequeno estudo de Joana Cartaxo e Marco Lopes, *Tavira no século XX: a cidade e o ambiente sócio-cultural*, 2005, pp. 50-56.

3. Cfr., Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu termo. Memorando Histórico*, 1993, pp. 78-80. Em Tavira, às ordens do Dr. António Padinha, o Centro Republicano não alheio à falta de organização dos partidos defende ser prematuro empreender qualquer esforço de alinhamento político-ideológico com as estruturas partidárias do topo. Melhorar a qualidade de vida dos tavirenses era, independentemente do caminho partidário a tomar, o que mais interessava ao núcleo republicano local. Os investimentos no comércio, na navegação e na indústria eram consideradas áreas de forte potencialidade económica local. Estão também na lista das prioridades da cidade diversos projectos: instalação de luz eléctrica, a indústria conserveira, a dragagem do rio e o abastecimento de água (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 158).

4. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 207.

industrial marcante na cidade, quanto mais não seja por vir a ocupar amplamente o antigo convento de Nossa Senhora da Piedade (Anexo 8).

O cenário de desordem e instabilidade política, económica e moral que a República liberal não conseguirá travar, aliás, os mesmos factores que desencadeariam a implantação de outros regimes autoritários na Europa⁵, traduziu-se no nascimento de um sistema político autoritário. Na região algarvia o regime recém instaurado é bem visto pela generalidade dos órgãos de imprensa⁶. Caracteriza-se por ser apologista do anti-parlamentarismo e da democracia liberal, adepto de um estado ditatorial chefiado por uma elite, e apoiante de um nacionalismo de esplendor e glória imortalizado pelos momentos áureos do passado. Um conjunto de pressupostos político-ideológicos que permitirá alcançar um dos objectivos centrais para a sustentabilidade de um futuro governo: a conciliação entre as duas direitas, entre a versão mais tradicionalista e a versão mais modernizante. Esse feito será atingido pelo salazarismo⁷. Consegue através dos conhecidos

5. Cfr., José Machado Pais, *A crise do regime liberal republicano: algumas hipóteses explicativas*, 1987, pp. 141-142. Embora aquelas razões não sejam as únicas a explicar o epílogo dos regimes democráticos, é o sistema autoritário que vai substituí-lo, situação ocorrida em Portugal. A instabilidade política, antes focada, e a desarticulação económica, justificam teoricamente essas alterações políticas. Sobre esse assunto ver, Kathleen C. Schwartz, *Instabilidade democrática nos países semiperiféricos. A primeira república Portuguesa*, 1987, pp. 145-161.

6. Cfr., Carla Faustino, *O Algarve: da ditadura militar à consolidação do Estado Novo (1926-1940)*, 1999, pp. 511-515.

7. Tem sido intensamente explorada a classificação da orientação político-ideológica do Estado Novo. Consideram alguns estudiosos existir paralelismos entre os regimes autoritários da Península Ibérica, e o fascismo italiano e o nazismo alemão, no que diz respeito à ideologia, estilo e forma organizacional (Cfr., Stuart Woolf, *Fascismo e autoritarismo: em busca de uma tipologia de fascismo europeu*, 1987, pp. 15-20).

Também se considera que entre eles outros valores os separam. Hitler e Mussolini advogavam o totalitarismo, planos expansionistas hostis e uma forte mobilização das esferas altas do poder (Cfr., Javier Tusell, *Franquismo e salazarismo*, 1987, pp. 31-49).

Outras perspectivas classificatórias do regime salazarista se adiantam, tal como acontece com um estudo que propõe um quadro para categorizar as variantes tomadas pelos sistemas políticos autoritários em todo o mundo. Portugal do Estado Novo tem lugar, segundo essa grelha de análise das ditaduras, no denominado sistema moderado, corporativo ou estatista-orgânico. A integração do salazarismo nesse nível de autoritarismo (Cfr., Stanley G. Payne, *A taxonomia comparativa do autoritarismo*, 1987, pp. 25-26), é justificada devido à inexistência nele dos principais vestígios dos

interesses embandeirados pelas denominadas "forças vivas", gerir os diferentes contrastes que entre eles se confrontam, e fomentar a tão aclamada ordem e estabilidade social, financeira e moral.

Impõe-se uma única vontade, um único rumo. Todas as entidades públicas e sociais limitavam-se

regimes fascistas, tais como: a renúncia do militarismo pleno, ausência de um imperialismo agressivo, de uma estrutura política de partido único mobilizado ou de uma figura carismática. O perfil destes sistemas autoritários está mais inclinado para o fomento de programas corporativos de Estado, integração orgânica de interesses públicos e privados, capital e trabalho, termos de identificação atrás aludidos.

Mais estudos se pronunciaram sobre o nascimento e a consolidação do programa político-ideológico do Estado Novo. Na generalidade não se separam muito da linha interpretativa que temos vindo a apresentar, assumem antes um consenso quanto à posição deslocada do Estado Novo em relação aos regimes fascistas na Europa, quer nas causas que desencadearam a instauração destes regimes autoritários, quer na agenda política, institucional, e mental por eles proposta.

Debates teóricos e análises historiográficas à parte, as afinidades ideológicas e culturais com os sistemas políticos autoritários coevos julgam-se inquestionáveis, embora o salazarismo esteja dotado de uma cultura própria e particular: visão ética e política da democracia cristã, conservadora, defensora de um autoritarismo ético e académico (Cfr., Luis Reis Torgal, *Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais*, 1994, pp. 73-104). A validade do seu corpo de valores culturais e ideológicos ultrapassa a 2.ª Guerra Mundial, ao invés de outros regimes autoritários europeus.

Vem até Portugal, na aragem ideológica contra revolucionária que varre a Europa nos finais do século XIX e princípios do XX, os principais pensamentos que vão inspirar os sistemas autoritários viabilizar a eliminação do regime republicano liberalizante: a contestação da democracia liberal, a rejeição do liberalismo económico e político, o apelo ao intervencionismo em todos os sectores da vida nacional, a repulsa pelo liberalismo e pelo comunismo (Cfr., Jorge Campinos, *Ideologia política do Estado salazarista*, 1975, pp. 9-15). Sábio intérprete das mudanças políticas, económicas e mentais laboradas a partir da década de vinte, as quais apoiava, Salazar constrói uma carreira política sem paralelo.

Competente Ministro das Finanças, personifica desde aí o sentimento do sacrifício, do patriotismo, bem como a ideia de autoridade. Acumula prestígio e conquista o apoio das principais figuras das equipas governativas militares entre 1926 e os primeiros anos de trinta.

O processo triunfal de ascensão até líder do Governo dá-se com a aprovação da Constituição em 1933, documento regulador do discurso político e ideológico do Estado Novo.

Ao entrar na década de trinta, o edifício político e ideológico que tem em Salazar o principal arquitecto, afirmava com toda a força as suas bases conceptuais, os mecanismos de intervenção e actuação política, e os modos de divulgação ou propaganda.

O projecto económico, social e cultural de Salazar para o país sobreviveria até finais da década de sessenta, inícios de setenta. Para trás ficavam as indefinições e as incertezas no plano das prioridades políticas e económicas que Portugal carenciava.

No domínio da economia, os interesses proclamados pelas classes dominantes pressupõe a formação de um poder arbitrário com capacidade de agilizar o contacto e promover o equilíbrio entre o sector tradicional e o moderno. A contenção do movimento operário, por um lado, a mediação dos objectivos comerciais, antagónicos entre os grupos

a obedecer às linhas gerais desenhadas pelo Governo. As autarquias, por exemplo, têm a comandar os destinos do concelho figuras escolhidas cuidadosamente pelas instâncias governamentais. Os executivos camarários formam-se ou dissolvem-se sob o consentimento do Estado e o olhar atento dos representantes regionais da União Nacional ou do Governo Civil. No Algarve também se fazem sentir algumas mudanças nos meios políticos. O Governador Civil é destituído e os corpos administrativos extintos. Ganha corpo a ideia do afastamento das medidas democráticas, uma medida que a ditadura portuguesa pretende vincar.⁸

Quanto à introdução de projectos ou investimentos a levar a efeito na cidade, também a autonomia da autarquia é praticamente nula. As principais ajudas vinham do Estado. Os circuitos e as formalidades administrativas tornavam o aparelho estatal uma máquina burocrática pesada, uma entidade fiscalizadora e centralizadora.⁹

Tavira ia dando passos relevantes na modernização da cidade e na qualidade de vida da população local. A abrir a década de trinta as prioridades centram-se no abastecimento público de água, a electrificação da cidade, a instalação de uma rede de esgotos e a melhoria da pavimentação de ruas e passeios.

No plano das actividades culturais e educacionais, a Câmara Municipal de Tavira tinha a seu encargo uma Biblioteca. Pessoal, aquisição de mobiliário e de livros repartiam entre si as

fortes da sociedade, por outro lado, e a simbólica comunhão de interesses entre os grandes e pequenos representantes dos meios industriais, agrícolas e comerciais, corresponde ao equilíbrio económico e social ambicionado por industriais e agricultores, que viria a ser sustentado por uma força de acção arbitrária e moderadora.

As opções e intenções políticas deste regime concentram boa parte da sua acção na aniquilação crescente dos poderes do Presidente da República e da Assembleia Nacional, invertendo o princípio e o ponto nuclear da soberania nacional: do indivíduo para a Nação. Diminuem os poderes de intervenção individual do cidadão, restando a cada um obedecer ao programa social, económico e mental salazarista.

A Igreja, os corpos militares, a Mocidade Portuguesa, a Legião, o Secretariado de Propaganda Nacional, fazem a ligação operacional dos conteúdos do governo com a sociedade civil, funcionando como instrumentos de legitimação, protecção e propaganda da ditadura salazarista (Cfr., Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos 30*, 1994, pp. 243-245).

8. Cfr., Carla Faustino, *ob. cit.*, pp. 511-515. Durante os anos trinta a União Nacional, entendida como uma força cívico-política, tece a sua rede na região algarvia. Assume-se como uma activa voz das medidas consideradas primordiais da economia e do desenvolvimento da região.

9. Cfr., Vital Moreira, *O Sistema jurídico-constitucional do Estado Novo*, 2004, pp. 431-434.

despesas da rubrica orçamental contemplada para a Biblioteca e também para um eventual museu.¹⁰ Este, porém, ainda não estava nos horizontes da autarquia.

Por estes anos estava a Biblioteca instalada no primeiro andar de um prédio na rua José Pires Padinha, propriedade de Manoel Baptista Cabeça, cuja renda mensal rondava os oitenta escudos.¹¹ Chamava-se o encarregado da Biblioteca José Aníbal da Palma e Silva.¹²

Naturalmente, às áreas das obras públicas e dos melhoramentos urbanos correspondiam, por um lado, a principal atenção política dos executivos camarários, e por outro, a absorção de parte substancial das verbas do orçamento municipal, sem com isso desprezar a cultura ou a instrução. Aliás, ao regime salazarista só interessava lançar o programa político-ideológico em todo o país. Por um lado permitiria constituir e expandir o quadro mental e moral por todo o território nacional, por outro, utilizaria algumas produções de foro cultural ou simbólico através de discursos, festas e outros actos comemorativos ou evocativos da História e da Nação para encobrir do conhecimento público o sentido das decisões políticas e económicas encetadas pelo governo.

A cidade de Tavira também é afectada. Aí são experimentadas cerimónias que se cobrem de grande solenidade e simbolismo à volta de acontecimentos históricos ou de figuras locais que pelos serviços praticados a favor da Nação se tornariam incontornáveis. D. Paio Peres Correia e a conquista de Tavira aos mouros representam bons exemplos, funcionando como os principais motivos da celebração do Dia da Cidade¹³ (Anexo 9 e 10).

10. O Bibliotecário tinha um vencimento anual de 3.600\$00. Em aquisição de livros gastava-se 200\$00 (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta de Gerência e Plano de Actividades*, Pasta A 63, 1934/1935, Orçamento Ordinário de Receita e Despesa da Câmara Municipal, 1731 B).

11. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 26 de Novembro de 1927 a 21 de Julho de 1933, Sessão de 21 de Julho de 1932, fl. 173 v.º.

12. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 28 de Julho de 1933 a 10 de Novembro de 1938, Sessão de 22 de Março de 1934, fl. 43.

13. Tavira também se alista como um espaço de penetração e produção de instrumentos de propaganda política e ideológica do Estado Novo. Em especial, é a História e o Passado que inspiram a organização de grandes actos públicos, ou até a decisão - coberta de simbolismo - da realização de certas tradições locais, ou da definição do calendário das festas municipais.

Sabe-se que por decisão consensual do executivo camarário, a cidade de Tavira passou, no calendário civil, a festejar

A produção e montagem de todos os actos, que como aquele acabado de referir, se responsabilizariam pela transmissão do "revestimento" ideológico salazarista, dedicado ao passado e à história do país, passa a ser frequente preocupação e aposta do aparelho do regime. Trata-se da propaganda de um sistema de valores morais e culturais intrínsecos ao Estado, compreendidos por este como fundamentais para atingir a sua longevidade. A acção propagandística do regime assume diversas figurações, com um objectivo muito preciso: domesticar os espíritos e as almas.¹⁴

o feriado concelhio no dia 11 de Junho.

Na base dessa deliberação esteve em foco o "aniversário da conquista de Tavira aos Moiros, em 1242, pelos cavaleiros portugueses ao mando de Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago" (*Povo Algarvio*, 5 de Junho de 1938, ano V, n.º 210, p. 2). A junção dessa efeméride ao feriado municipal, vai intencionalmente reforçar a ideia de uma cidade criada a partir das virtudes guerreiras e morais de um herói medieval (D. Paio Peres Correia), no âmbito do processo de formação do território nacional (derrube do poder islâmico), escorrendo dessa linha de pensamento o apelo à população civil para a adesão do programa ideológico do Estado Novo, ressaltando termos como História e Nação.

O regime encontra no passado e nos relatos históricos, o apoio perfeito no trabalho de tradução para a população dos valores pátrios e nacionalistas. Herda, neste sentido, cada português, e em particular cada taviense, as "mesmas virtudes e qualidades que caracterizaram os heróis da sua [Nação] "idade de ouro" (Maria Isabel João, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, 2002, p. 636).

O feriado municipal, que o mesmo será dizer a invocação da conquista cristã em Tavira, orienta precisamente o objecto da festividade para o enaltecimento da cidade enquanto adepta do culto do nacionalismo, demonstrado pelas provas da sua presença e fidelidade dos seus habitantes quando convocados a esses movimentos patrióticos.

Relembrar a conquista de Tavira, é um exercício acerca desse ideal nacionalista, que aponta para a fundação e formação do território nacional. Tavira não está alheia a esse processo, pois "uma vez conquistada nunca mais conheceu outra bandeira que não fosse a de Portugal das Quinas e dos Castelos" (*Povo Algarvio*, 11 de Junho de 1938, ano V, n.º 211, p. 1). A anexação do reino dos Algarves ao território entretanto assenhoreado pela dinastia afonsina, em grande medida deve-se à "confiança e o entusiasmo com que esses homens combatiam, corações ardendo na fé de Cristo, olhos postos na Bandeira que os guiava. E maior do que todos, à frente, a dirigi-los, o Mestre de Santiago, D. Paio Peres Correia" (*Idem, ibid.*, p. 1). Exemplo a seguir, sobretudo pelo patriotismo, orgulho nacional, pelo desejo da autonomia e da independência, pois "segundo a concepção mais vulgarizada, os heróis individuais são o ponto mais nobre do povo ao qual pertencem, a expressão mais elevada e sublime das virtualidades colectivas; são, se quisermos, uma espécie de orgulho de nós, onde os povos foram ensinados a rever-se com orgulho (...)" (Maria Isabel João, *ob. cit.*, p. 637).

14. Pontificam como preferenciais instrumentos de moldagem cultural e mental preparados pelo Estado para a sociedade portuguesa, os programas escolares, as comemorações, os cortejos e prémios de carácter nacionalista e historicista, as exposições, as obras arquitectónicas ou artísticas.

A arte detinha, contudo, um estatuto proeminente na estratégia propagandística do Estado Novo. Ela era um dos símbolos da *fachada* da nacionalidade. Como tal, cada obra artística vai inspirar-se necessariamente naquelas

Ao público, à margem da informação essencial e marcadamente rural, propenso à insatisfação, à "inquietação" e às dúvidas sobre a eficácia de execução das medidas reformistas projectadas pelo Estado Novo, o Governo elabora um programa propagandístico de cariz contido, autoritário, de distração e de entretenimento. Sob o signo da Nação¹⁵, conceito que funda a base de todo o funcionamento político e ideológico do Estado Novo, entendido como sendo uma entidade mística, unida por laços espirituais e de sangue¹⁶, não só se vão reconhecer às altas instâncias governamentais a legitimidade moral de chefiar o país, uma herança natural do passado, como se vai estabelecer um discurso e uma política cultural uniforme, que visa aproximar aos seus conteúdos todos os portugueses. Havia uma intenção inequívoca de converter e ao mesmo tempo estimular a massa popular aos ideais culturais salazaristas. António Ferro irá ser o principal obreiro do amplo projecto propagandístico salazarista, e o Secretariado de Propaganda Nacional, por ele dirigido a partir de 1933, o centro institucional das operações de divulgação e difusão.

O plano de entretenimento feito para o público, vai servir para encobrir as pausas mais demoradas das principais medidas accionadas pelo Estado Novo, ideia adoptada de outros regimes autoritários.¹⁷

A essa grandiosa programação cultural e propagandística, entendida assim não só pela marcas que melhor identificam a Nação e a sua História. António Ferro, um dos principais agentes da promoção da imagem cultural e artística do país, aficionado do gosto modernista da Itália de Mussolini, conjuga a este o carácter formal, equilibrado e académico do nacionalismo de Salazar.

Nos círculos artísticos procurava-se inculcar um modernismo moderado, contido (Cfr., José-Augusto França, *O modernismo na arte portuguesa*, 1991, pp. 86-89). Era tentado dar aos artistas a motivação precisa (através da organização de exposições, por exemplo) que os levassem a empreender trabalhos inovadores e modernos, sem cair no entanto em deturpações ou delírios estéticos ou temáticos.

15. O indivíduo actua em função da direcção que a Nação toma, deliberação dada pelo representante máximo. Perde as liberdades individuais, que se diluem a favor da Nação (através da sua integração nas denominadas esferas sociais paralisantes, como os órgãos da administração local, as casas do povo,...), retirando assim a autonomia antes conquistada.

16. Cfr., Jorge Ramos do Ó, *Salazarismo e Cultura*, 1992, pp. 392-395.

17. Cfr., António Ferro, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, 2003, pp. 122-124. Salazar chega a referir nas entrevistas feitas por António Ferro, que "entre as medidas reformadoras dum Estado Novo (...) tem de haver, forçosamente (...) grandes compassos de espera". Líderes de regimes autoritários como Hitler e Mussolini "enchem esses intervalos, esses espaços mortos, com discursos inflamados, cortejos, festas, gritando o que já se fez e o que se pensa fazer".

diversidade e pluralidade do género de celebrações, mas também pela amplitude geográfica onde é praticada, intitulam-na de "Política do Espírito".

Desanimada e fria, assim retrata Ferro a sociedade portuguesa dos anos trinta. Argumenta que a "ausência duma inteligente e premeditada Política do Espírito dirigida às gerações novas" é a causa daqueles sentimentos derrotistas. Segundo aquele que viria a ser Director do Secretariado de Propaganda Nacional, é nas artes e nas letras que se verifica a "elevação de um povo", o "esplendor de uma época", a "fachada duma nacionalidade", temas e políticas desprezadas pelos dirigentes que governaram o país, ainda na opinião deste, "nestes últimos cinquenta anos"¹⁸.

A recuperação do património artístico (templos, castelos, monumentos, museus, palácios nacionais) - com o apoio útil e precioso de entidades como a Academia Nacional de Belas Artes e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹⁹ - a realização de peças de teatro, o cinema ambulante, os bailados do Verde Gaio, o concurso da aldeia mais portuguesa, as exposições, entre outros eventos de propaganda político-ideológica, formam no seu conjunto a "Política do Espírito", obra do Estado Novo, que se propõe ser educativa e informativa, dando início a um panorama mental e cultural no país que vigorará durante vários anos.

18. *Idem, ibid.*, p. 57.

19. A primeira entidade daquelas foi criada em 1932, a segunda mais cedo, em 1929. A primeira é oriunda do processo de reorganização e centralização dos serviços centrais das áreas da cultura e do património artístico e cultural nacional. A segunda emerge através do processo de fortalecimento das áreas de decisão do Ministério das Obras Públicas (Cfr., Maria João Baptista Neto, *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, 2001, p. 18). A este é entregue o pelouro concernente às intervenções nos monumentos nacionais. Em comum partilham o zelo, no quadro das competências e responsabilidades, pela defesa e promoção dos valores nacionais, que se opõem aos movimentos modernistas contemporâneos.



Capítulo 2

Capítulo 2

2. O programa cultural e a intervenção no património histórico à escala local: Reflexos da

"Política do Espírito" em Tavira

É precisamente no ambiente de celebração de uma História revisitada e encenada, em preparação, e a ser utilizada como factor de legitimação do poder político e instrumento potencial de coesão e identidade nacional, que o plano da "Política do Espírito" invade o território nacional, incluindo a cidade de Tavira.

Embalada pela corrente revisionista do passado, pela concessão reforçada de destaque cultural e patrimonial aos monumentos históricos e bens artísticos, Tavira, e a autarquia em particular, vão permanecer atentas à evolução das orientações acerca da "Política do Espírito", e desenvolve ela própria a sua versão à escala local.

2.1. O Regionalismo

A Nação era o princípio que tudo regulava. A vida política, o aparelho institucional do regime e até os trilhos da cultura. Ou se estava a favor ou se era adversário de todos e de tudo o que no país se fazia. Esse sentimento de puro nacionalismo, que recompensa os admiradores e sanciona aqueles que o evitam, tem a colaboração de uma ampla e complexa estrutura orgânica, fiel aos interesses políticos e ideológicos do Estado Novo.

Dentro do tipo de actividades que realiza, cada um dos serviços culturais do regime ia impondo ao tecido social nacional uma vontade e um conjunto de regras de comportamento e de convivência únicos¹. O caminhar conjunto da população, onde as mesmas vontades se partilham e uma identidade cultural se respira em comum, constitui a base do nacionalismo², fórmula empregue pelo regime *estadonovista*.

Na História, concebida como um exemplo de glória e orgulho, por homens valentes e momentos inesquecíveis feitos, o regime encontraria o perfeito apoio na construção do imaginário social,

1. Cfr., Jorge Ramos do Ó, *ob. cit.*, pp. 392-395.

2. Cfr., Ernest Gellner, *Naciones y Nacionalismo*, 1988, pp. 73-83.

político e moral nacional³. Não se projectam nesta altura tempos fáceis para o futuro do país, o mesmo será referir, para a completa realização da programação traçada pela Revolução Nacional, porque "como é profunda fere o egoísmo dos interesses criados, como tem de ser morosa, coíbe os ímpetos dos apressados e dos improvisadores; como é ampla e se estende desde os domínios do pensamento à produção e distribuição de riquezas, a todo terá de descontentar"⁴.

Está lançado o aviso: o projecto desenhado pelo Estado Novo terá uma marcha suave mas eficaz, a todos exigirá sacrifícios, mas tornar-se-á compensatória.

Perante as previsões de um cenário dificultoso para a sociedade portuguesa, o Governo salazarista molda uma estratégia discursiva baseada no optimismo e luta contra as adversidades, recorrendo ao passado e às características virtuosas do português, apelando ao sacrifício e ao patriotismo.

Ultrapassar os problemas, que se apontam como inevitáveis para o futuro, requer espírito de sacrifício, bravura e coragem. Todos esses valores, semeados por gerações anteriores, são agora reutilizados para incentivar a Nação portuguesa a caminhar por obstáculos difíceis, sem no

3. A História, um dos suportes mais consistentes da legitimação do pensamento político-ideológico do Estado Novo, e uma fonte animada de sugestões de eventos culturais, entra em cena no contexto da educação cívica e cultural por si implementada, com o fim de unir o passado ao presente. Numa sequência cronológica linear, o discurso histórico valorizava heróis e momentos importantes, um recurso de carácter ideológico e espiritual que apelava ao nacionalismo (Cfr., Ernest Gellner, *ob. cit.*, pp. 82-83). As referências de outrora tinham um representante no tempo do Estado Novo: Salazar, o Chefe. Ele igualava-se a personagens da História (D. Afonso Henriques, por exemplo), encarnava as suas virtudes, o seu temperamento (Cfr., Jorge Ramos do Ó, *ob. cit.*, pp. 76-83). Por outro lado, à imagem de herói e combatente, expressão de liderança política, o regime procurava dar uma faceta alternativa, familiar, chegada às pessoas. Viam Salazar como alguém do povo, uma posição assumida por ele próprio: pobre, desinteressado e simples. As atitudes que da principal figura política nacional sobressaem, não inocentemente se propagam, pois delas precisa o Estado Novo para as usar como se fossem as coordenadas morais e sociais do país. A visão nacionalista e paternalista que vai sendo instituída, operação conduzida pelo aparelho institucional do regime, vai utilizar uma mão cheia de exercícios apelativos e esclarecedores.

O discurso era um dos meios privilegiados de contacto e transmissão das ideias do Estado Novo para a Nação, cada vez mais na condição de ouvinte e espectador passivo. Constituía uma medida premente para o êxito da fixação de um panorama ideológico e cultural estável a comunicação dos referentes do ideário salazarista ao maior número de pessoas, "optando-se, nestes casos, por mais do que decifrar a mensagem, vangloriar e mitificar o regime, a sua obra e sobretudo o seu chefe" (José Martinho Gaspar, *Os discursos e o discurso de Salazar*, 2001, p. 44).

4. *Povo Algarvio*, 27 de Março de 1938, ano IV, n.º 200, p. 1.

entanto quebrar os princípios do regime⁵.

5. O discurso salazarista ocorre ao popular, sem desperdiçar a proximidade com a elite intelectual. Os efeitos cénicos das festas e das comemorações, ou o adorno gramatical dos comunicados, parte acessória da mensagem, trata-se de algo nitidamente endereçado às camadas populares. A essência dos discursos somente consegue ser partilhada pelos intelectuais. Estes, ao contrário daqueles, conseguem descodificar a verdadeira imagem do governo e da sua acção, oculta, implícita ou distorcida pela posição metafórica ou teatral que algumas modalidades da propaganda parecem assumir (Cfr., José Martinho Gaspar, *ob. cit.*, p. 81). Este autor defende no seu trabalho que o Estado representa a Nação, e por isso "só ele diz a verdade". Por precisar de propaganda para a difundir, considerava que o seu impacto provocaria menos mistério ou inquietação caso o convite se destinasse aos jovens, utilizando métodos de integração e participação adequados às suas idades, hábitos, convívio social ou ocupação de tempos livres (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 12).

Dois objectivos, ainda que diferentes, correm em sincronia na retórica salazarista: a informação e a doutrinação. Enquanto o Estado Novo prepara as suas bases político-institucionais, aconchegadas ao repertório nacionalista e historicista, a propaganda toma um formato com "intuitos meramente explicativos" (*Idem, ibid.*, p. 128).

A organização de momentos comemorativos ou evocativos peçados de História, e de grande sentido simbólico, político e ideológico para o Estado Novo, como o 28 de Maio ou as Comemorações dos Centenários de 1940, têm, por sua vez, um carácter mais formal, mais doutrinário, mais educativo.

Entre as décadas de trinta e quarenta, sobe o número de eventos de propaganda ao regime. Os temas são conhecidos e incontornáveis: patriotismo, nacionalismo e história. Residem as únicas diferenças no tipo de suporte propagandístico que no decurso do Estado Novo irrompem em cena. O campo dos instrumentos da propaganda não têm lugar reservado apenas para os discursos de Salazar, "outros meios funcionam no sentido de manter acomodada uma população pouco informada e com reduzidos recursos económicos" (*Idem, ibid.*, p. 132), com relevo para as instituições museológicas, sem esquecer os documentários cinematográficos, o teatro, ou os concursos de teor etnográfico e folclórico. Cada um destes meios propagandísticos comporta o principal da vertente ideológica do Governo de Salazar, essencial para a garantia da "sustentabilidade e legitimidade do regime" (*Idem, ibid.*, p. 201).

No campo da cultura, o retrato ideológico e político do Estado Novo tem espaço de representação. Visto que a História em boa parte dava enquadramento à vida político-ideológica do Estado Novo, todos os testemunhos antigos, essencialmente aqueles que ilustravam as épocas históricas mais importantes para o regime vão ser preservados, conservados e valorizados. Entram aqui os monumentos de carácter militar e religioso, os museus, os arquivos e as bibliotecas. Não obstante, o regime privilegiava os monumentos a outros bens culturais, opção que deriva da necessidade de estabelecer um contacto propagandístico mais fácil entre o património histórico nacional e o povo, um sector pouco informado e pobre (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 132).

Desde cedo, o regime salazarista interessa-se por confrontar o presente e as correspondentes gerações com a excelência dos valores do passado numa tentativa de definir um modelo de vida e de obra, e consequentemente exercer a pressão suficiente à população para prosseguir esses ideais.

Pronunciada esta mensagem, a autarquia, como órgão político local tem responsabilidades na execução e cumprimento integral de um programa que referencie os valores políticos e ideológicos do Estado Novo. Entendemos que os projectos culturais, e aqui sublinhamos os equipamentos museológicos, envolvem-se simbolicamente neste processo de propaganda política e ideológica a favor dos objectivos da Revolução Nacional, mas ao mesmo tempo detêm o seu interesse na conservação do património artístico taviense, e na construção de uma memória histórica local.

Nos finais da década de trinta, o regime está na plenitude da sua força e vitalidade ideológica, utilizando para adquirir essa dimensão grandiosa (entre diversos suportes), os meios de informação e comunicação social. Uma das intenções, é claramente penetrar na população, inculcar os seus ideais. Nesse sentido, os jornais locais e regionais têm uma missão determinante para canalizar muitas das premissas do Estado Novo às províncias⁶. No jornal *Povo Algarvio*, redigido e impresso em Tavira, percebemos a absoluta comunhão da redacção a certos valores ideológicos e culturais do regime. Esse ambiente necessita de ser cultivado e alimentado para impedir o esquecimento dos compromissos dos portugueses. Este aviso é lançado aos tavirenses em particular, e aos algarvios em geral. O apelo constante por este jornal ao regionalismo é disso prova.

Esse chamamento tem uma dupla intencionalidade: em primeiro lugar construir ou apelar a uma imagem de união e marca regional, promovendo nos algarvios o orgulho local, motivando-os a interessarem-se pelo seu passado e pelas suas memórias históricas; em segundo lugar, ambiciona ligar esse espírito regionalista aos conceitos ideológicos do regime, isto é, adaptar à realidade regional os princípios estratégicos e ideológicos do discurso salazarista.

Tenta demonstrar isso mesmo a definição de regionalismo que aparece num artigo assinado por Paulino de Figueiredo (Anexo 11). Para este, regionalismo deve ser entendido como "acendrado amor ao pedacinho do torrão pátrio que ou nos fôra berço ou nos era morada, e que todos nós desejavamos lindo, rico, civilizado, bem administrado, tudo para felicidade nossa, incentivo e admiração de visinho e glória e grandeza de Nação"⁷.

6. Em diversas regiões e localidades do país, foram vários os sectores que usufruíram desses meios de comunicação para exibirem as suas causas e ideias. Áreas como a cultura e o património histórico, constavam regularmente nos artigos de opinião. A cidade da Guarda proporcionou um interessante exemplo, recorrendo ao periodismo local, do mediatismo ideológico e político regionalista que procura notar nesta altura. A definição tipológica do museu e a conservação do património cultural protagonizam as principais reflexões dos jornais da Guarda nos anos trinta e quarenta. Ver Dulce Helena Pires Borges, *O Museu da Guarda entre o passado e o futuro. Espaços e colecções*, 2003, pp. 42-48.

7. *Povo Algarvio*, 31 de Janeiro de 1937, ano III, n.º 140, p. 1. Procura afirmar a região como parte integrante e estruturante no mapa político nacional, contando para isso com o apoio de naturais ou residentes locais, para (entre outras acções) promover a exaltação dos seus valores patrimoniais e históricos, através de instrumentos que

Consideremos então duas vias propagandísticas regionais: a propaganda regionalista do Estado para a região, impositiva, feita de cima para baixo, tratada por organismos constituídos para esses mesmos propósitos, tais como o Secretariado de Propaganda Nacional (S.P.N.) e a União Nacional (U.N.); e a propaganda de região, construída no local, bairrista, à procura de autenticidade e originalidade que tornasse a localidade distinta das outras.

Espelho dessas experiências propagandísticas organizadas a partir do centro político para a região - entendida como particularismo físico e cultural, e entidade integrante de um todo - a cidade de Tavira e outros pontos do concelho vão receber as influências culturais e ideológicas do Governo de Salazar através da passagem de programas educativos e lúdicos que têm a coordenação e produção, na sua maioria, do S.P.N..

As sessões de cinema ambulante⁸ (Anexo 12 e 13) e do teatro do povo⁹ (Anexo 14), os inventários acerca dos testemunhos etnográficos regionais, os cortejos e as romarias, correspondem (no representassem essa ideia de identidade local.

Mas, qualquer programa de actividades de propaganda regionalista tem de estar atento ao "ritmo da acção nacional" que deverá acompanhar "com o mesmo ardor e rendimento, dentro da mesma ética, e com a mesma tendência ao mesmo fim - o bem comum - porque os homens bons do concelho, do distrito e da província, sabiam que o desenvolvimento, a riqueza, o prestígio do todo, eram lógica consequência do desenvolvimento e riqueza e prestígio das partes" (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 1). Significa isto que a linha de actuação de cada região está associada aos princípios doutrinários do Estado. Cada província usa um estilo personalizado e particular, diferente, embora sempre vigiada moral, espiritual e ideologicamente pelo Governo.

8. Tinham sido agendadas em Novembro de 1937, a pedido do S.P.N. para a cidade de Tavira e para a aldeia de Santa Catarina, escondida entre a Serra e o Barrocal, duas sessões de cinema ambulante (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, Pasta AC 80, 4 de Outubro de 1937). Disponível a colaborar na realização destes eventos, a autarquia tavirense apenas sugere que a sessão prevista para Tavira seja transferida para a localidade serrana de Cachopo, troca bem aceite pelo S.P.N. (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, Pasta AC 80, 7 de Outubro de 1937). Sem terem sido apuradas documentalmente as justificações que levaram a essa decisão, muito pode ter pesado o cenário de analfabetismo e desfasamento que os meios rurais tinham da realidade política e cultural do resto do país.

Um sugestivo cartaz de documentários cinematográficos era oferecido pelo S.P.N.: *Desenhos animados, a Torre de Belém, Lançamento do Dão, Estrada de Peniche, Desfile da Legião e Mocidade, Carmona e Salazar - Ídolos do Povo*, títulos que preenchiam a primeira parte da sessão. Terminaria com as *Pupilas do Sr. Reitor* o ciclo de filmes do cinema ambulante (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, Pasta AC 80, 4 de Outubro de 1937). Transparece nas intitulações desses documentários uma vertente propagandística do programa do Governo de Salazar bastante forte. A História e o passado vistos na Torre de Belém, as obras públicas e o fomento industrial nos documentários que mostram o lançamento do Dão e a Estrada de Peniche, as milícias do Estado Novo

período iniciático da revelação à população da "Política do Espírito") aos principais certames de pendor pedagógico e recreativo (Anexo 15), de um programa ainda mais vasto, cuja *confecção*

no filme do Desfile da Legião e Mocidade, as principais figuras políticas nacionais em Carmona e Salazar. Depois a obediência, a autoridade e o imaginário rural, vertentes retratadas nas Pupilas do Sr. Reitor.

Pouco esclarecidas e informadas, as populações dos meios rurais e interiores, neste caso do Algarve, acompanhavam através do cinema uma "aula" sobre as obras e as ideias do Estado Novo. A estratégia propagandística aqui posta em relevo foi uma aposta dos regimes autoritários vigentes na Europa entre as guerras. Nos seus documentários uma profunda intenção informativa e educativa estava presente. As vantagens comunicativas que a imagem pode estabelecer com o público, sobretudo na apreensão dos conteúdos e na alegria e distração que pode provocar, significa um recurso de propaganda muito útil. Disso se serviu o Estado Novo para realizar mais propaganda sobre o regime, tendo transformado o cinema em documento de informação (Cfr., Luis Reis Torgal, *Cinema e Propaganda no Estado Novo: a "conversão dos descrentes"*, 1996, pp. 211-234.). Afastados das realidades e dos acontecimentos que giram à volta da política, da cultura ou da economia nacional, localidades como Cachopo e Santa Catarina também acabaram por se sintonizar com as ideias salazaristas e assimilar a cultura do Estado Novo. Na dianteira das finalidades do projecto moral e mental salazarista está a imagem de um país coeso e unido. As múltiplas facetas culturais, paisagísticas ou arquitectónicas de que as regiões são proprietárias indiciam uma riqueza ainda maior das representações patrimoniais e físicas do país, assentes na pluralidade das características regionais. Independentemente das diferenças registadas em cada região, o Estado empenhava todos os esforços e meios para garantir a união de todas as províncias em redor de Salazar e das suas ideias.

Para isso contribuía o cinema ambulante. Consigo trazia o essencial: uma geradora. À autarquia apenas pedia autorização para instalar os equipamentos numa praça ou largo "por forma que toda a gente possa assistir e ver" (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, Pasta AC 80, 4 de Outubro de 1937). Em alternativa aos espaços abertos apontavam para recintos cobertos "desde que a entrada nesse recinto seja facultada a toda a gente" (Cfr., *Idem, ibid.*).

Assumia uma capital importância para a vivência do regime e para a eficácia da propagação dos seus ideais, um contacto abrangente dos meios propagandísticos com a população. O momento mais sério e formal que a esse evento era atribuído pertencia à participação de uma figura do poder local, requisitada para "nalgumas palavras faça à assistência a apresentação do cinema e saiba explicar a intenção do governo ao enviar às populações distantes um cinema ambulante para distrair e educar o povo" (Cfr., *Idem, ibid.*). Uma figura da administração local, respeitada e conhecida de todos, tinha não só um efeito dissuasivo face a algum cepticismo ou indiferença de populares, como ainda se afirmava em agente local da propaganda do regime.

9. O teatro do povo foi também outra das rubricas do projecto cultural organizado pelo S.P.N.. Debateu-se pela composição de um modelo de actuação e interpretação único (motivado pelas divergências desenvolvidas entre agentes culturais e os serviços do regime, quanto aos conteúdos e pelo desaparego dos artistas às ideias do Estado Novo) e pelo contacto com povoações afastadas dessas actividades culturais, como acontece nas zonas rurais e interiores (Cfr., Daniel Melo, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, 2001, pp. 241-242). Luz de Tavira foi o local escolhido no concelho de Tavira para a actuação do Teatro do Povo (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Recebida*, Pasta A 268, n.º 867, 3 de Setembro de 1938). A afixação de cartazes "naquela aldeia e outras em redor" constituíam a solução que o S.P.N. tinha programado para a divulgação das peças teatrais.

Consigo transportavam os utensílios e os equipamentos necessários. A companhia era composta por nove elementos

contemplava obrigatoriamente os ingredientes que a ideologia salazarista ia demarcando: Pátria, História, Tradição, Família e Deus.

O Governo do Estado Novo criou uma estrutura à sua medida destinada a apoiar e segurar os seus interesses políticos e culturais. Na verdade, as autarquias desempenham uma função estratégica na defesa dos valores nacionais e patrióticos à escala local e regional.

Mas outras entidades que florescem por iniciativa governamental, caso do S. P. N.¹⁰, são constituídas para aproximarem os ideários do regime às várias regiões do país, aos locais mais afastados do centro político.

O reduccionismo cultural e patrimonial a que cada região está votada, por força das actividades ligadas à etnografia e aos costumes da terra, torna a região num agente filiado da "Política do Espírito", mas também um ponto de interesse e oferta turística.¹¹

(sete artistas: três senhoras e quatro senhores), um ponto e um contra regra e mais sete empregados de pessoal técnico. Na praça central ou outro espaço público da terra, emprestado para a encenação teatral, a assistência podia ajeitar-se numa plateia com lugares a serem pagos entre 5 e 2 escudos e 50 centavos (Cfr., *Idem, ibid.*).

Processo semelhante ao do cinema ambulante foi o pedido do S.P.N. a um representante da direcção municipal para tecer alguns comentários e explicações sobre a "intenção do governo ao criar e enviar ao povo o teatro do povo" (Cfr., *Idem, ibid.*).

10. Compete a este organismo "combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso país de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional" (*Povo Algarvio*, 27 de Fevereiro de 1938, ano IV, n.º 196, p. 2). Uma espécie de escudo protector a eventuais tentativas de infiltração de ideias diferentes daquelas que o Estado Novo defende. Esse estado de prevenção que o Governo instaura para cuidar e conservar o seu programa político, ideológico e cultural, essencial para a sua sobrevivência e longevidade, faz-se também pela organização de "manifestações nacionais e festas públicas com intuito educativo ou de propaganda" (*Idem, ibid.*, p. 2).

Alguns desses exemplos do ambiente cultural que o Estado Novo planeou teve a cidade de Tavira como cenário das suas representações.

Investe-se em propostas de animação sócio-cultural para desenvolver pesquisas históricas e etnográficas sobre as aldeias e vilas portuguesas, centros privilegiados para a difusão da mensagem acerca da personalidade do Estado Novo.

Concursos como a "Aldeia mais portuguesa de Portugal" não são mais do que convites a cada região ou concelho do país a formular uma pesquisa sobre o seu passado, com um evidente duplo objectivo: interiorizar a dimensão nacionalista do país, e demarcar com um sentimento de orgulho os traços históricos e etnográficos de cada região.

Quando a autarquia taviense é confrontada com a divulgação do concurso a "Aldeia mais portuguesa de Portugal", prova que premeia a localidade que melhor sintetiza o espírito nacionalista e a cultura popular, depressa indica a aldeia de Luz de Tavira como a representante do concelho (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Copiador de Correspondência Geral Expedida*, 1.º trimestre, Pasta A 176, n.º 214 / C, 29 de Março de 1938). Tratava-se de um programa de animação cultural que lutava pelo reavivar do mundo folclórico e etnográfico nacional, onde focava o

A região torna-se uma reprodução, adaptada ao seu território, aos seus equipamentos, ao seu património cultural, das linguagens propagandísticas nacionais, cujo epílogo desembocava na inevitável equação: regionalismo igual a patriotismo, "e este necessariamente tem de ser Nacionalismo"¹².

2.2. O executivo municipal da era Isidoro Pires e a obra regionalista do Estado Novo: o caso do programa cultural de Tavira

Em 1937, uma nova administração municipal toma posse¹³. Não augura facilidades: problemas como a "escassês de receitas com que na generalidade lutam as Câmaras Municipais do nosso país"¹⁴ (Anexo 16) poderiam ensombrar os primeiros passos desta recém empossada direcção municipal. Mas a escolha destes novos membros para a equipa autárquica simboliza precisamente o rosto de uma esperança por uma vida melhor, um novo alento, uma nova brisa na cidade. Entendemos esta situação como um acto de oportunidade política arranjado pela delegação regional da União Nacional para fortalecer a defesa dos valores salazaristas em

povo como objecto e saudava o vencedor com um Galo de prata, símbolo do trabalho (Cfr., Heloisa Paulo, *Vida e arte do povo português: uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo*, 1994, p. 111).

Este concurso é sintomático da aproximação que o S.P.N. faz do mundo rural ao modelo de "povo religioso" (António Ferro definia um povo religioso como aquele que não se importava de sofrer desde que a grandeza exterior ou interior permanecesse intocável. Cfr., Heloisa Paulo, *ob. cit.*, p. 105), da imagem tipo do ser e do sentir português. O campo e as suas gentes abrem outra perspectiva da propaganda ideológica sobre a identidade nacional, exemplo de vida e de costumes que deveriam ser absorvidos pelo meio urbano.

11. Cfr., Daniel Melo, *ob. cit.*, pp. 250-258.

12. *Povo Algarvio*, 31 de Janeiro de 1937, ano III, n.º 140, p. 1.

13. Figura como Presidente deste executivo o Sr. Isidoro Manuel Pires. A acompanhá-lo, o Sr. José Viegas Mansinho (Vice-Presidente), o Dr. Ramos Passos (Cultura e Turismo), e Joaquim Pedro Soares e Sesinando Azinheira (Procurador do Conselho Provincial). Além de Presidente da Câmara Municipal, Isidoro Manuel Pires acumula o cargo de representante máximo do Conselho Municipal. José António de Jesus, Victorino Miguel, Sebastião Martins Palmeiras e Zacarias Bento Fernandes, representam as Juntas de Freguesia, enquanto António de Mendonça Lindo e José António de Lima comandam as Casas do Povo. Neste desfile de núcleos corporativos, seguem os sindicatos nacionais. Manuel Ventura e Alexandre Luciano Parreira pela construção civil, Marcelino Galhardo e Pedro Mendes pelos industriais, e Francisco Domingues e José Mendonça pelos proprietários rurais. *Povo Algarvio*, 7 de Fevereiro de 1937, ano III, n.º 141, p. 1.

14. *Idem, ibid.*, p. 2.

território algarvio. É um momento de viragem para o regime: necessidade de consolidar e proteger os seus princípios ideológicos perante as correntes políticas comunistas, sossegar focos de descontentamento pelas políticas financeiras e sociais nacionais, recorrendo a festas e exposições...

E em cada um desses rostos do executivo camarário está espelhado o espírito regionalista, o homem esforçado a favor do progresso e do desenvolvimento da sua terra, sincero na palavra, e obediente às mensagens ideológicas emitidas pelo Governo!¹⁵

Na cerimónia de tomada de posse, a direcção cessante, liderada pelo Sr. Jorge Ribeiro, justifica o fim da gestão dos assuntos municipais "por motivos de circunstâncias financeiras (...) em especial no capítulo das águas (Anexo 17) e electricidade (Anexo 18), o primeiro dos quais", considera ser "absolutamente insolúvel!"¹⁶

As dificuldades que logo assaltaram as ambições da administração cessante, cuja intenção seria atingir um desenvolvimento sustentado no plano social, económico e cultural para a cidade, "por motivo de falta de receitas e encargos de vária espécie", apenas permitiu "satisfazer as necessidades mais urgentes, principalmente das de conservação!"¹⁷

As novas unidades do corpo dirigente municipal - determinante para a definição do programa estratégico de desenvolvimento urbano e cultural a partir de 1937 - são homens de confiança do representante da Comissão Concelhia da União Nacional (Dr. Jaime Bento) e do Governo, pois estão certos que através dos mesmos serão "cumpridos os preceitos de Salazar, o chefe brilhante e inconfundível!"¹⁸. É indiscutível que esta direcção municipal, representará em Tavira, uma

15. Sobre Isidoro Manuel Pires, "a quem Tavira já deve e de quem, certamente muito tem a esperar", o representante distrital da União Nacional, promete uma "administração (...) honesta e honrada" - Cfr., *Idem, ibid.*, p. 2. Destacamos nesse grupo de altos dirigentes políticos, pelo pelouro que ocupa (Cultura e Turismo), o Dr. Ramos Passos, "cem por cento nacionalista", indivíduo com "espírito verdadeiramente culto, viajado, conhece muito bem o que vai por esse mundo fora" - Cfr., *Idem, ibid.*, p. 2.

Esse lugar não poderia estar melhor reservado, nas palavras dos jornalistas do Povo Algarvio. As experiências culturais adquiridas no exterior permitiam acumular exemplos de trabalho nas áreas de promoção do património artístico, na organização de eventos e equipamentos culturais.

16. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 2.

17. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 2.

delegação local executiva, das linhas conceptuais emanadas pelo Governo, e menos inequívoco será entender todos os seus programas como actos de fidelidade ao Estado Novo.

As palavras finais proferidas na sessão solene, que couberam ao indigitado Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira, disso são exemplo. Para Isidoro Manuel Pires, a cidade pouco tinha mudado: "Da cidade, o mesmo relógio; das janelas e portas, as mesmas tintas...". Encontrou a urbe em "completa decadência", mas promete com "a união de todos os meus colegas de vereação" a salvação desse estado de dormência e atraso.¹⁹

Em jeito poético, aliás, uma habilidade que o tornará conhecido, traça o caminho a seguir para a resolução dos problemas, que se confina ao hastear "bem alto a bandeira dos nossos desejos, aonde a lama não conseguiu ainda chegar...".²⁰

18. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 2.

19. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 2.

20. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 2. Em muito se assemelha com o discurso oficial do Estado Novo. Vontade política - usando tons mediáticos e insinuantes na luta pelo progresso da cidade e bem estar dos seus cidadãos - que recorre a estratégias de foro ideológico e cultural para convencer e empolgar as suas gentes em prestar a colaboração necessária nos diversos projectos. Para evitar a queda da cidade em terreno sujo (lama), enfim, num estado de depressão económica, social e cultural, a autarquia, sonhadora e confiante, apela ao esforço, dedicação e sacrifício das pessoas da terra, nessa prova dura e difícil de superar.

Quando um período de maior debilidade política, social e económica irrompia pelo país, nem sempre compreendido pela população, o regime *estadonovista* lançava um conjunto de actos culturais ou discursos de acento ideológico nacionalista e passadista (Cfr., Jorge Ramos do Ó, *ob. cit.*, p. 394), encobrindo os pontos débeis da acção governativa de Salazar. A opção é valorizar as características do português, oriundas dos tempos da formação, independência e da projecção internacional do país. Afonso Henriques, D. João I, o Infante D. Henrique, Afonso V, D. João II, heróis da História de Portugal e ícones do progresso e do desenvolvimento da Nação, assim visualizados pelo Estado Novo, atingem o grau de modelos de comportamento social, moral e ético. Era esse mundo de memórias preenchido por guerreiros e navegadores também uma matéria a incluir no plano de "regeneração das almas". Um "homem novo" idealizado pelo Estado Novo, cingido às virtudes da raça e divorciado das imperfeições professadas pelo Liberalismo, parlamentarismo ou de outras ideologias inimigas, representa a medida central da viabilidade para uma governação estável e pacífica (Cfr., Fernando Rosas, *Prefácio*, 2003, pp. XXVII-XXVIII).

A impregnação de uma consciência mitificada e metafórica da Nação e da sua história transposta para a sociedade, invenção dos primeiros anos da República (à cabeça do programa de intervenção política e social republicano está o triunfo da revolução das consciências, a recuperação das ideias de nação, história e império. Cfr., Paulo Archer de Carvalho, *De Sardinha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranóia*, 1995, pp. 81-87), avança em direcção da implantação de uma coesão moral e ética, da elevação da auto-estima e orgulho nacional, da institucionalização da "portugalidade" (Cfr., Jorge Ramos do Ó, *ob. cit.*, pp. 392-395), e especialmente da mobilização das massas para a capacidade de concretização e realização dos projectos vitais para o país ou para uma

2.3. O roteiro turístico do Centro Histórico de Tavira

Estamos em 1939, nas imediações dos festejos dos centenários, e ao executivo camarário tavirense não sobram dúvidas quanto à marcha das obras culturais que a cidade recebe e daquelas que usufruirá. Acompanhado de um jornalista do periódico *O Século*, o autarca tavirense no activo, Isidoro Pires, revela o que a Câmara Municipal apostou para a cidade: a valorização e projecção da cidade como referência turística regional; o crescimento da qualidade de vida local; o melhoramento da imagem urbana que se molda no Centro Histórico; a divulgação dos valores ideológicos e políticos impregnados no património histórico. Objectivos para os quais os monumentos e o espaço museológico muito vão contribuir.

Nas qualidades exaltadas, nunca em demasia, a favor do representante máximo do município, o



Figura 2. Actual Rua D. Marcelino Franco (Antiga Corredoura). Finais dos anos 50, princípio do anos 60. (Arquivo Histórico Municipal. Família Andrade.)

Povo Algarvio explicita a barreira da acção política traçada antes e a partir de Isidoro Pires: "o que eram o Ribeirinho e a Corredoira (Figura 2) antes da sua passagem pela Câmara e o que são hoje ?", ou "O que eram a Galeria e o Alto de Santa Maria (Anexo 19) e aquilo em que se estão a

transformar?"²¹

Os seus antecessores, "preocupados com os problemas da política mesquinha, toda feita de ódios e paixões, não podiam dedicar a sua atenção aos assuntos de interesse nacional"²².

localidade em particular.

²¹. *Povo Algarvio*, 9 de Abril de 1939, ano V, n.º 254, p. 1.

²². *Idem, ibid.*, p. 1.

Propõe então o autarca ao jornalista, o confronto directo com todos os projectos que se desenrolam na cidade entre outros que se comprometem a aparecer nos tempos seguintes. Não se esgota na apresentação do programa cultural para a cidade a visita ao centro histórico, mas também se avista a promoção do roteiro turístico que os pontos de interesse histórico e artístico asseguram, constituindo a imprensa, e tratando-se de um periódico de expressão nacional, um excelente meio de divulgação e publicidade.

O itinerário que o presidente do município leva o jornalista do *Século* a calcorrear procura que seja repetido por uma pessoa da terra ou de outro local.

No papel de um guia, Isidoro Pires começa o passeio na porta de D. Manuel I²³ (Anexo 20). Nos poucos metros entre o arco que ostenta as armas do *Venturoso* e a portada principal da Igreja da Misericórdia, o autarca destapa o véu sobre os símbolos patrimoniais candidatos a monumento nacional, como "os baluartes existentes na cidade (...) o templo da Misericórdia em estilo Renascença, e o Castelo de Tavira, ultimamente adquirido pelo município"²⁴, e anuncia o programa

23. Um das variadíssimas portas de entrada para o antigo burgo de Tavira. Aquilo que as outras não têm faz dela um elemento patrimonial especial: a manutenção do arco e a composição decorativa e simbólica que preenche a parte superior desse mesmo arco. Adquire no reinado de D. Manuel I uma destacada notoriedade social, económica e artística no plano regional, superando outros centros urbanos, como por exemplo Lagos. Os contornos do espaço urbano, sensíveis ao crescimento da população residente e às prioridades económicas e sociais da terra, fornece um novo desenho: acrescentos ao antigo núcleo urbano de raiz "arábigo-medieval" (como por exemplo a mouraria), implantação na margem direita do Gilão de uma "urbanização" denotadora de um traço renascentista, e a reformulação da área urbana na margem oposta, em virtude da edificação de novos equipamentos religiosos (Cfr., José Eduardo Horta Correia, *A Arquitectura do Renascimento em Tavira*, 1992, pp. 81-87).

É cidade em 1520. A dedicação, a fidelidade e o patriotismo, sentimentos revelados em momentos críticos, como por exemplo na defesa das praças portuguesas no Norte de África, ou até pela situação geográfica, os seus recursos naturais e paisagísticos, propiciaram a entrega do Foral Novo a Tavira em 1504, e mais tarde o título de cidade (Cfr., Marco Lopes, *Tavira no tempo de D. Manuel I. Breve passagem pela principal terra do Algarve*, 2004, p. 9).

24. *Povo Algarvio*, 9 de Abril de 1939, ano V, n.º 254, p. 1. Foi preciso negociar com o casal João José Bernardo e Maria Cândida Bernardo a compra do terreno onde a réstia da muralha medieval se situava. Pelo preço de dez mil escudos a Câmara Municipal adquire a título definitivo uma área no Alto de Santa Maria onde alguns troços de muralha ainda se firmavam (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas Municipais*, 28 de Julho de 1933 a 10 de Novembro de 1938, Sessão de 28 de Abril de 1938, fl. 184 v.º). Pensava aí fazer o miradouro da cidade, a seguir às obras de recuperação e adaptação a essa finalidade que era ao fim ao cabo turística e de valorização patrimonial.

Em Novembro de 1938 é dada ordem para ser exarada a escritura de aquisição do sítio onde se encontravam os restos do antigo Castelo de Tavira (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas Municipais*, 17 de Novembro de

oficial local dedicado aos centenários, tendo no "cortejo ao túmulo de D. Paio Peres Correia, conquistador do Algarve (...)" a sua principal participação.

Um pouco à frente, o par que entusiasticamente se infiltra pelo Centro Histórico fica à beira da Igreja da Misericórdia (Figura 3). Sem receios, pois a História de Arte não pertence à sua área de formação, Isidoro Pires toma a palavra e atreve-se a descrever o templo: "É um belo edifício em estilo Renascença, com uma pureza de linhas e colunas que surpreende. A nossa visita prende-se por momentos, ao trabalho da talha do altar-mor, principalmente o pórtico,



Figura 3. Fachada principal da Igreja da Misericórdia (1541-1551) (Câmara Municipal de Tavira.)

que marca bem o aparecer da Renascença, os cobres e os azulejos"²⁵ (Anexo 21. 22 e 23).

1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 24 de Novembro de 1938, fl. 3 v.º).

25. *Povo Algarvio*, 9 de Abril de 1939, ano V, n.º 254, p. 1. Os ornamentos decorativos desta igreja, díspares no tempo e na sua expressão artística, exercem um efeito magnético sobre qualquer visitante. Produto de uma campanha artística, como dirá Vitor Serrão, apoiada num "tardo-renascimento de periferia" (Cfr., Vitor Serrão, *O contexto artístico de Tavira quinhentista*, 2003, pp. 228-229) praticada no Sotavento Algarvio, Baixo Alentejo e Andaluzia, o pórtico da Igreja da Misericórdia é uma obra impressionante pela sua dimensão e admirável pelo trabalho decorativo. André Pilarte é apontado como o autor de projectos arquitectónicos empreendidos nessas localidades, transparecendo em cada criação artística uma matriz personalizada, quer na técnica, quer nos materiais ou ainda na linguagem decorativa. Desse repertório de trabalhos arquitectónicos que lhe são atribuídos, é a porta da entrada principal da Igreja da Misericórdia de Tavira que vence em protagonismo. O pórtico, concebido em dois períodos diferentes, em 1541 o portal e em 1551 a parte superior a partir da arquitrave, não é na Igreja da Misericórdia exemplar único da arte renascentista. Também o são os capitéis, as colunas e os arcos. Os encantos desta igreja não se encerram nos testemunhos artísticos renascentistas. A centúria de setecentos também foi pródiga em revelar apontamentos artísticos de efeito visual bastante sedutores, como o retábulo principal e os painéis de azulejos. Aquele, sabe-se que foi realizado em 1722 pelo entalhador Manuel Abreu do Ó, e mais tarde completado com o sobarco com dossel e as cortinas em talha por outro entalhador (Cfr., Francisco Lameira, *A talha no Algarve durante o Antigo Regime*, 2000, pp. 197-198). Quanto ao revestimento azulejar das paredes da Misericórdia, que enumera os compromissos espirituais e corporais desta instituição, e passos da vida de Cristo, terá sido efectuado na segunda metade do século XVIII por um mestre de nome José Victorino (Cfr., Francisco Lameira, *Igreja da Santa Casa da Misericórdia*, desdobrável, 1999).

Este atractivo edifício, impressionante pela riqueza e pormenor decorativo da sua fachada "ao romano", e igualmente fulgurante na mistura de cores e estilos das manifestações artísticas fechadas nas suas naves, é convertido, por força da sua localização e da desistência de culto no local, a espaço museológico, vocacionado, atendendo ao seu acervo artístico, para a História de Arte.

Ainda que não tenha adoptado formalmente a categoria de entidade museológica, presenciamos na Misericórdia ao caso de uma igreja-museu²⁶ (Anexo 24) ou entidade para-museológica, que faz dos bens artísticos integrados autênticos objectos museológicos.

É seguido à visita dos bens artísticos distribuídos pelo interior da Misericórdia, a entrada nos mais recentes projectos culturais da cidade, importantes equipamentos ao serviço da instrução pública e do turismo. Ficam nas traseiras da capela-mor, numas casas anexas da Misericórdia: a Biblioteca no primeiro piso e o Museu por baixo. (Anexo 25)

Garantido pelo autarca está o momento da inauguração desses dois pólos de apoio à cultura e à educação, a acontecer em 1940, "em comemoração dos centenários"²⁷. Dúvidas parecem não se encontrar quanto aos propósitos que se acorrentam à formação do espaço museológico. Aquele projecto que conheceu os primeiros sinais de vida em 1937²⁸, convencido que o seu papel não iria além de um museu de identidade local / regional, reformula o género conceptual (em virtude de vir a homenagear as comemorações dos centenários), e passa a museu de História local, sem perder de vista o património espiritual da Nação e do seu passado²⁹. Durante esse período, o piso

26. No Algarve a situação não é estranha. Lagos, por exemplo, no seu Museu Regional integra no percurso expositivo, praticamente desde a sua inauguração, a nave da Igreja de Santo António. Prova isso mesmo a limpeza que as pinturas receberam em 1931, trabalho executado por Joaquim Costa, Director da Escola Industrial de Lagos, António Penisga, artista local, e o Dr. José Formosinho (Cfr., José Ramos Formosinho, *Museu Regional de Lagos - Dr. José Formosinho*, s.d., p. 4).

A exuberante talha dourada e os milagres de Santo António, registados em pinturas que se expõem numa combinação agradável quer com o revestimento retabulístico quer com os azulejos setecentistas, formam o conjunto artístico sacro de maior destaque musealizados *in situ*.

27. *Povo Algarvio*, 9 de Abril de 1939, ano V, n.º 254, p. 1.

28. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas Municipais*, 28 de Julho de 1933 a 10 de Novembro de 1938, Sessão de 1 de Abril de 1937, fl. 146.

29. Estavam em moda, nos países adeptos dos regimes autoritários, a formação de espaços museológicos dedicados

térreo das casas anexas da Misericórdia, entra em trabalhos de organização, enchendo até 1939 as áreas que se concederam para a exposição, com vários objectos: "panóplias, brazões de pedra e moedas antigas", e a Biblioteca, também ela a arranjar-se para a inauguração, dispunha de "algumas raridades de apreciável valor"³⁰. Revistos, o Museu e a Biblioteca, na parte final dos trabalhos de montagem "é o momento de subir até ao Palácio da Galeria" (Anexo 26). Sai ao encontro uma obra notável dos trabalhos de arquitectura barroca empreendidos no Algarve, nas palavras de Isidoro Pires, uma "velha casa solarenga, estilo século XVIII, o melhor palácio da cidade"³¹. Mostrava facilidade de comunicação e entendimento de razoável ordem quando se exigia algum comentário sobre temas de arte e história local. Também o restauro e a boa aparência dos edifícios históricos da cidade, medida indispensável a favor da renovação e requalificação da imagem urbana, inclinada para expor de forma saliente e singular pormenores artísticos dos monumentos, está integrado no discurso do autarca. Diversas intervenções estão em curso na cidade: o Palácio da Galeria, que "estava mal cuidado e nós [Câmara Municipal] repará-mo-lo convenientemente, fazendo obras indispensáveis" que as transformaram em instalações de "algumas repartições públicas"; a Ermida de São Sebastião (Anexo 27) que entra na "última fase das obras de restauração (...) que estava abandonada e quasi inutilizada, ameaçando ruína"; e as capelas góticas da Igreja de São Francisco (Anexo 28), testemunhos materiais que certificam a idade medieva do templo³².

à pátria. Pouco do motivo principal que conduziu à criação desses museus dependia da história ou do amor à localidade que recolhia esses equipamentos. Algo mais abrangente e profundo como o espírito pátrio e nacional justificam a criação desses pólos museológicos, utilizando-os como instrumentos de propaganda política e ideológica desses regimes. Na Alemanha, os *Heimattmuseen* (Museu da Pátria) atribuíam o destaque do programa museológico à ideia de pátria, avaliada como espaço físico e sentimento. Todos os objectos e temas à disposição dos visitantes neste género de museus mantinham uma relação conceptual comum, parcial e manipulada pelas ideias políticas. Complementam as características dos museus de pátria, "la expresión de una firme voluntad de comprender la vida del pueblo, de sus habitantes y de su tierra, de colaborar al desarrollo moral de la vida del país", e em conjunto com as instituições museológicas tradicionais, "trabajar por el común desarrollo de la patria". Cfr., Maria Bolãnos (ed.), *La memoria del mundo. Cien años de museologia (1900-2000)*, 2002, pp. 185-187.

30. *Povo Algarvio*, 9 de Abril de 1939, ano V, n.º 254, p. 1.

31. *Idem, ibid.*, p. 1.

32. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 1.



Figura 4. Muralhas do Castelo de Tavira
(Câmara Municipal de Tavira.)

As muralhas do Castelo de Tavira (Figura 4) e a Igreja de Santa Maria do Castelo (Figura 5) são os últimos pontos de passagem do circuito turístico elaborado para o centro histórico (Anexo 29). Terminam a visita precisamente na companhia de duas referências simbólicas da Formação e da Independência do país, dois monumentos históricos

em que transparecem as dinâmicas sociais, políticas, económicas e culturais das origens da ocupação cristã em Tavira.

Oficialmente, aqueles dois monumentos serviriam como palco da festa para as comemorações dos centenários. Definido o cenário principal da realização daquele evento, a Câmara Municipal de Tavira projecta a abertura de vias de acesso que de forma directa e rápida



Figura 5. Fachada Principal da Igreja de Santa Maria do Castelo. (Câmara Municipal de Tavira.)

permitissem conduzir os visitantes e a população tavirense a esse simbólico lugar, bem como contactar com os monumentos históricos³³ (Anexo 30).

33. Reflexo do passado local, o centro histórico, composto por edifícios históricos religiosos, civis e militares, tem o dom de personificar a própria singularidade espiritual e física da cidade. Passa a ser o lugar da história, o depósito da antiguidade da terra, das gerações ancestrais, da alma tavirense. A mitificação da história e do passado, experimentada na generalidade em todo o território nacional, procura nos monumentos históricos os seus objectos de culto e de representação dos projectos culturais. Sendo o centro histórico uma parcela muito específica da cidade, e um "suporte" visual e estético à medida das pretensões ideológicas e políticas do Estado Novo, a autarquia confere-lhe algum cuidado no seu enquadramento urbanístico e paisagístico. Em Lisboa, "capital do império", as obras que nas décadas de trinta e quarenta se responsabilizam pelas mudanças do seu aspecto urbanístico, vêem ao impulso de uma desejada combinação entre o autoritarismo político e a modernidade urbanística (Cfr., Vitor Matias Ferreira, *A cidade de Lisboa: de capital de império a centro da metrópole*, 1987, pp. 203-207). Significa que as intervenções urbanísticas ao tempo dos centenários resumem por um lado o intervencionismo político e ideológico *estadonovista* até na configuração urbana (delimitação de zonas de expansão, protecção de áreas históricas, aquisição e aumento do património municipal), e por outro lado a entrada discreta das linhas modernistas em Portugal.

Trouxe esse ambicionado "casamento" das teorias urbanísticas uma visão de cidade que respeitasse a união entre espaço e ideia. Enquanto testemunho valioso para a propaganda do discurso ideológico salazarista, o Centro

Nesse átrio de brindes à história e à alma nacional, que é o centro histórico, monumentos se descobrem com uma aproximação ideológica aos propósitos dos centenários, recebendo por isso o reconhecimento formal da sua ligação ao projecto que valoriza a identidade nacional, podendo-se aqui destacar a entrega do título de monumento nacional ao Castelo.³⁴

2.4. As obras do regime

Certo, é que a partir da entrada em cena deste executivo municipal, se projecta intencionalmente a dimensão regionalista da propaganda política e ideológica do Estado Novo. Tavira pretende assumir-se no contexto regional como um ponto receptor e transmissor dos princípios propagandísticos do regime. E mais uma vez, aliás como nos interessa aqui demonstrar, o património artístico e histórico responde com eficácia ao projecto de valorização da identidade, um dos objectivos repetidamente invocados.

Pela cidade, vão aparecendo obras de conservação em edifícios históricos religiosos³⁵ e civis,³⁶

Histórico, sem a companhia de acessos que permitissem à população local e aos turistas visitar a "cidade histórica", fica em posição longínqua e isolada, situação indesejada pela autarquia.

A resolução dos acrescentos das acessibilidades ao centro histórico e a reformulação das áreas envolventes, em suma, o projecto de reconfiguração e requalificação urbanística para essa zona, tem na construção de uma escadaria até ao Alto de Santa Maria e na formação de acessos até à Galeria os seus principais projectos.

34. *Povo Algarvio*, 18 de Junho de 1939, ano VI, n.º 264, p. 2.

35. O caso da ermida de São Sebastião, que em Março de 1937 está a receber "reparações na parte exterior" (*Povo Algarvio*, 14 de Março de 1937, ano III, n.º 146, p. 2), e em Abril do mesmo ano "trabalhos de conservação dos quadros e talha" (*Povo Algarvio*, 4 de Abril de 1937, ano III, n.º 149, p. 2).

Mas nem todas as iniciativas que este executivo camarário processa a favor da conservação e reabilitação do património artístico religioso da cidade colhem elogios. Os trabalhos de recuperação na ermida de São Sebastião, que por estas alturas representa a "reconstrução da talha do altar-mór que se achava toda arruinada", são confundidos com adulteração do significado e vocação do espaço em apreço, por uma hipotética transformação do mesmo em espaço museológico (*Povo Algarvio*, 18 de Abril de 1937, ano III, n.º 151, p. 1). Desafecta ao culto, a ermida entra em fase de degradação física no exterior e interior, imagem pouco digna do património religioso tavirense. O projecto da autarquia para a ermida de São Sebastião consiste em manter o espaço "aberto ao público", sem o "transformar em museu", uma vez que para isso "nunca poderia servir, abstraindo já se sabe, do facto de se tratar duma igreja" (*Idem*, *ibid.*, p. 1).

Assim sendo, confirma a própria Câmara Municipal que a ermida de São Sebastião passa a estar acessível ao público (deduzimos público em geral), após a conclusão das campanhas de restauro, para desfrutar e admirar o conjunto artístico aí exposto.

enquanto por outro lado se discutem projectos de restauro e processos de classificação para

Excluída a solução de converter a ermida em museu no seu sentido mais clássico e tradicional, fica também a certeza que esse templo deixa de assumir com a intensidade de outrora a sua função religiosa. Os fiéis dão a vez aos turistas e aos curiosos, e a ermida constitui mais uma opção no roteiro de turismo cultural em Tavira. A abertura ao público alarga então o roteiro turístico e os limites físicos do centro histórico, valorizando o seu património histórico e artístico extra-muralhas.

Uma pausa, não muito prolongada, surgiu em torno dos trabalhos de restauro da ermida de São Sebastião. Sem indicadores fortes que revelem as causas desta paragem, a Câmara ordena o reinício dos trabalhos em Setembro de 1937, uma obra considerada por muitos, votada "ao ostracismo" (*Povo Algarvio*, 12 de Setembro de 1937, ano IV, n.º 172, p.3). Merecem uma atenção particular no processo de recuperação do templo as diversas pinturas espalhadas pela capela-mor e nave.

Descartada à partida qualquer intervenção na camada cromática ou na superfície física das pinturas do ciclo de vida de São Sebastião, obras de "alto valor artístico", a filosofia de recuperação centrar-se-ia apenas em retocar ou remendar a moldura em madeira dessas pinturas. Atribuídas ao mestre pintor Diogo Mangina, os painéis que ilustram a vida de São Sebastião, assim como as seis grandes telas dedicadas a Maria (dispostas na única nave que possui - Cfr., Francisco Lameira, *Roteiro das Igrejas de Tavira*, 1996, pp. 62-63) os retábulos, as imagens e os azulejos, estão contemplados nos cuidados da Câmara Municipal de Tavira com o restauro desta igreja, trabalho que se começa a notar na cidade pela atenção renovada e pela persistência em concluir os trabalhos.

O desfecho das obras, a cargo do artista local José de Oliveira Pereira, dependente em grande parte dos trabalhos de restauro da talha (reconstituição de diversos fragmentos nas molduras da pintura e do retábulo-mor) está previsto para o final de Outubro de 1937 (*Povo Algarvio*, 19 de Setembro de 1937, ano IV, n.º 173, p. 2). Completam a intervenção, os trabalhos de "modificação do pavimento da sacristia e (...) pintura da referida talha" (*Povo Algarvio*, 10 de Outubro de 1937, ano IV, n.º 176, p. 2).

36. O Palácio da Galeria corresponde a um desses edifícios. A contas com uma "mancha escura" que ocupava desagradavelmente a sua fachada, o "velho palácio do século XVIII" recebe uma caiação de branco patrocinada pela autarquia, alterando a sua imagem. O aspecto asseado entretanto adquirido permite "admirar as belezas do seu estilo, as suas magníficas cantarias" (*Povo Algarvio*, 9 de Outubro de 1938, ano V, n.º 228, p. 2), antes menos esplêndidas pela sujidade que as ameaçava.

Imponente na estatura que aufere, e elegante no primor do risco arquitectónico e decorativo da sua fachada, o Palácio da Galeria, edifício que congrega linguagens artísticas de cronologias distintas, é actualmente na cidade de Tavira um dos imóveis mais notáveis do conjunto edificado histórico. Readaptado a Centro Cultural recentemente, obras com o patrocínio da autarquia, teve inquilinos e proprietários diversos e outras tantas funções ao longo do seu percurso de vida (Cfr., Arnaldo Casimiro Anica, *ob. cit.*, pp. 286-288). Escavações arqueológicas realizadas no seu interior desvendaram ali ter existido no período fenício vários poços associados a práticas mágico-religiosas (Cfr., Maria Maia, *Fenícios em Tavira*, 2003, pp. 66-70). O conjunto edificado conhecido por Palácio da Galeria não se fica por aqui quanto às suas riquezas arqueológicas e artísticas. Achados arqueológicos datados do período islâmico reforçam o conhecimento entretanto adquirido acerca da passagem de uma comunidade muçulmana em Tavira. Alguns arcos quebrados, que se foram anexando e formando assim o grandioso complexo habitacional do Palácio da Galeria, revelam alguns elementos da arte medieval cristã na cidade algarvia. Uma pequena *loggia*, provavelmente da autoria do mestre André Pilarte (Cfr., Vitor Serrão, *ob. cit.*, pp. 226-229) estará na explicação da atribuição do nome actual ao edifício. As influências da arquitectura barroca, facilmente se vislumbram no seu alçado principal.

antigos equipamentos militares e religiosos, respectivamente, o Castelo de Tavira e a Igreja da Misericórdia.

Concentrada no plano de valorização do património histórico para o centro da cidade, a autarquia procura dar a imagem autêntica e original do passado, usando desde os restauros da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.) até às pequenas obras de beneficiação.

A pretensão em contar com a presença de responsáveis da D.G.E.M.N. na cidade, com o intuito de "aconselhar a Câmara sobre as obras a realizar"³⁷, revela bem o interesse em aderir aos programas de intervenção patrimonial praticados no país.

Restava do antigo castelo medieval pouca coisa, mas era a singular panorâmica que se abria sobre a cidade que reunia as maiores potencialidades turísticas. Fazem parte do projecto de requalificação patrimonial deste bem imóvel o ajardinamento da área intra-muralha e o restauro, em harmonia "com as indicações da Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais", de "muralhas em ruínas" que fazem parte do património histórico de Tavira³⁸ (Figura 6).

Quer o Castelo quer a Igreja da Misericórdia, potenciais aspirantes a símbolos nacionais da história, numa operação de charme conduzida pela autarquia, são apresentados "ao Sr. Engenheiro Baltazar de Castro, da Dir. de Monumentos Nacionaes, que ficou encantado com o que teve tempo para vê,



Figura 6. Acto Comemorativo no Interior do Antigo Castelo de Tavira Anos 30-40. (Arquivo Histórico Municipal)

³⁷. *Povo Algarvio*, 21 de Fevereiro de 1937, ano III, n.º 143, p. 2.

³⁸. *Povo Algarvio*, 1 de Maio de 1938, ano IV, n.º 205, p. 2. O estado de conservação desse equipamento militar terá sido agravado com a derrocada de uma extensão de 20 metros de muralha (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 443, 27 de Fevereiro de 1940).

prometendo voltar e então com mais vagar"³⁹.

Antes, já a Câmara Municipal manifestara à D.G.E.M.N. o desejo de ver em Tavira responsáveis técnicos desse organismo para visitar o que restava do antigo Castelo. Pretendia a autarquia aconselhar-se junto da D.G.E.M.N. acerca do plano de recuperação mais acertado para o antigo Castelo da cidade: conservação das ruínas das muralhas por via do restauro integral, ou construção de um miradouro⁴⁰(Anexo 31). Mais tarde é aceite o pedido de deslocação da D.G.E.M.N., após alguma insistência exercida a partir da Câmara Municipal de Tavira⁴¹. Tais contactos concretizados pela autarquia a partir de 1937, propondo a visita dos responsáveis daquele organismo ao principal núcleo de património histórico da cidade, insinuavam uma candidatura, dos imóveis históricos mais próximos tipológica e simbolicamente ao título de monumento nacional.

Encetados os primeiros contactos com os responsáveis máximos da D.G.E.M.N. sobre o processo de classificação, não sobram dúvidas que "os restos das muralhas, especialmente o chamado Alto de São João e a Igreja da Misericórdia, exemplar perfeito da Renascença", sejam conhecidos "muito em breve" por "monumentos nacionaes"⁴².

A deliberação final sobre a classificação de qualquer monumento exigia que se honrassem alguns trâmites legais. Corresponde um deles, talvez um dos principais, à memória descritiva sobre o valor histórico e artístico do monumento, conforme sucedeu com Tavira para o Castelo e a Igreja da Misericórdia⁴³. A D.G.E.M.N. recomendava a consulta ao Dr. José Formosinho⁴⁴ caso

39. *Povo Algarvio*, 22 de Maio de 1938, ano IV, n.º 208, p. 1.

40. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, 1.º trimestre, Pasta A 175, n.º 78, 15 de Fevereiro de 1937; Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 253, 19 de Fevereiro de 1937.

41. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, 1.º trimestre, Pasta A 175, n.º 145, 20 de Março de 1937.

42. *Povo Algarvio*, 22 de Maio de 1938, ano IV, n.º 208, p. 1.

43. Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 1199, 21 de Maio de 1938.

44. Representava no Algarve, a perceber não só pela sugestão da D.G.E.M.N., uma referência no plano da cultura e do estudo do património histórico e artístico. É em Lagos que nasce, corria o ano de 1888. Forma-se em Direito, e exerce

precisassem de esclarecimentos sobre o assunto.⁴⁵ Queria esta autarquia ultrapassar velozmente as formalidades inerentes ao processo de classificação: para respeitar fielmente o número de projectos esboçados para inaugurar por altura das comemorações dos centenários, mas também para promover em tempo útil uma eventual candidatura aos financiamentos dispensados pelo Estado no âmbito da recuperação de monumentos históricos.

Aumenta gradualmente a pressão de Tavira sobre a D.G.E.M.N.. Regularmente a autarquia vai contactando com aquele organismo, estabelecendo assim uma postura diplomática mais "ofensiva" e vigilante sobre as classificações dos monumentos de Tavira a património nacional.

A visita do Arquitecto Director da D.G.E.M.N., Baltazar da Silva Castro⁴⁶, a Tavira nos primeiros dias de Maio de 1938, "aproveitando a viagem ao Sul"⁴⁷ (Anexo 32), e tratando-se de uma reunião sobre o plano de restauro do Castelo, motiva a autarquia a reforçar daí em diante a legitimidade patrimonial anteriormente confiada à candidatura de monumentos nacionais.

A conservação do património histórico, medida indissociável do pensamento *estadonovista*, fundamenta o pedido de atribuição de monumento nacional ao Castelo e à Igreja da Misericórdia⁴⁸

o cargo de notário, primeiro em Portimão e depois em Lagos. Mas é como arqueólogo e museólogo que se dá a conhecer. A ele se deve a criação do Museu Regional de Lagos, instalado na antiga Igreja de Santo António. Colecções de Arqueologia, Numismática e Arte Sacra, as primeiras a serem constituídas, obrigaram a adaptar o antigo edifício religioso, com a ajuda da D.G.E.M.N., a espaço museológico. Contudo, com a aprovação desta entidade, o Museu recebe mais colecções, ampliando a sua área museológica. É autor de diversos estudos na área da Arqueologia e da História. Organizou exposições e foi responsável por escavações arqueológicas nos concelhos de Lagos e de Aljezur. Morre em 1960 na mesma cidade que o viu nascer (Cfr., Glória Maria Marreiros, *Quem foi quem? 200 Algarvios do século XX*, 2000, pp. 203-206).

45. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Cópia de Ordem de Serviço* n.º 3937, 20 de Maio de 1938.

46. É uma figura forte da D.G.E.M.N. à passagem da segunda metade dos anos trinta, precisamente no período em que se desloca a Tavira para decidir o plano de restauro do castelo. Possui uma formação ampla na área artística. A carreira profissional na D.G.E.M.N. inicia-a nos serviços do Norte demonstrando uma intensa actividade na intervenção do património religioso medieval. A Lisboa chega em 1936 como Director dos Monumentos. Sai do país em 1938 como bolseiro do Instituto de Alta Cultura para observar, principalmente em Espanha e França, exemplos de restauro na arquitectura militar medieval, retirando alguma informação para as intervenções nos castelos portugueses no ano dos centenários (Cfr., Maria João Baptista Neto, *ob. cit.*, pp. 221-224).

47. Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Recebida*, Pasta A 268, n.º 695, 7 de Maio de 1938.

48. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, 2.º trimestre, Pasta A 176, n.º

(Anexo 33). Sem qualquer resposta até Junho de 1938, a Câmara Municipal repete formalmente a solicitação do grau de monumento nacional aos imóveis citados, informando que daria início a um levantamento arquitectónico do Castelo⁴⁹ (Anexo 34). Apesar de infrutíferas, as tentativas de aprovação dessas candidaturas a monumento nacional (Castelo e Misericórdia) conduzidas pela autarquia não se apagam, pelo contrário, arrastam-se quase interminavelmente.⁵⁰

À conquista de um espaço no restrito grupo do património edificado "realmente" nacional, depois de uma série de investidas, a Câmara Municipal recebe a recompensa do esforço e da persistência. Insistira o sector dirigente da D.G.E.M.N. com a delegação regional de Évora para apresentar um "relatório para propor a classificação como monumento nacional o castelo e a Misericórdia da cidade"⁵¹ (Anexo 35). Chega aos corredores da D.G.E.M.N. o esperado documento nos finais de Novembro de 1938⁵² (Anexo 36), substanciado pela visita que o Director da 3.ª secção da D.G.E.M.N. na companhia do Presidente e Vereador do Pelouro da Cultura e Turismo efectuou pelo Centro Histórico: "visitou a Igreja da Misericórdia que o interessou muitíssimo, considerando-a digna de ser classificada como Monumento Nacional para o que iria providenciar rapidamente"⁵³. Acompanhados de fotografias e plantas, os processos de classificação, há muito

329/C, 19 de Maio de 1938.

49. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, 2.º trimestre, Pasta A 176, n.º 415/C, 27 de Junho de 1938.

50. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, 3.º trimestre, Pasta A 176, n.º 549/C, 1 de Setembro de 1938.

51. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Recebida*, Pasta A 269, n.º 944, 21 de Outubro de 1938.

52. Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 3953, 21 de Novembro de 1938.

53. *Povo Algarvio*, 30 de Outubro de 1938, ano V, n.º 231, p. 2. Redigido pelos técnicos da secção regional de Évora da D.G.E.M.N., no seguimento das visitas aos monumentos, o relatório que acima de tudo é um acto de teor informativo e apelativo a um certo patamar na classificação do património edificado, não deixa de ser um documento da descrição da história e dos factos associados aos monumentos, da apologia estética e artística do património edificado enquanto testemunho dos momentos cruciais do passado nacional (Independência e Restauração), e da construção a partir do monumento - na condição de representante ideológico e moral - de um imaginário de identidade nacional.

Cada um dos comentários envolvendo os dois monumentos tem abordagens e perspectivas diferentes. Do Castelo de

enviados à D.G.E.M.N., rumam ao seu destino final em Dezembro de 1938⁵⁴ (Anexo 37). Convencida do "valor histórico e da antiguidade" a D.G.E.M.N. coloca o castelo e a Misericórdia em posição de se virem a tornar monumentos nacionais⁵⁵.

Inaugura um novo ano, acompanhado de incertezas e interrogações. A Câmara de Tavira repete os pedidos de classificação⁵⁶, consciente dos curtos prazos disponíveis para se candidatar aos financiamentos dos restauros do património edificado, e do preparo que as comemorações dos centenários na cidade envolvem. Em Março de 1939, a despacho da Junta Nacional de Educação⁵⁷ (Anexo 38) é anunciado o parecer final. Neste texto, mais uma vez o valor histórico do monumento é sublinhado, justificando a sua eleição, em detrimento do "seu valor artístico"⁵⁸. Símbolo da coragem, do sofrimento e do patriotismo de antigas gerações que por Tavira passaram. A preservação de um ícone da nacionalidade, como demonstra ser o Castelo, representa um dever imperioso, pois o contrário "seria crime". Passa a integrar o conjunto dos monumentos nacionais, estatuto reconhecido pela D.G.E.M.N. dias depois (Anexo 39 e 40).

Surpreendida, a Câmara Municipal, irá conhecer os resultados da classificação do Castelo a monumento nacional através de periódicos regionais. Num clima de estupefacção total exige esclarecimentos sobre o processo⁵⁹ (Anexo 41). Até na atribuição de classificação a autarquia Tavira sobressai o factor histórico e ideológico do monumento, ligado às principais marcas do passado nacional e regional. A arte ou a composição decorativa e estética é uma outra abordagem do património monumental, assente no caso da Igreja da Misericórdia.

54. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Recebida*, Pasta A 269, n.º 1092, 13 de Dezembro de 1938.

55. Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Informação interna-saída*, n.º 4565, 28 de Dezembro de 1938.

56. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, 1.º trimestre, Pasta A 178, n.º 202/C, 16 de Março de 1939.

57. Após ter recebido da D.G.E.M.N. o processo que propunha a classificação das muralhas do Castelo a Monumento Nacional em Dezembro de 1938 (que incluía memória descritiva, planta topográfica e fotografias), a Junta da Educação Nacional emite o parecer em Março de 1939, dando imediatamente conhecimento do mesmo àquela entidade (Cfr., Ministério da Educação, Secção Geral, Divisão de Arquivo, *Direcção Geral de Ensino Superior e Belas Artes*, 3.ª secção, L.º 20, n.º 196, Diversos, L.º 20 - P. - 151 a 250, 1939, 3/3054).

58. Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 661, 31 de Março de 1939.

59. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, 2.º trimestre, Pasta A 178, n.º

conserva algumas questões: a aplicação ou não do título de monumento nacional à Igreja da Misericórdia⁶⁰. Achámos a resposta no parecer da Junta Nacional de Educação⁶¹ (Anexo 42). Mesmo antes de se conhecerem os resultados das candidaturas desses edifícios históricos a monumentos nacionais, a receita quanto aos tipos de procedimentos técnicos e científicos de restauro e conservação já eram debatidos. As opções, por influência ideológica do regime, vivem em função da reintegração do estilo original, assim planeado para a Igreja da Misericórdia, ou da supressão de "vandalismos antigos e modernos" previsto para as muralhas do Castelo⁶².

Falamos de um suposto nacionalismo que cada monumento deveria transportar, salvando o que ainda resistira dos elementos artísticos genuinamente portugueses, e disfarçando ou ocultando os que, apesar da sua riqueza e primor decorativo, poderiam nada significar sobre o país, a sua

643, 7 de Junho de 1939.

60. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, 2.º trimestre, Pasta A 178, n.º737, 23 de Junho de 1939.

61. Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 2054, 26 de Setembro de 1939. Desprovida da mesma carga simbólica em torno da história nacional e dos momentos altos da personalidade do "ser português", a Igreja da Misericórdia elogiada pelo seu "valor arqueológico e artístico" contenta-se com a classificação de Imóvel de Interesse Público.

62. Cfr., *Povo Algarvio*, 22 de Maio de 1938, ano IV, n.º 208, p. 1. Entendia o regime *estadonovista* que os monumentos históricos bem exprimiam o espírito comemorativo das épocas áureas da História Nacional, uma das referências do ambiente moral e ideológico. Olhados como legítimos representantes do passado nacional, pela sua antiguidade e pelo valor que simbolicamente prestaram na afirmação nacional e projecção do país no resto do mundo, os monumentos históricos, face à sua importância como documentos vivos e sobreviventes daquele imaginário de unidade e glória, torna evidente a necessidade de zelar pela sua preservação e conservação. A salvaguarda do património histórico, como refere Miguel Tomé, vai permitir "a fixação e transmissão das memórias colectivas e identidades de um grupo social" (Cfr., Miguel Jorge Biscaia Ferreira Tomé, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, 1998, p. 2). Tudo o que respeita à conservação e ao restauro será empreendido de forma a garantir a percepção do simbolismo e do valor histórico do monumento. Não admira portanto que os critérios de intervenção no monumento sejam pautados pela reintegração estilística do perfil primitivo do monumento, ou restauro estilístico, que consta na supressão de acrescentos aos elementos de origem, reconstrução de partes alteradas e reconstituição de modificações de interesse histórico (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 20).

Dependia o sucesso da imagem e da promoção turística do país e da cidade em particular na preservação de monumentos. Isso irá acontecer com particular destaque aos castelos, durante os festejos dos centenários, monumento valorizado numa perspectiva histórica, símbolo da defesa do território. Caracteriza-se o processo de restauro, motivado pela falta de uso, demolição ou pelo sacrifício que os arranjos urbanísticos impunham (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 36), por trabalhos simples de conservação, tais como a consolidação ou limpeza de cantarias e pequenas

história ou as suas gentes.

Preponderante, o recurso ao património cultural como instrumento propagandístico da personalidade ideológica do Estado Novo, vem provar que afinal a sua obra não "abrange só o progresso material mas também o campo espiritual, a Política do Espírito a que António Ferro se referiu nas suas entrevistas com o Chefe do Governo"⁶³. Comunica-se em Abril de 1940, que as obras de restauro da Alcáçova do Castelo de Tavira têm início em breve, através do suporte financeiro de 35.000\$00 proveniente do Fundo de Desemprego⁶⁴. É confirmado o seu início nesse mesmo mês⁶⁵ (Anexo 43 e 44).

Visitam ainda em Abril o Castelo de Tavira dois técnicos da D.G.E.M.N., que ultimam o plano de intervenção de restauro, sob a companhia do Presidente e Vereador do Pelouro da Cultura e do

reintegrações, embora urgentes (forçadas pelos centenários) para inaugurar a tempo a obra (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 41). Prolongar-se-iam as intervenções nos castelos depois de 1940, completando em algumas áreas físicas a suposta reconstituição primitiva da imagem do monumento.

63. Cfr., *Povo Algarvio*, 22 de Maio de 1938, ano IV, n.º 208, p. 1.

64. É ajustado por esse valor os trabalhos de restauro ao construtor civil António Domingues Esteves, de Valadares. Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Informação interna-saída*, n.º 1099, 29 de Maio de 1940; Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 1456, 31 de Maio de 1940. Propõe este construtor na sua lista de trabalhos, a reconstituição integral das muralhas, em alvenaria, e do arco da entrada, em cantaria apicoada. Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 1435, 29 de Maio de 1940.

Constituíra um problema social e económico nacional o desemprego. Na tentativa de desacelerar o crescimento de pessoas sem emprego o Governo através do Commissariado estimula a ocupação profissional recorrendo a verbas do Fundo de Desemprego, provenientes do imposto do Desemprego (Cfr., Maria João Baptista Neto, *ob. cit.*, p. 165). A D.G.E.M.N. era uma das entidades que proporcionava emprego em pequenos trabalhos, onde se inclui o restauro dos monumentos. Assinala-se porém a fraca ajuda financeira do Commissariado de Desemprego no restauro dos monumentos, que se explica pela necessidade de uma mão de obra especializada para esse trabalho (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 165). Apenas se verifica o aumento de verbas no período de comemorações dos centenários, que coincide com o maior número de intervenções, principalmente em castelos, e uma taxa de desemprego elevada (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 166).

65. *Povo Algarvio*, 14 de Abril de 1940, ano VI, n.º 303, p. 1. Numa constante troca de informações sobre a previsão do início dos trabalhos, a D.G.E.M.N., acaba finalmente por divulgar a data: 20 de Abril (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Informação interna-saída*, n.º 821, 29 de Abril de 1940).

Turismo⁶⁶.

Paralelamente à atmosfera cultural e patrimonial intervencionista *estadonovista* que se respira, conduzida ora pelo Governo Central ora pela autarquia, através do restauro e das obras de reabilitação de monumentos históricos locais, seleccionadas com fins de propaganda ideológica, um momento alto para a vida cultural da cidade se apresenta e que nos interessa em particular: a deliberação camarária em "criar um museu em Tavira", com o apoio de "empregados da secretaria" que "percorrerão a cidade, a fim de obterem objectos de arte e objectos antigos para aquele fim"⁶⁷.

66. *Povo Algarvio*, 21 de Abril de 1940, ano VI, n.º 304, p. 2.

67. Cfr., *Povo Algarvio*, 4 de Abril de 1937, ano III, n.º 149, p. 2.

3.1. As comemorações regionais dos centenários e a museologia ao serviço da propaganda

político-ideológica

Antes de 1938, ano em que o Presidente do Conselho de Ministros lança ao país um manifesto acerca da História e da Nação que todos se deveriam esforçar por cumprir e desfrutar, já o regime tinha ensaiado, abordando esses temas, importantes eventos no país¹ e fora dele (Paris em 1937²; Nova Iorque³ e São Francisco em 1939, que pretendiam projectar internacionalmente a imagem

1. Como é o caso da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, em 1934, uma das primeiras, que retrata temas como o colonialismo, a missão civilizadora e o *império*.

2. Enquanto país anfitrião da Exposição de 1937, a França determina que a admissão de qualquer país participante se sujeite à apresentação de projectos originais nas áreas da técnica e da arte, as traves temáticas desta reunião internacional. Obedece a Comissão Organizadora do Pavilhão de Portugal aos termos de fundo da exposição, sem se esquivar a interpretações de tendência propagandística ao nível dos resultados obtidos em torno da indústria e da arte em Portugal (Cfr., Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo (1934-1940)*, 1998, pp. 42-44).

Na ordem das atenções traçadas pelos organizadores do Pavilhão de Portugal, onde António Ferro desponta, constava o equilíbrio e a neutralidade do discurso expositivo, a linha estética a usar, o programa museográfico e o projecto arquitectónico que o iria acondicionar. A comunhão da linha modernista que gira na Europa e a herança dos símbolos e da arte de períodos mais recuados trava linhas de concórdia, as suficientes para endireitar o plano arquitectónico. No seu interior, a disposição bem articulada das salas, devido à condução linear, simples e explícita dos temas, vale alguns elogios à comitiva. Registam-se novidades técnicas nas operações que o discurso expositivo monta, preparados agora com antecedência e vários cuidados no domínio da comunicação com o público.

3. Reconstruir o passado glorioso da Nação, tema a que será dado um tratamento especial, e conservar essa imagem até ao presente, representam os principais objectivos da Exposição. Uma nação orgulhosa, honrada e gloriosa, aquela que "mostrará ao mundo que, sem empréstimos extraordinários, sem pedir nada à finança estrangeira, pode fazer face aos altos encargos da defesa nacional, do fomento, da instrução (...)" (*Povo Algarvio*, 29 de Janeiro de 1939, ano V, n.º 244, p. 3), será o retrato de Portugal na Exposição de Nova Iorque.

O passado, a Nação e a independência territorial, representa para a Comissão Organizadora da Exposição, mas em primeiro lugar para o Governo, as noções que são capazes de legitimar o modo de vida que propõe aos cidadãos: encerrado sobre o seu terreno, discreto, lutador nos tempos mais delicados. Muitos episódios da história portuguesa recebem transformações nos seus conteúdos, regulando a mira destes para o fortalecimento da unidade entre os portugueses, e a demarcação do território e do império.

Confessa o Governo salazarista durante os programas expositivos, em nome de todo o país, a pretexto de ultrapassar o isolamento político e social que sobre ele se abate, que Portugal é auto-suficiente ("lição incomensurável do nosso ressurgimento sem ajudas, que rebaixam, nem fraquezas que envergonham" - Cfr., *Idem, ibid.*, p.3), e independente. Estampado na Exposição que representa Portugal nos Estados Unidos da América está a ideia de uma nação orgulhosa, só, tradicional e amarrada ao passado.



Capítulo 3

Capítulo 3

do Estado Novo, do seu ideário e das suas potencialidades turísticas), procurando dessa forma dar uma imagem sólida e coerente em relação aos princípios nucleares que davam vida ao regime *estadonovista*⁴.

Tratava-se essa aclamação da História e da Nação do Duplo Centenário da Independência e Restauração da Pátria⁵, marcado para 1940, ano que concentra simbolicamente a passagem dos

4. Nos regimes autoritários europeus em vigor nas décadas de trinta e quarenta, entre eles Portugal, a exposição assumia-se como uma marca do regime, um instrumento de propaganda e da consolidação da mensagem política e ideológica (Cfr., Margarida Acciaiuoli, *ob. cit.*, pp. 15-17). Com domínio em larga medida para temas relacionados com a obra e os princípios do Estado Novo, as exposições sedimentam uma posição forte na estratégia comunicativa e propagandística com o público, demonstrada com a realização de exposições ao longo da década de trinta. Qualquer exposição possui um carácter único. Conhecem-se temas para todos os gostos e estes mudam consoante a tática comunicativa e a sua intencionalidade (Cfr., Ángela García Blanco, *La exposición. Un medio de comunicación*, 1999, p. 60).

5. Precisamos de recuar no tempo para encontrar as primeiras intenções dos festejos dos centenários. Corria o ano de 1924 quando essa proposta surge pela primeira vez, na Sociedade Histórica da Independência de Portugal (Cfr., Maria Isabel João, *ob. cit.*, p. 102). Viria a ser reforçada mais tarde em duas ocasiões (*Idem, ibid.*, p. 102.).

Curiosamente, distam um ano de diferença as datas de comemoração dessas efemérides. Em 1939 "faz oitocentos anos Portugal contada a sua independência desde que D. Afonso Henriques se proclamou rei pela primeira vez", e em 1940 "o terceiro centenário da Restauração, ou seja, o terceiro centenário da reafirmação" (*Povo Algarvio*, 3 de Abril de 1938, ano IV, n.º 201, p. 1). Seguindo a premeditada ordem natural dos acontecimentos, em primeiro lugar deparamo-nos com as origens do território, as raízes da nacionalidade, mais tarde recuperado pela consciência das responsabilidades que o povo detém no processo de soberania do país.

A última data desta tríade cronológica das comemorações, isto é, 1940, tem como finalidade *integrar a figura de Salazar nos momentos áureos da Nação*. Personifica à vista da propagandística *estadonovista* o realizador de novas obras, o sentimento e o carácter nacional (reproduzidos na pobreza, simplicidade, na modéstia, no esforço - Cfr., Jorge Ramos do Ó, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" (1933-1949): ideologia, instituições, agentes e práticas*, 1999, pp. 24-27), o que lhe confere um certo equiparo simbólico no estatuto de governante e herói às duas outras figuras homenageadas: Afonso Henriques e D. João IV.

A evocação da longevidade e autenticidade da nação, invariavelmente associada ao desempenho ímpar de bravos heróis medievais e modernos, sugere um trabalho de adaptação, manipulado por conveniência política e ideológica, de características exemplares e brilhantes do passado, aos homens e ao território do presente (Salazar apontava o culto pelo passado e o respeito pela Nação como os principais alicerces da educação nacional e do progresso moral do país, todavia, o passado - segundo o chefe do Governo - deveria ter um impacto menor sobre os destinos futuros do país, uma vez avaliada a excessiva valorização feita na altura (Cfr., Maria Isabel João, *ob. cit.*, p. 522). Na realidade, desejáveis modelos de comportamento social retirados a partir de personagens da história de Portugal começam a ser manipulados ideologicamente pelo Estado Novo para chegar à população. Para cada uma das efemérides que se pretendem festejar está reservada a participação simbólica de D. Afonso Henriques e D. João IV, fontes de inspiração perfeitas para o Governo convencer o povo português a rever-se no papel dessas figuras históricas.

800 anos sobre a fundação do reino de Portugal, e dos 300 anos sobre o movimento de insurreição nacional liderado pelo futuro rei D. João IV.

Desse evento o património cultural beneficiará em larga escala. Realizam-se obras de restauro em monumentos históricos, promovem-se exposições⁶, com destaque para a Exposição Histórica do Mundo Português na qual a autarquia de Tavira marcou a sua presença⁷ (Anexo 45, 46 e 47), e

Vigor, força, espírito combativo e guerreiro, conceitos encarnados por D. Afonso I pelas vitórias alcançadas nos campos de batalha de Norte a Sul do país, pertencem à sua missão evangelizadora e civilizadora de formação do território e da identidade nacional. Epítetos como restaurador da independência ou patriota, personificam desta vez o monarca D. João IV.

Se para o discurso salazarista os homens e as mulheres de Portugal devem cultivar o respeito pelo passado e pelos seus líderes políticos, considera não menos primordial fundir a herança cultural e social apregoada pela História, à vocação natural da nação no tempo presente.

Está vertido nesta linguagem apelativa e investida de simbolismo, não a recordação inerte de uma história-mito, mas justamente o passado enquanto impulsionador e fundamentador da capacidade realizadora do Estado Novo. O regime descobre virtudes significativas na História, sobretudo como uma importante colaboração na encenação do poder e na sua durabilidade social, mental e política: definição de modelos sociais e morais para a sociedade, capacidade de criar uma espécie de cortina ou bastidor entre o real e o fictício, e apoiar na representação da sua feição concretizadora, demonstrada pela conclusão de obras públicas maiores.

6. Constavam também do programa dos centenários quatro exposições, confirmando desta maneira a valia que esta representa como meio de comunicação e expressão na propaganda nacional. As exposições e as festas, na perspectiva salazarista, reúnem os créditos maiores para encabeçarem esse pleno propagandístico.

Aproveitando o simbólico acto de instalação da Comissão Organizadora das Comemorações, o Chefe do Governo enaltece os esforços das equipas de trabalho das exposições e os seus resultados positivos, fruto de uma experiência museológica que se vai consolidando. A Exposição Colonial do Porto e a Exposição Internacional de Paris, foram consideradas dois bons exemplos de exposições, e simultaneamente dois projectos propagandísticos, produtos de conceitos e imagens fiéis às orientações "dentro do clima do Estado Novo e da directriz política do Chefe que a Portugal concedeu" (*Povo Algarvio*, 8 de Maio de 1938, ano IV, n.º 206, p. 1).

Espera-se das Comemorações dos Centenários um mediatismo no mínimo idêntico às exposições internacionais. Seguramente fundamental para robustecer os termos principais do discurso político e do ideário salazarista, a Exposição do Mundo Português vai vestir o papel de um dos interlocutores mais queridos ao Governo, valendo-se dos múltiplos bens culturais e suportes museográficos a utilizar, e da flexibilidade conceptual e comunicativa de os manusear.

Qualquer um dos projectos expositivos já esboçados para os festejos dos centenários, irá não só ajudar a assinalar "um feito brilhante que honra o povo português", mas também a exprimir "a apoteose à glória e à independência nacionais: a consagração do esforço duma raça privilegiada que, com a ajuda de Deus, conquistou a sua liberdade e soube reconquistá-la nobre e alevantadamente" (*Idem, ibid.*, p. 1).

7. Ficou entregue ao Pavilhão de Honra o acto inaugural dessa exposição. O seu interior era decorado, essencialmente, por bandeiras de todos os municípios do país, enviadas a pedido da Comissão Organizadora dos Centenários. A bandeira do município tavirense seria recebida a 15 de Junho de 1940 após várias insistências dos

desenrolam-se nas cidades projectos de obras públicas⁸.

responsáveis pela Exposição (tinham sido feitas as primeiras sondagens sobre o assunto ainda no ano de 1939). Poucos dias antes do início da Exposição, a Comissão Organizadora recorre a uma tentativa derradeira para obter deste município a sua bandeira, no sentido de a juntar a um lote significativo delas no Pavilhão de Honra (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, Pasta A 272, L. 4, n.º 212, 23 de Janeiro de 1940; *Correspondência Recebida*, Pasta A 272, L. 4, n.º 1228, 13 de Junho de 1940; *Correspondência Recebida*, Pasta A 272, L. 4, n.º 1260, 19 de Junho de 1940).

Simbolicamente, estava reunido nesse edifício todo o país, ou interpretado de outra forma, esse espaço funcionava como base de concentração e de união do país no ponto geográfico e político central do império português: Lisboa. A dimensão simbólica que a bandeira detinha no imaginário e na visão de um país sólido e uno era de tal forma importante que a autarquia de Tavira (e provavelmente todas as outras) recebe do Commissariado Geral da Exposição Histórica do Mundo Português um pedido de autorização para oferecer a bandeira do município. Pretendiam-na utilizar no Estádio Nacional "não só em todas as festas de carácter desportivo, como em outras festas públicas que em Lisboa se realizarem" (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 5 de Fevereiro de 1941, fl. 154). Anuiu à petição a Câmara Municipal de Tavira (*Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 5 de Fevereiro de 1941, fl. 155).

Na Exposição do Mundo Português cada um dos pavilhões reflecte a presença de uma mistura entre o gosto modernista e as influências dos símbolos artísticos e arquitectónicos nacionais. Individualmente, eles exploram as ideias fulcrais da mentalidade e da cultura salazarista, numa vertente sectorial e repartida: a fundação, a independência, os descobrimentos, a colonização, o império, as principais metrópoles do país, a etnografia.

Contudo, o modernismo, vaga artística que florescia na Europa, tinha interpretações distintas no seio dos regimes autoritários. Em Portugal, o modernismo não se assume como corrente artística progressista, futurista ou criativa. Pelo contrário, sujeita-se a representar o lado estático da história e o folclore. Vai inibir dessa forma qualquer tentativa de inovação estética, conduzindo a produção artística a um "modernismo apaziguado sob tiques heráldicos e historicistas progressivamente insistentes, ocasionalmente regionalistas também" (Cfr., Rui Afonso Santos, *O Design e a decoração em Portugal: Exposições e Feiras nos anos vinte e trinta*, 1994, p. 205).

8. Queria a organização das Exposições Centenárias reproduzir tanto no campo urbanístico, como artístico e arquitectónico, a sua concepção de História e de Nação. Em Lisboa entendia-se perfeitamente o espírito que guiava a organização dos festejos da nacionalidade: monumentos como a Torre de Belém e o Mosteiro de Santa Maria à beira do Tejo, estão direccionados numa clara apropriação da cultura ideológica e política salazarista, e que se destina a associá-los aos períodos referentes à projecção internacional do país, do seu domínio e poderio no mundo. Termina com a inauguração da Exposição de 1940, simbolicamente, um ciclo do urbanismo em Portugal. São patentes na capital do país as influências do modernismo na arquitectura e no urbanismo, mas é o risco do "autoritarismo político" que mais se sente (Cfr., Vítor Matias Ferreira, *ob. cit.*, p. 144). Cede o "modernismo urbanístico" dando lugar a uma visão monumental, tradicional, histórica e transcendente da cidade. Ideia de urbanismo essa defendida por Duarte Pacheco, e que vigorará mesmo depois da sua morte. Estava embutido nesse quadro urbanístico que acompanha as décadas de trinta e quarenta, implantado na sua maior força em Lisboa, e cujo apoiante principal é precisamente Duarte Pacheco (Ministro das Obras Públicas e Comunicações, e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa), a capacidade de transformar a cidade num símbolo para os estrangeiros, e num exemplo para as outras localidades do país (*Idem, ibid.*, p. 145).

Tavira executa entre 1937 e 1940, um modesto conjunto de obras, mas significativo do ponto de vista simbólico. Em

Tudo parece indicar que em Fevereiro se iniciariam os preparativos⁹. Nas palavras de Salazar estas comemorações serviriam para "dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio através da evocação de oito séculos de história, que foram simultaneamente oito séculos da história do mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência"¹⁰. Todo o povo, como Salazar o sublinha, está identificado como o principal destinatário da festa, o público da mensagem do Estado Novo. Estas festas, tratando-se de uma "grande festa de família, não interessa só à capital; a província, as ilhas, todos os domínios terão de participar nela"¹¹. Naturalmente a região algarvia, e a cidade de Tavira em particular não representavam excepções. O Algarve tem uma participação activa nessas celebrações, em virtude de ter acolhido passagens fundamentais da história nacional tais como a independência e a expansão do seu poder. A conquista e a demarcação definitiva do país, no século XIII, protagonizada pelas ordens militares cristãs e também pelas figuras dos monarcas, bem como a posição geográfica e estratégica privilegiada no contexto dos Descobrimentos, figuram como dois momentos altos de Portugal¹². Quanto ao programa oficial das festas dos centenários do Algarve este teve uma duração bastante estreita, e foi limitada no território. Diversos actos solenes, especialmente de carácter elogioso da história regional e das suas principais figuras, ocuparam a agenda do ciclo de comemorações dos centenários¹³.

Lisboa edifica-se a Cidade da História, enquanto Tavira tudo faz para realçar no todo urbano o seu Centro Histórico. Um programa de comemorações, que na opinião da Comissão Organizadora, vem criar mais emprego, vai produzir mais receita, colocar o país nas rotas turísticas, tornando-o mais visitado e conhecido, mas que também vai proporcionar a requalificação das áreas urbanas, a renovação da imagem dos monumentos históricos, e a criação de equipamentos culturais, como por exemplo os museus.

9. Cfr., *Povo Algarvio*, 12 de Fevereiro de 1939, ano V, n.º 246, p. 3.

10. *Povo Algarvio*, 3 de Abril de 1938, ano IV, n.º 201, p. 1.

11. *Idem, ibid.*, p. 1.

12. Todo o país estava atento e cooperava nas festas da Independência e da Restauração. E embora a consagração e homenagem dos antepassados respeitasse um dos principais pretextos da comemoração, a fé no futuro e a tentativa de repetição no presente do legado cívico e social das gerações passadas incluíam as outras pretensões dos responsáveis pela organização (Cfr., Margarida Acciaiuoli, *ob. cit.*, p. 210).

13. Basearam-se em dois objectivos a celebração dos centenários na região: representação dos factos históricos, respeitando os temas principais do Duplo Centenário, que tenham acontecido no território algarvio, e valorizar o panorama turístico regional presente (Cfr., Carla Faustino, *ob. cit.*, pp. 523-524).

Tem início no dia 14 de Junho de 1940 em Faro, na presença de Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, com o descerramento de uma lápide comemorativa do Quarto Centenário de elevação a cidade (Anexo 48), e mais tarde a inauguração de um monumento ao Bispo D. Francisco Gomes do Avelar (Figura 7).¹⁴ À tarde inaugura-se na parte do Seminário destinado a Paço Episcopal uma exposição de



Figura 7. Monumento inaugurado em 1940 a propósito dos centenários na região em homenagem ao Bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar. Largo da Sé. (Marco Lopes)

A Comissão Regional das Comemorações era composta pelas seguintes pessoas: Dr. José Correia Nascimento e José de Sousa Uva, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Eng. Barata Correia, Director das Estradas, Dr. Lister Franco, Capitão Matias de Freitas, Engenheiro Agrónomo João Cabral, Director do Posto Agrário, Dr. Eduardo Calado, Dr. Monteiro Simões, reitor do liceu e o Padre Pinheiro e Rosa, representante do Sr. Bispo. Seria eleito como secretário Pinheiro e Rosa e como tesoureiro Matias de Freitas (Cfr., *O Algarve*, 29 de Outubro de 1939, ano XXXII, n.º 1648, p. 1).

14. A passagem de Gomes do Avelar pela Congregação do Oratório tornar-se-ia fundamental no desenvolvimento da sua personalidade iluminista, que bem patente se inscreve na diocese algarvia por ele governada entre 1789 e 1816. Nos anos em que comanda a Igreja no Algarve, Gomes do Avelar, natural de Alverca, fica ligado ao restauro de vários templos, medida que em boa parte está associada aos contactos artísticos, estéticos e filosóficos que trouxe da sua estadia por Roma. Tavira guarda hoje no seu Centro Histórico um dos exemplos da intervenção de restauro protagonizadas por Gomes do Avelar, a Igreja de Santa Maria do Castelo. Defendia como princípio de recuperação de antigas igrejas em mau estado, o respeito pela integridade física de testemunhos artísticos de épocas recuadas, aliás, comprovável na Igreja de Santa Maria, quer no seu exterior (porta principal de cunho medieval), quer no seu interior (capelas colaterais medievais, a capela manuelina do Senhor dos Passos, e a capela do Santíssimo com registos artísticos prévios ao terramoto de 1755). Sobre a vida de Gomes do Avelar e a sua acção no bispado do Algarve ver, Maria João Baptista Neto, *Uma cultura de restauro iluminista. A acção do Bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar*, no prelo.

A Câmara Municipal de Tavira esteve associada à participação financeira para a construção desse monumento. Após a abordagem feita pela Câmara Municipal de Faro à sua congénere de Tavira (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 9 de Maio de 1940, fls. 89 v.º - 90), sugerindo que esta definisse no orçamento reservado para as comemorações centenárias no Algarve uma verba que liquidasse os "três mil escudos" subscritos para o monumento, esta aprova no fim do mês de Maio de 1940 o seu contributo financeiro (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 30 de Maio de 1940, fl. 95v.º).

A contas com despesas relativas aos centenários em Faro continuaria a Câmara Municipal de Tavira no ano de 1942. Cerca de 5.400\$00 foi a quantia que se registou no orçamento suplementar, e que obrigou o executivo camarário a acrescentar na rubrica das despesas de 1942, corrigindo assim os gastos previstos nos centenários (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta da Gerência e Plano de Actividades*, Pasta A 65, 1.º Orçamento Suplementar, 1795 B, 1942). Juntamente com os encargos de maior valor que a autarquia inspirava (central eléctrica, pavimentação de ruas e águas) a Exposição das Comemorações dos Centenários em Faro criava dificuldades

âmbito iconográfico, artístico e bibliográfico, dedicada a esse prestigiado prelado¹⁵ (Anexo 49 e 50), assim como um padrão comemorativo da conquista do Algarve aos mouros. A grande exposição das províncias do Algarve, no largo de São Francisco¹⁶, elaborada por Carlos Porfírio, Comissário Geral da Exposição, culmina o dia de festejos em Faro¹⁷.

A comitiva do governo central segue no dia 15 de Junho para Sagres, para aí "glorificar o Infante D. Henrique" e "os seus mareantes"¹⁸. À espera estão os principais dirigentes eclesiásticos do Sul do país, que realizarão nessa localidade uma cerimónia religiosa. A benção do mar e uma encenação alusiva à história local encerram as actividades de recepção aos membros do governo. Última escala será em Lagos. A inauguração do monumento aos Mortos da Grande Guerra é o ponto alto das comemorações oficiais dos centenários nessa cidade.

Enquanto isso, em Tavira o executivo camarário, consciente do efectivo significado das comemorações dos centenários e do contributo que cada província se dispõe a oferecer, inicia os primeiros esboços do programa de festejos, ou se quisermos, de adesão à grande festa nacional¹⁹.

financeiras acrescidas, numa fase em que o imposto sobre o pescado (principalmente o atum) dava alguma estabilidade aos cofres do município (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta da Gerência e Plano de Actividades*, Pasta A 65, Relatório da Gerência da Câmara Municipal de Tavira, 8294 B, 1942).

15. Importantes peças artísticas de alguns templos de Tavira entram nesta exposição. Pertencente à Igreja do Carmo esteve uma galheta de prata branca relevada, de um lado com um elefante e do outro com dois corações, datada do século XVIII, mais um cálice de prata dourada atribuído à mesma época (Cfr., *Povo Algarvio*, 4 de Abril de 1965, ano XXXI, n.º 1607, p. 4). Um elaborado cofre eucarístico da Misericórdia, proveniente da Igreja de São José, também se encontrava exposto (Cfr., *Povo Algarvio*, 18 de Abril de 1965, ano XXXI, n.º 1609, p. 4). Seriam emprestadas pela Igreja de Santa Maria algumas dalmáticas (Cfr., *Povo Algarvio*, 25 de Abril de 1965, ano XXXI, n.º 1610, p. 4), e uma estante de missal ricamente decorada em madre pérola (Cfr., *Povo Algarvio*, 13 de Junho de 1965, ano XXXII, n.º 1617, p. 4).

16. No largo de São Francisco, a exposição traçada por Carlos Porfírio pretendia divulgar algumas características económicas dos concelhos da região. Tavira, na área expositiva que lhe estava compreendida, apresenta uma reconstrução do castelo, símbolo da independência nacional, mas também um dos sítios da cidade com interesse turístico (Cfr., *O Algarve*, 23 de Junho de 1940, ano XXXIII, n.º 1682, p. 2).

17. Acerca do calendário das festas na região, a autarquia de Tavira terá tido conhecimento pelo Governo Civil de Faro em Janeiro de 1940 (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 11 de Janeiro de 1940, fl. 66 v.º).

18. A Câmara Municipal de Tavira é uma das entidades convidadas a assistir a esse evento (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 30 de Maio de 1940, fls. 95-95 v.º).

19. Antes da comunicação oficial do programa de festas dos centenários, em 1938, tendo como promotor a

A autarquia lança duas primeiras propostas em Maio de 1938 para inscrever a cidade nesse projecto de aclamação da história da Nação. Para comemorar o 8.º centenário da fundação de Portugal, Tavira sugere o dia 11 de Junho de 1939, feriado municipal. A passagem dos 700 anos sobre a "conquista de Tavira aos moiros", em 1942, é a segunda escolha.²⁰

Ambas as propostas de homenagem dos centenários aguardam maior consistência quanto ao seu conteúdo e logística, trabalho esse a ser desenvolvido pela autarquia, com o auxílio imprescindível da população de Tavira.²¹

autarquia, já importantes testemunhos patrimoniais tavirenses recebiam obras de manutenção e restauro, prolongados durante os anos seguintes.

A entrada em 1937 de um novo executivo camarário em Tavira, chefiado por Isidoro Pires, revelar-se-ia auspiciosa para a dignificação e projecção dos valores da arte tavirense, explicável pela vaga assinalável de trabalhos de restauro praticados em edifícios históricos religiosos, civis e militares, pela abertura de um museu e de uma biblioteca bem como pela organização de eventos culturais.

Motivos de ordem patrimonial assistem esta cidade algarvia a aspirar legitimamente a um lugar de notoriedade no panorama artístico, arquitectónico e histórico na região, e até mesmo no país. Os elementos artísticos e arquitectónicos da cidade, cuja curva temporal ainda é longa, demonstra a sua vida longínqua. Merecem uma atenção particular, como não podia deixar de ser, os monumentos históricos cujas características estéticas e simbólicas melhor ilustram o passado e a nação na concepção salazarista. Casos como o castelo e a igreja de Santa Maria do Castelo entram na lista de imóveis históricos de relevo para a Nação, e ainda recebem tratamentos de recuperação na sua estrutura material. Outros pormenores artísticos, em avulso pela cidade, como janelas de traço renascentista ou até portas medievais, também detêm interesse artístico e turístico.

Matérias como o abastecimento de água e luz aos domicílios ocupavam quotidianamente a agenda dos políticos locais. Preservar o recinto do património histórico de Tavira era um objectivo escassas vezes pronunciado. A época dos Descobrimentos, que fizeram de Tavira uma urbe respeitada e na vanguarda no aspecto social, económico e artístico no âmbito regional, já ia longe. Existem testemunhos artísticos desse período histórico da cidade na década de trinta e quarenta. Propõe Isidoro Pires e o seu executivo, através daqueles "documentos" da História da cidade, retomar a posição mais elevada e repetir os momentos de graça vividos nos séculos XV e XVI. Isso dependeria da preservação do núcleo arquitectónico e artístico do centro da cidade, matéria muitas vezes ultrapassada por outras, consideradas prioritárias e urgentes. Isidoro Pires inverte o grau de importância que algumas das áreas de intervenção no município conheciam antes. O património histórico e cultural revela-se como um tema central na sua campanha política na cidade.

As potencialidades turísticas, o ambiente cultural e mental que atravessa todo o país, a própria formação intelectual ou profissional de alguns membros do executivo camarário, representam os factores mais decisivos que contribuíram para a revitalização e valorização do centro histórico de Tavira.

Aos habitantes locais, esse museu "in situ" do passado da cidade impõe-se como um exemplo moral e social de vida, mostrando o carácter instrutivo e pedagógico que o património histórico acaba por deter. Em relação aos visitantes de outras localidades, Tavira é um destino turístico, onde a sua história e a sua arte se dá a observar.

20. *Povo Algarvio*, 1 de Maio de 1938, ano IV, n.º 205, p. 1.

A definição dos conteúdos da programação dos centenários mostrava então ser uma tarefa demorada. Assente a ideia de tornar as festas do Duplo Centenário o mais nacional possível, ou se quisermos o mais abrangente no território, várias comissões de organização desse evento exerciam um contacto próximo e assíduo com as autarquias. Propositadamente preparado para colher informações relativas às iniciativas culturais e recreativas dos centenários, o inquérito concebido pela Comissão Executiva das Festas no Algarve também permitia efectuar um retrato real das festas locais e da implicação do património monumental e simbólico. A essa inquirição a Câmara Municipal responde em Março de 1939²² (Anexo 51). A firma ter um plano concreto para as festas, a acontecer no Centro Histórico. Sem concretizar, refere que várias obras no núcleo antigo da cidade iriam ser inauguradas, possivelmente o castelo medieval, "desde que se façam, quanto antes, as obras necessárias"²³. Uma homenagem a D. Paio Peres Correia, através de uma romagem à sua sepultura (Igreja de Santa Maria do Castelo), no feriado municipal, era outro acto que se integrava no programa local das comemorações centenárias²⁴. Ainda não estava composta

21. Qualquer destas duas datas sugeridas remete-nos para um dos principais motivos das festas nacionais: a fundação. Os contornos territoriais e a autonomia política nacional seriam dados efectivos, pela primeira vez, depois de consumada a derrota de alguns núcleos políticos-administrativos islâmicos ainda resistentes e, consequentemente, a anexação deste espaço ao restante anteriormente conquistado. Na faixa litoral do Algarve que hoje se conhece, estavam distribuídos os vários núcleos urbanos islâmicos, cujas raízes se detectam através de valiosos achados arqueológicos desse período (Sobre a ocupação islâmica em Tavira veja-se os artigos mais actualizados sobre o tema, todos no Catálogo da Exposição: *Tavira. Território e Poder*: Abdallah Khawli, *Tavira islâmica. Novos dados sobre a sua história*, pp. 131-146; Ahmed Tahiri, *Tavira islâmica Uma entidade urbana de Uksunuba en Gharb al-Andalus*, pp. 147-154; Manuel Maia, *Muralhas islâmicas de Tavira*, pp. 155-162; Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco, *Tavira islâmica: Uma aproximação à vida quotidiana*, pp. 163-167). Desalojou o poder islâmico desta zona o fronteiro-mor Paio Peres Correia com a ajuda da Ordem militar de Santiago. Setecentos anos cumpridos sobre o afastamento do domínio islâmico, os anos de 1939 e 1942 celebram não só a fundação nacional como também comemoram a supremacia dos valores cristãos, a afirmação política da região, e a renovação a vários níveis do espaço urbano e da vida dos seus moradores.

22. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, Pasta A 178, 1.º trimestre, n.º 204/C, 16 de Março de 1939.

23. Cfr., *Idem, ibid.*

24. Cortejos ou romagens às principais figuras da história local ou a monumentos evocativos de antigas efemérides também tinham lugar nestas cerimónias. Tavira homenageia e consagra publicamente os heróis da conquista cristã. Acompanhavam o trajecto - normalmente partia da Praça da República até à Igreja de Santa Maria - as principais individualidades locais da política, da justiça, das corporações e da Igreja. Entoavam pelas ruas algumas

nesta altura uma comissão concelhia, assumindo a Câmara Municipal o pleno comando das comemorações centenárias em Tavira.²⁵

A cerimónia de encerramento dos centenários, fixada em todo o lado para dia 2 de Dezembro de 1940, convida no caso de Tavira os mais importantes nomes da vida política e social, juntando-os, certamente, para partilharem entre si os resultados finais dos centenários quer a nível nacional, quer regional e local, focando sempre os valores culturais e mentais do regime, aqueles pelos quais se guiavam, como os principais factores de influência de toda a obra material e espiritual do Estado Novo.²⁶

3.2. A criação do Museu Municipal de Tavira: o programa museológico e o edifício

Criado por deliberação camarária em Abril de 1937²⁷ (Anexo 52), recebe de imediato o apoio maioritário da população, que instantaneamente se presta a doar objectos de interesse histórico e artístico aos funcionários camarários mandatados para proceder à recolha de bens patrimoniais. Até a equipa de trabalho que a Câmara Municipal constituiu, propositadamente concebida para organizar o museu e a biblioteca, reflecte a prioridade e o significado político e cultural que estes dois equipamentos possuem. A Biblioteca já existia, porém, uma das casas anexas da Igreja da

composições musicais interpretadas pela Academia Musical Tavirense, elogiada e recompensada pelas suas actuações (esta banda musical que apoiou a autarquia nas comemorações dos centenários é distinguida com um subsídio retirado a partir do Orçamento suplementar - Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 19 de Setembro de 1940, fl. 120 v.º).

25. Decorrido pouco mais de um ano sobre o questionário enviado pela Comissão Organizadora dos Centenários no Algarve, a Câmara Municipal de Tavira ordena o início de algumas obras na cidade, a pensar no contributo que o município podia dar a esse evento. Três intervenções no Centro Histórico pertenciam a esse plano: a conservação do miradouro junto ao castelo e respectiva canalização de água, a reparação da calçada de D. Paio Peres Correia, e a reparação e pintura dos bancos do jardim (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 9 de Maio de 1940, fls. 92 v.º - 93). A este lote de projectos, destinados a embelezar os vestígios do passado e a proporcionar várias acessibilidades e protagonismo cultural e turístico ao Centro Histórico, adicionam-se a Biblioteca e o Museu. Entre a Rua da Liberdade e o antigo Castelo de Tavira surge uma escadaria que cria um acesso directo ao principal palco das festas dos centenários.

26. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Convites*, Pasta A 98, doc. 12584, C 1.1.1., 27 de Novembro de 1940.

27. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 28 de Julho de 1933 a 10 de Novembro

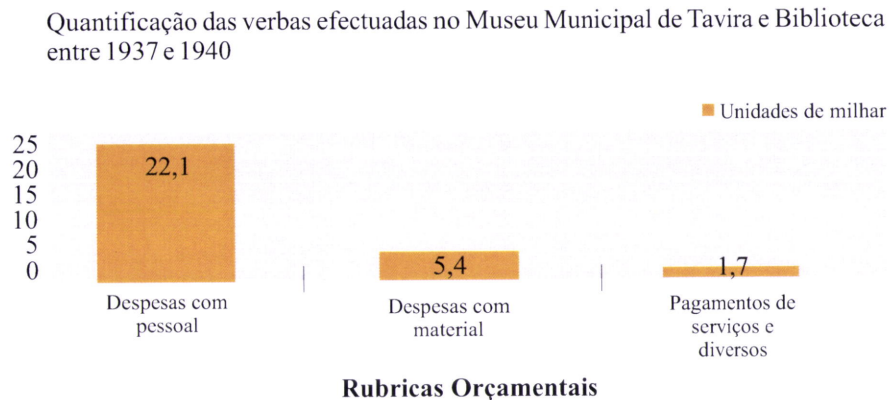


Gráfico 1

Misericórdia seria apenas a sua nova morada. Zelava pelas obras e todos os documentos da Biblioteca um funcionário que no ano de 1937 recebia a verba de 4. 800\$00²⁸ (Gráfico 1). Pressionada pela data que determina o dia inaugural das Comemorações dos Centenários, e pelos benefícios turísticos que calculam usufruir, a autarquia reforça o número de funcionários da Biblioteca e do espaço museológico (Anexo 53).

A capacidade realizadora do Governo, um dos traços políticos e culturais do Estado Novo e que os Centenários pretendem enaltecer, manifesta-se em todo o território nacional. Em Tavira, a autarquia acelera o ritmo dos preparativos da inauguração do museu e da biblioteca. Entre 1938 e 1940, ano da abertura do Museu Municipal de Tavira, a Câmara Municipal recruta dois assalariados.²⁹

de 1938, Sessão de 1 de Abril de 1937, fl. 146.

28. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta de Gerência e Plano de Actividades*, Pasta A 63, Orçamento Ordinário de 1937, 1762 B.

29. Os valores dos vencimentos oscilam durante esse período. Em 1938 um serventuário contratado ganha 480\$00 por ano, e o outro 240\$00 (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta de Gerência e Plano de Actividades*, Pasta A 64, Orçamento Ordinário de 1938, 1738 B). Em 1939 o corpo de funcionários dos serviços de museu e biblioteca permanece. Mantém-se o encarregado de Biblioteca e Museu e os dois serventuários. Um deles, auxiliar de encarregado de Biblioteca recebe 600\$00 por ano e o outro elemento 300\$00 (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta de Gerência e Plano de Actividades*, Pasta A 64, Orçamento Ordinário de 1939, 1769 B).

Em 1940 a equipa tem o mesmo número de pessoas, contudo, os vencimentos sobem. O auxiliar do encarregado de Biblioteca passa a ter um ordenado anual de 1200\$00 e o serventuário 540\$00 (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta de Gerência e Plano de Actividades*, Pasta A 64, Orçamento Ordinário de 1940, 1773 B).

Esta equipa assegurava em simultâneo o funcionamento da Biblioteca e do Museu. Bem presente a falta de especialização técnica para a museologia no tipo de categorias profissionais em causa, numa altura em que decorrem cursos de formação³⁰ e em que a profissão nos museus está regulamentada, os funcionários da Câmara Municipal de Tavira acumulavam indistintamente funções no serviço de museu e biblioteca. Ficava reservado ao encarregado principal a coordenação técnica e logística - dentro das limitações da formação e recorrendo à experiência de anos de serviço na biblioteca - da montagem e segurança dos bens culturais no museu municipal. Para além das manifestações de carinho das gentes da cidade, o *Jornal Povo Algarvio* não poupa elogios a esta iniciativa municipal, classificada como um contributo para o "bom nome e progresso da nossa linda cidade".³¹

Num universo museológico regional formado por escassas unidades³², o Museu Municipal de Tavira preocupa-se em representar institucionalmente a autarquia, e a nível cultural e patrimonial a cidade.³³

A cultura e a educação eram dois índices importantes de avaliação sobre o estado de desenvolvimento ou progresso da população. Como instituição de cultura e de ensinamentos, o museu é aproveitado e transformado num instrumento de instrução e propaganda nacionalista e tradicionalista. Aquele progresso, que a imprensa escreve como um desejo para a cidade,

30. Desde 1932 prevê-se a formação de conservadores através de estágio, reestruturado o regime profissional e de formação em 1953 e depois legislado em 1965 - Cfr., Isabel Matias Moreira, *Museus e Monumentos de Portugal (1772-1974)*, 1989, p. 81.

31. *Povo Algarvio*, 11 de Abril de 1937, ano III, n.º 150, p. 2.

32. Cfr., José Gameiro, *Museus e museologia no Algarve. Realidades e Perspectivas*, 2001, pp. 217-222.

33. Neste período, os espaços museológicos dependem também dos organismos administrativos locais e regionais. Estas entidades incitam a que determinados equipamentos com responsabilidades nas áreas do conhecimento e do estudo se adaptem às realidades culturais locais. A História da cidade, a Arte ou a Etnografia, oferecem-se como potenciais temas de exposição, retocados depois à imagem política do Estado Novo (Cfr., Henrique Coutinho Gouveia, *Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo*, 1985, pp. 171-180).

Pesava na decisão da criação do Museu Municipal, por um lado, a representação local a nível institucional e cultural do regime *estadonovista* nos centenários e, por outro lado, a salvaguarda, conservação e divulgação de testemunhos que se reportassem à antiguidade da região.

simboliza o conhecimento da história e a sensibilidade que as pessoas da terra devem ter quanto à preservação do património cultural. Além da componente da identidade cultural que a isso conduz o património histórico e artístico, o seu efeito ético e moralista também é aqui sugerido. Entusiasmada com os louvores provenientes da população de Tavira acerca da proposta de criação de um museu, a autarquia prontamente acciona os trabalhos preparatórios de instalação desse projecto museológico, juntamente com a biblioteca municipal "no edificio anexo à Igreja da Misericórdia"³⁴.

É decidido arrendar à Santa Casa da Misericórdia de Tavira, proprietária do edificio religioso, algumas das divisões que possuía nas traseiras do altar-mor da igreja quinhentista. Pequenas reparações nessas divisões da igreja eram inevitáveis, em virtude dos problemas de conservação deparados³⁵ (anexo 54), que se estendiam também à sua cobertura³⁶. Depois de resolvidos os problemas de conservação (que se tratariam de pequenas obras de arranjo e consolidação de estruturas) e também da aquisição de mobiliário expositivo e da recepção de várias colecções, a Câmara acorda com a Misericórdia de Tavira o arrendamento daqueles espaços³⁷ (anexo 55). Via a autarquia na Igreja da Misericórdia um dos edificios históricos mais emblemáticos e atractivos da cidade. Fóra e dentro, a Igreja da Misericórdia exhibe motivos artísticos e estéticos de qualidade, apelativos e sedutores. Terá sido a composição decorativa da Misericórdia, entendida numa vertente histórica e turística, aliado à sua localização central no Centro Histórico que despoletou a decisão da autarquia. O facto de estar encerrada ao culto também ajudou à escolha. A sua singularidade artística e arquitectónica valeu-lhe, juntamente com o Castelo, uma candidatura a monumento nacional, decisão partilhada entre a autarquia e a Santa Casa da

34. *Povo Algarvio*, 16 de Maio de 1937, ano III, n.º 155, p. 3.

35. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 28 de Julho de 1933 a 10 de Novembro de 1938, Sessão de 13 de Maio de 1937, fl. 150 v.º.

36. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 28 de Março de 1940, fl. 80 v.º.

37. O preço mensal da renda, que começa a ter efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1939, é de 120\$00, e engloba além do museu, a biblioteca e outra casa anexa (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 12 de Janeiro de 1939, fls. 10-10 v.º; Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Tavira, *Correspondência Expedida*, n.º 127, 9 de Novembro de 1938).

Misericórdia. Interessava à autarquia elevar os motivos de interesse de visita a essa igreja, e também demarcá-la como uma referência da história e da arte de Tavira. A classificação valorizava o templo e a cidade: iria torná-la um bem patrimonial protegido, poderia socorrer-se do apoio da D.G.E.M.N. em casos de risco na estrutura física do imóvel³⁸ (Anexo 56), e certamente motivaria a presença de mais visitantes³⁹. No seu interior o revestimento de azulejos setecentistas, os capitéis do século XVI e a talha barroca do altar-mor compõem um espaço museológico de arte sacra. A instalação do Museu Municipal nas costas do altar-mor, acessível pelo interior da igreja através de uma porta situada no lado do evangelho, configura o recheio artístico da Igreja da Misericórdia como um primeiro módulo expositivo ou a parte inaugural de um itinerário museológico que termina depois no museu. A História da Igreja da Misericórdia que é contada pelos vários elementos artísticos, em primeiro lugar, e a História da cidade, revelada pelos diversos objectos que se recolhiam na cidade, em segundo lugar. Capitéis, azulejos e talha pertencem a um programa decorativo, marcando uma transição ou passagem até ao outro espaço expositivo: o Museu Municipal.

38. No decreto n.º 20985, de 7 de Março de 1932, que reformula o sistema jurídico da salvaguarda do património arquitectónico, o Ministério da Instrução Pública através da Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes tem a seu cargo a coordenação dos trabalhos de carácter artístico dos serviços públicos e a guarda do património artístico e arquitectónico do país. O Conselho Superior de Belas Artes pronuncia-se sobre a classificação dos imóveis históricos, bem como as obras grandes de restauro. Sempre que a D.G.E.M.N. o solicita podem analisar projectos de restauro sobre os monumentos nacionais (Cfr., Maria João Neto, *Memória, Propaganda e Poder: o restauro...*, pp. 173-176; *Decreto n.º 20985 de 7 de Março de 1932, Diário do Governo, I.ª Série, n.º 36*). Fruto de uma revisão orgânica, o Ministério da Instrução Pública, em 1941, que então se designa por Ministério da Educação Nacional, associa à defesa, salvaguarda e valorização do património a Junta Nacional da Educação, concretamente a 4.ª Subsecção da 2.ª Secção (Cfr., Maria João Neto, *Memória, Propaganda e Poder: o restauro...*, p. 177). A D.G.E.M.N. passa a estar sujeita a todos os pareceres desta entidade sobre os projectos de obras, bem como ao acompanhamento durante a sua fase de execução (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 177).

39. Competia em beleza com a Sé de Silves, depois deste, "talvez o mais belo monumento artístico do Algarve", mas também denunciava um estado de conservação problemático. A cobertura da igreja, bastante degradada, expressava as principais lacunas de conservação. Situação que afectaria a visita do público a esse monumento e a preservação do seu recheio artístico. Ressentida por dificuldades financeiras que transitam de anos anteriores, a Santa Casa da Misericórdia de Tavira admite ser incapaz de patrocinar as obras de recuperação que a igreja exigia. A alternativa de financiamento aos arranjos da cobertura podia estar na candidatura da igreja da Misericórdia a monumento nacional, um mecanismo que permitiria travar o agravamento de danos profundos no imóvel (Cfr., *Povo Algarvio*, 28 de Maio de 1938, ano V, n.º 209, p. 2).

Sem surpresas o projecto do Museu Municipal arranca aplausos da "bancada" de ilustres intelectuais tavirenses. Sublinhamos nesse domínio o artigo exaustivo de Damião de Vasconcelos⁴⁰. Começa por enaltecer este executivo pela "abençoada deliberação" em constituir um espaço museológico na cidade de Tavira. Sobretudo, por considerar que esse projecto museológico tem como objectivo prioritário "valorizar o seu torrão natal, conservando o que os nossos ancestrós legaram a prol do comum e aproveitância da terra, ou como hoje se diz: a bem da colectividade e engrandecimento da terra".⁴¹

Generalizado um pouco por todo o país, o sentimento regionalista, que se confunde no Estado Novo com a pluralidade e diversidade nacional, consiste em relembrar a história da terra, os seus heróis e os seus feitos. O museu municipal, segundo Damião Vasconcelos, vai desempenhar o papel de guardião da herança legada pelos antepassados, revelada através de diversos objectos artísticos. A identidade cultural e histórica de Tavira estava contida, no dizer desse investigador e jornalista, no Museu Municipal. Nele, a essência do carácter do habitante e da cidade de Tavira estava representado. Era factor de vaidade e orgulho. Constava nos seus principais objectivos a promoção turística da Igreja da Misericórdia, e da história da cidade, mas também consolidar o panorama cultural, mental e ideológico que envolvia o tavirense. Cabia a esse regionalismo *estadonovista* encontrar os valores e a personalidade daquele que era natural da terra, no folclore, na tradição ou na história.⁴²

O Museu Municipal de Tavira tem origem no espírito dos centenários, embora o programa local não lhe faça qualquer referência.⁴³ A força política que o projecto museológico requer é notada

40. *Povo Algarvio*, 23 de Maio de 1937, ano III, n.º 156, p. 1.

41. *Idem, ibid.*, p. 1.

42. Cfr., Dulce Helena Pires Borges, *ob. cit.*, p. 49.

Acontece no continente como nas ilhas. Nos Açores, por exemplo, a caracterização cultural e identitária do habitante local é assegurada pela história e pela geografia. A açorianidade, como ousa pronunciar Vitorino Nemésio, resulta da combinação entre a figura do português do século XV e as paisagens das ilhas (Cfr., Maria Helena de Meneses Ormonde, *Entre localismo e cosmopolitismo: Museu de Angra do Heroísmo de 1942 a 1979*, 1996, pp. 58-62).

43. Os centenários propiciam o elo de ligação desejável entre a população, o território e as linhas ideológicas do regime político de Salazar. Todas as regiões ou províncias do país participavam activamente nessas festas. Expunham no programa de comemorações a sua cultura, a sua história, os seus costumes. A criação de museus era

quando se anuncia os festejos da Fundação e Restauração do país⁴⁴. A política cultural que a direcção municipal a cargo de Isidoro Pires implanta em Tavira, fracturante em relação aos executivos anteriores, não decide de imediato a abertura do museu, criado em 1937. Será o programa dos centenários que provocará o embalo político-cultural marcante e legítimo para a criação de museus de província⁴⁵, incluindo o de Tavira⁴⁶.

Traçados os objectivos da constituição do espaço museológico, "a Câmara arranca a um prolongado e lamentável esquecimento", e "torna devidamente conhecidos e apreciados", diversos bens patrimoniais dispersos pela cidade. Com o museu, surge a oportunidade de reunir bens patrimoniais escondidos por vários cantos da cidade e divulgá-los ao público.

uma das iniciativas dos centenários. Lugares da história da terra, os museus brotam nesta fase como um sinal evidente das repercussões da cultura regionalista que o país experimenta. Existe a partir dos centenários uma forte justificação na constituição de unidades museológicas: a afirmação da cultura popular da terra, a promoção turística dos valores artísticos e arquitectónicos, a representação do regionalismo, da história e da tradição. Relatava Virgínio Pires num artigo que escreve acerca de Tavira no momento em que os centenários se festejavam, a abertura recente do Museu Municipal, "onde já se encontram algumas pedras de valor, quadros, objectos de arte, painéis e interessantíssimas colecções de moedas" (Cfr., *O Algarve*, 23 de Junho de 1940, ano XXXIII, n.º 1682, p. 6).

44. Esta cidade regula-se, e o Museu municipal que em 1940 é aberto, por algumas das coordenadas político-ideológicas do Estado Novo. As origens da cidade, a linhagem de famílias importantes no meio social, económico ou religioso são assuntos pertinentes e actuais nas comemorações dos centenários.

Tornam-se recorrentes as alusões às raízes históricas das localidades, ao processo da sua formação e fundação. Acodem-se a monumentos e personagens, para provar a antiguidade das cidades, mas também em certa medida para se associar à causa nacionalista e patriótica. E isso mesmo defende Damião de Vasconcelos, quando refere que é através do "respeito às tradições que se educa o patriotismo e no amor do passado que se aprende a amar o futuro" (Cfr., *Povo Algarvio*, 23 de Maio de 1937, ano III, n.º 156, p. 1). Daí o ambiente mais interventivo vivenciado por esta altura no património cultural na cidade, montado para ensaiar as lições de história e patriotismo às gerações do presente e do futuro. Fazem parte desse cenário e dessa mensagem os monumentos históricos da cidade, tidos por genes da malha urbana e da própria população. A estima pelos monumentos "marca o espírito das gerações", identificadas por aquelas que manifestam culto pelo passado e orgulho pela tradição. Despreocupação e falta de zelo pelas reminiscências de tempos passados, situação praticada por "nações e terras outrora importantes" desembocaram irremediavelmente na rua da decadência.

Esse pode ser o caminho de Tavira. Poucos têm sido os cuidados de "vereações que de há muito desapareceram do rol dos vivos" na preservação e manutenção dos monumentos "que engrandeciam Tavira" (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 1).

45. Situação idêntica ao do Museu Municipal de Tavira, sob o aspecto da motivação da sua origem, sucedeu com o Museu da Guarda, que conheceu o seu início no programa de comemoração local dos centenários (Cfr., Dulce Borges, *ob. cit.*, p. 58).

46. Os instrumentos propagandísticos em que o regime se apoia, estruturados para exteriorizar a identidade e o pensamento nacional, são diversos e entre eles está o museu. Nos museus, os mais significativos suportes do discurso

A tipologia dos bens patrimoniais era indiferente aos critérios de incorporação no museu. Não importa se os bens culturais são "históricos, arqueológicos, etnográficos, literários, poéticos, musicais, pinturas". Interessa que sejam "artes tavirenses e de tudo que com as mesmas se relacione, incluindo bibliografia de Tavira, antiga e moderna, como livros, revistas, jornais, postais ilustrados, fotografias, desenhos, etc." ⁴⁷

Descortinámos a base temática e disciplinar para a germinação deste núcleo museológico. É assumidamente um museu local, orientado para explorar as referências históricas da cidade, da sua formação, passando pelo seu período de auge (que coincide com a expansão ultramarina) até ao momento da sua criação. É claramente um museu com uma personalidade local bem vincada, ressaltando sempre o carácter da cidade, da sua história, das suas tradições. ⁴⁸

Relativamente à sua base disciplinar, vamos reparar que apesar das inúmeras sugestões de bens ideológico e mental salazarista, são patentes quatro temas: Nação, Território, História e Tradição (Cfr., Sérgio Lira, *Funções ideológicas dos museus portugueses: uma herança cultural*, 2000, pp. 1-3). Sobre a Nação, a historiografia do momento defendia ser aquela anterior à formação de um estado político independente e reconhecido pelo poder espiritual. A vaga de conquistas que a Dinastia Afonsina inicia e finaliza mais tarde, no século XIII, vai definir e autonomizar um território. No mapa político europeu, Portugal é um dos territórios de fundação mais antiga. A antiguidade do território constitui um dos argumentos mais fortes na justificação de uma geografia política nacional, inalterável e única. Assume o Estado Novo o território português como uma entidade unida, indivisível e multicultural (Cfr., Sérgio Lira, *Identidade territorial portuguesa sob o nacionalismo do Estado Novo: mensagens ideológicas nos museus e exposições temporárias*, 2000, p. 2).

Todo o recorte geográfico que referencia o território português descende das campanhas de luta medievais, dos antigos reis, ou até dos colonizadores das ilhas atlânticas. A História e as tradições interceptam com os conceitos de Nação e Território, explorando com maior acento as ideias de independência, heroísmo e império.

47. Cfr., *Povo Algarvio*, 23 de Maio de 1937, ano III, n.º 156, p. 1.

48. Confirmam este plano temático e disciplinar para a organização do espaço museológico, algumas das sugestões de Damião de Vasconcelos. Refere-se frequentemente a personalidades históricas da cidade, figuras que estiveram associadas aos momentos áureos da terra, nomeadamente os Descobrimientos, como é o caso de Vicente Dias, Afonso Sanches, Gonçalo Fernandes e João Árias, nautas do século XV.

Todos eles naturais de Tavira acompanharam no século XV algumas das mais importantes viagens feitas no período dos Descobrimientos. Vicente Dias muitas vezes se deslocou ao Norte de África. Valeu-lhe essa constante presença nas travessias entre o reino e o além-mar um honroso lugar de guia a Cadamosto, dado pelo Infante D. Henrique. Comerciante na Costa africana, Afonso Sanches, pode ter estado em casa de Cristóvão Colombo, na Ilha da Madeira, tentando aí recuperar de alguns problemas de saúde. Veio a falecer nesse mesmo sítio mais tarde. A Cristóvão Colombo, como recompensa pela hospitalidade, doa documentos cartográficos de enorme utilidade na futura descoberta da América. Gonçalo Fernandes, também ele navegador, terá avistado numa das suas viagens uma ilha. Pensa-se que corresponda a uma das Antilhas. Tavirense era um dos elementos a bordo na viagem de Colombo à

patrimoniais, o enfoque central está depositado nas colecções arqueológicas e históricas.⁴⁹

O museu define-se como lugar que preserva, quase santifica as figuras proeminentes da história, exemplos de valentia, bravura, sacrifício e orgulho local. Esses heróis, pelos excepcionais feitos conseguidos, protagonizam exemplos de vida a seguir, ícones da cidade. Em sinal de gratidão e homenagem "incumbe às câmaras consagrar os notáveis das suas terras, pelas estátuas, nas praças, ou na nomenclatura das ruas". Contudo, se estas medidas não são implementadas, o museu que agora surge mostra apetências para a "consagração d'aqueles heroes esquecidos, para preito da cidade para veneração de vindouros".⁵⁰

Esta perspectiva vem consolidar a dimensão historicista e moralista do espaço museológico. Deparamo-nos com um projecto museológico que programa a disposição do seu acervo patrimonial em função de uma base cronológica, factual e de figuras históricas. Todos estes temas, reproduzidos pelos objectos, aspiram para além da exposição artística de cada um deles, ao incentivo do ensino da história e das tradições locais, ao respeito pelo passado e pelas gerações anteriores, mas principalmente, à demonstração das grandiosidades e façanhas dos antecessores, incitando as novas e futuras gerações a repeti-las.

No contexto da intervenção patrimonial e cultural da cidade, o Museu Municipal de Tavira, é uma das mais importantes peças, explicado pela fixação de relíquias artísticas e históricas num edifício, que podem ser admiradas "com ternura agradecida e n'uma emoção d'arte", e pela sua

América. Tinha o nome de João Árias e recebera por isso 2.666 maravedis (Cfr., Ofir Chagas, *Tavira: Memórias de uma cidade*, 2004, p. 149, 200, 209, 311-312).

49. A isso sugere o conjunto arquitectónico antigo da cidade, composto de igrejas, palácios e muralhas. Povoaram a cidade de Tavira pessoas ilustres no campo das artes, do comércio e da sociedade. Algumas obras de arte, conduzidas até ao Museu Municipal, deram a conhecer personagens históricas da terra.

Cresce também neste período a curiosidade em avolumar informações sobre o passado e as origens. Bens culturais móveis e não só, despertam na autarquia o interesse pelo património e pela história. Temos como exemplo a Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo. O exterior de uma das suas paredes ostenta dois emblemas heráldicos em escultura de pedra. Sem quaisquer referências que identificassem tais elementos artísticos, a autarquia contacta estudiosos na área, entre eles, Afonso Dornelas, a quem a autarquia agradece a resposta (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Expedida*, Pasta A 175, 2.º Trimestre, n.º 254, 15 de Maio de 1937).

50. Cfr., *Povo Algarvio*, 23 de Maio de 1937, ano III, n.º 156, p. 1.

51. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 1.

transformação em santuário, em espaço místico, para se contemplar as suas colecções "num recolhimento de concentração espiritual"⁵¹ (Anexo 57).

Paralelamente às acções de levantamento e recolha de bens patrimoniais para o Museu Municipal de Tavira, decorrem "os últimos reparos no edifício anexo à Igreja da Misericórdia desta cidade", onde estava precisamente projectada a sua instalação⁵²

Era do conhecimento da Câmara Municipal desde 1937 o estado ruinoso das instalações anexas à Igreja da Misericórdia. Terão sido eliminados os defeitos de algumas paredes, mas a cobertura da igreja arriscava-se a cair, conforme noticia a Santa Casa da Misericórdia de Tavira ao Director da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.⁵³

Previa-se no entanto que as obras de conservação e readaptação a espaço museológico não se prolongassem demasiado, pois os trabalhos de instalação deveriam iniciar nos tempos mais próximos.

Tomada unanimemente a decisão de criar um museu municipal em Tavira, o ritmo dinâmico e quase vertiginoso que a equipa de Isidoro Pires canaliza na concretização dele é expresso em três fases de trabalho distintas no mesmo ano: o levantamento e recolha de bens materiais, a recuperação do edifício e a organização das colecções na área expositiva. Sem colecções próprias e afastada de uma tradição forte de sondagens arqueológicas e de investigações históricas na cidade, a Câmara Municipal confia a alguns funcionários seus (certamente os trabalhadores do

52. *Povo Algarvio*, 11 de Julho de 1937, ano IV, n.º 163, p. 2.

53. Cfr., Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Tavira, *Correspondência Expedida*, n.º 75, 25 de Maio de 1938.

A beleza exterior desse magnífico templo renascentista não conseguia camuflar os problemas consideráveis de conservação que ostentava a sua zona interior, principalmente as paredes e a cobertura. O conjunto histórico que Isidoro Pires encontra no seu início de mandato está maioritariamente em estado de abandono, progressiva degradação e separado da população local, em suma, está posto em segundo plano no programa de actividades municipais. São vários os imóveis de interesse histórico e artístico no centro da cidade que revelam problemas de conservação, sendo a Igreja da Misericórdia um deles.

Caições, reconstituição parcial de rebocos ou pequenas alterações nas caixilharias de portas e janelas funcionavam como as principais intervenções no património edificado do centro histórico. A ermida de São Sebastião, o Palácio da Galeria ou as antigas arcarias medievais do antigo convento franciscano beneficiariam de mínimos retoques, os suficientes para apresentar uma cidade mais limpa e preservada.

Museu e biblioteca) a procura de peças que preenchessem as casas anexas da Igreja da Misericórdia. Prossegue o projecto de criação do espaço museológico municipal com o arranjo de alguns compartimentos nas traseiras do altar-mor da Igreja da Misericórdia, as divisões que se readaptariam a espaços culturais. Ligeiras intervenções na estrutura física, suportadas humana e economicamente pela autarquia, dão o aspecto digno e confortável às peças que iam sendo transportadas. Respeita a terceira etapa deste processo à organização e arrumação das colecções no museu. Vão-se depositando nas áreas anexas da Igreja, ao andamento das doações e recolhas na cidade, as várias peças de interesse histórico e artístico. Entram bens cedidos pelas Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco, e também de coleccionadores da terra. Moedas, pinturas e escultura em pedras são as colecções que começaram por dar vida ao espaço museológico. Em Agosto de 1937, "já se encontra instalada no edifício anexo à Igreja da Misericórdia, a Biblioteca", enquanto o Museu Municipal estava "em organização"⁵⁴ (Anexo 58). Podemos então a partir destes elementos, situar no tempo e no espaço o processo de formação da unidade museológica municipal. Tal como estava planeado, as obras de beneficiação das áreas anexas à Igreja da Misericórdia terminavam durante o mês de Julho de 1937.

O resultado que se verificou após a realização das campanhas de recuperação do imóvel, mandadas executar pela Câmara Municipal, foi o de uma "casa (...) magnífica, especialmente a sala da Biblioteca que é bastante ampla e cheia de luz". Esta sala, corresponde ao primeiro piso das casas anexas à Igreja da Misericórdia. Tem a vantagem de possuir um enorme vão por onde penetra luz natural, durante grande parte do dia (Anexo 59).

Num levantamento produzido sobre o imóvel religioso e o seu valor, pedido feito pelo Governador Civil de Faro, a Santa Casa da Misericórdia de Tavira descreve genericamente a estrutura edificada da Igreja, as dimensões e o seu preço de mercado.⁵⁵

54. *Povo Algarvio*, 8 de Agosto de 1937, ano IV, n.º 167, p. 3.

55. A Casa da Administração, assim designada pela Misericórdia, englobava o edifício do rés-do-chão (onde o museu se tinha implantado) e o 1.º andar (lugar ocupado pela Biblioteca). Segundo as contas por eles feita este conjunto media 14,10 metros por 9,30 metros. A norte ficava a casa do sacristão e a sacristia, a nascente a Igreja, a sul a rua da Galeria e a poente outra parte da casa do sacristão. Valia cerca de 40.000\$00 (Cfr., Arquivo Histórico da

Ao Museu Municipal estava reservado "o rez do chão e a sala do lado direito quando subimos". Significava na prática as principais salas do piso térreo da Casa da Administração, assim denominada preferencialmente pela Santa Casa da Misericórdia de Tavira. As salas eram agora invadidas por numerosos bens culturais. A essa decisão provavelmente terá ajudado em muito a facilidade e a funcionalidade do manuseamento e transporte das peças que um piso térreo implicava.⁵⁶

O contacto quase próximo que existe entre a igreja e a Casa da Administração, pode ter influenciado a instalação nesse local do Museu Municipal, usando-o como um prolongamento do espaço museológico de arte sacra *in situ*, entenda-se o recheio artístico da Misericórdia. Desfavorecidas em luz natural, as salas do museu são compensadas em iluminação através do dispositivo eléctrico que atravessa as suas paredes.⁵⁷ Aparelhos úteis e mínimos na garantia de um funcionamento normal de um espaço museológico.

Neste momento, o Museu Municipal estava em processo de organização ou estudo do programa expositivo, enquanto se recolhiam e juntavam potenciais peças museológicas, destacando-se "alguns painéis de valor e pedras tumulares com inscrições".⁵⁸

Gradualmente, ao sabor da entrada das peças no museu, este ia sendo convertido (como outros museus locais ou de província nesta data) em salas acumuladas de objectos sobrepostos, cujo interesse primordial residia na exibição dos mesmos em vez de os expor com uma intenção comunicativa concreta (Figura 8 e 9). A estes



Figura 8. Suporte museográfico utilizado na sala do período romano no Museu Regional de Lagos - Dr. José Formosinho. Ao fundo fica a reconstituição de uma parte de um compartimento habitacional do período romano. (Marco Lopes)

Santa Casa da Misericórdia de Tavira, *Correspondência Expedida*, n.º 8, 23 de Janeiro de 1942).

⁵⁶ A instalação dos museus neste período faz-se preferencialmente em sentido horizontal, isto é, "junto ao solo, em salas e corredores" (Cfr., Isabel Martins Moreira, *ob. cit.*, p. 72).

⁵⁷ A partir dos últimos anos da década de 40 até meados da década de 50 a autarquia consagra na rubrica orçamental afecta ao museu uma quantia para pagar a luz, a água e a limpeza.

⁵⁸ *Povo Algarvio*, 8 de Agosto de 1937, ano IV, n.º 167, p. 3.



Figura 9. Disposição das colecções de epigrafia e de azulejaria. Museu Regional de Lagos - Dr. José Formosinho. (Marco Lopes)

interessava-lhes maioritariamente mostrar tudo, sem recorrer a qualquer critério científico ou explicativo. Caracterizavam-se pela sobreposição de objectos, respeitando normalmente as leis da simetria e da aparência⁵⁹ (Anexo 60, 61, 62, 63, 64 e 65). Depósito de peças de interesse histórico e

cultural, a Misericórdia vai amontoando nas salas tudo o que os funcionários da autarquia recolhiam na cidade. A quantidade era um factor quase irrelevante, o principal fundamento da concentração de colecções residia na autenticidade, originalidade e valor de memória local do objecto.

Desde logo, a realidade e a tangibilidade que o corpo do objecto transmite, suscita uma acessibilidade plurisensorial do visitante: ele olha, toca e sente. A mensagem dos objectos é retida de imediato e proporcionada num discurso directo⁶⁰. O objecto no entanto será sempre uma representação simbólica de um determinado tema que esteja em exposição. Ao que importa realmente neste trabalho é a utilização do objecto cultural como meio de favorecimento de propaganda política e ideológica. Tinham em vista todos os bens patrimoniais que se aglomeravam na Misericórdia, fossem pinturas ou escultura em pedra, consolidar a mensagem e os princípios da doutrina moral e cultural salazarista, e aumentar a sua capacidade de difusão. Cada objecto pode ser transfigurado na imagem que o emissor pretende dar no acto de comunicação com o exterior⁶¹.

59. Cfr., Angela Garcia Blanco, *ob. cit.*, p. 38.

60. Cfr., Francisca Hernández Hernández, *Manual de Museologia*, 1998, p. 205.

61. Na Europa dos regimes autoritários, a exposição assumia-se como um dos principais instrumentos de propaganda política. A Itália de Mussolini, por exemplo, tinha na exposição um forte auxiliar na propagação de temas cruciais relacionados com o panorama político e ideológico do regime fascista: o Estado, a História, as obras e o trabalho, a organização militar e o espírito (Cfr., María Bolaños (ed.), *ob. cit.*, p. 148).

Ao lado de Portugal, a Espanha que antecedeu a ditadura franquista já se preocupava com a intervenção cultural e educacional que os bens culturais móveis podiam dispensar. O museu - na concepção do Estado republicano espanhol - devia apoiar e complementar a acção educativa feita nas escolas, e promover uma maior proximidade entre o património artístico e a comunidade. Baseava-se esta intenção do governo republicano em confrontar a arte e

Os projectos culturais locais, estratégicos para a afirmação do poder político, mas principalmente para a sensibilização dos conceitos ideológicos do regime, têm na autarquia o principal executor e intérprete dessas mensagens, imediatamente assinalados pela imprensa regional. Admitimos então que a autarquia desempenha um papel importante na vida das pessoas, instituindo hábitos culturais e morais, executando os planos do Governo devidamente adaptados à realidade local. Se pensarmos na responsabilidade que recai perante a Câmara Municipal sobre o tema da educação cultural e patrimonial para com os filhos da terra, diríamos que esta entidade investe uma missão paternalista ou protectora, pronta a abrigar o seu território e as suas gentes.

E no caso concreto da instalação da Biblioteca e do Museu, mais uma vez a Câmara Municipal é amplamente elogiada, embora seja individualizado o mérito deste trabalho ao "vereador do respectivo pelouro, sr. Dr. Ramos Passos". De uma maneira intensa, continuam em finais de Agosto, as operações de instalação do espaço museológico e da Biblioteca Municipal⁶². Existe um trabalho contínuo de recolha de bens artísticos locais, junto de diversas instituições e particulares, conduzido com o propósito de sondar potenciais objectos e instalar o museu municipal.

Inseparável no processo de recolha de objectos que a Câmara Municipal leva a cabo, está claramente o critério do uso ideológico e propagandístico de cada um deles. É do interesse dos museus que se formam no tempo do Estado Novo, narrar a história⁶³ e apresentar a arte nacional,

o público, em que aquela se compreende como personificação simbólica da nação e da raça. Esta expressão do património artístico na condição de testemunho de um território e de um povo também será partilhada pelo regime republicano português.

Preocupava o governo da 1.^a República, quando os sintomas da queda desse regime se mostravam evidentes, a preservação do património cultural nacional, ao ponto de estabelecer legislativamente restrições na exportação ou empréstimo de bens culturais. A salvaguarda e a protecção do património nacional abrangia também os bens imóveis, marcos da história nacional que começariam a partir da República a usufruir de um estatuto de classificação, o que lhe conferia uma especial atenção por parte dos órgãos da Administração central, regional ou local (Cfr., Sérgio Lira, *Linhas de força da legislação portuguesa relativa a museus para os meados do século XX: os museus e o discurso político*, 1997, pp. 5-6).

62. *Povo Algarvio*, 29 de Agosto de 1937, ano IV, n.º 170, p. 2.

63. Nem sempre a produção de trabalhos de investigação histórica foi completa ou isenta. Em certas ocasiões somente uma parte do passado era divulgada, mas apenas um excerto do objecto de estudo. O aceitável será utilizar

os únicos equipamentos locais - na óptica do regime - capacitados em salvaguardar os verdadeiros objectos de arte.

A estes está confinada a transmissão dos valores da História e da Nação, e ao museu a segurança dos bens artísticos, e a publicitação dos ideais políticos e mentais do regime⁶⁴.

Este projecto de instalação de um museu, que obedece a um processo evolutivo, vai ganhando expressão comunicativa e cultural. Chegam peças para compor e articular o discurso expositivo. Ao mesmo tempo, o museu começa a exercer uma força de atracção sobre a população. Constantes manifestações de carinho e elogio a tal projecto, doações e ofertas de colecções ou objectos artísticos, exemplificam a devoção ao lugar da memória. Sobressai um laço de união da comunidade: o museu pretende reflectir a história e a personalidade da cidade, logo, cada oferenda representa um pedaço da vida de Tavira, ou dito de outra forma, cada peça contribui para a formação de uma base da memória e da identidade local. Não esqueçamos que estes depósitos, alguns deles pessoais, são empurrados por motivos relacionados com o orgulho pátrio e regional, mas também por dever sócio-cultural de famílias ou instituições, que pretendem consolidar e demarcar uma certa posição elitista com o resto da população.

Sem surpresa, diversas instituições aderem ao apelo para a constituição de um templo da história local. As ordens de São Francisco e do Carmo, em Setembro de 1937, fazem "valiosas ofertas somente uma parte do passado era divulgada, mas apenas um excerto do objecto de estudo. O aceitável será utilizar métodos de interpretação rigorosos e fiáveis, recusando manipulação ou pressão de qualquer ordem. Os museus, espaços de divulgação da história e do património artístico, defendem a verdade e o conhecimento científico. Seguindo sempre essas regras de orientação, determinados períodos políticos forçaram as instituições museológicas a documentar a história a uma escala parcial e redutora.

Aconteceu em Portugal quando o Estado Novo se implantava, desde aí produzindo o discurso da história nacional à medida dos seus ideais. Isso regista Sérgio Lira, pois "the portuguese nationalistic regime had ideological and propagandistic interest in museums and temporary exhibithions because history could be interpreted in such a way that it would serve the regime" (Cfr., Sérgio Lira, *Museums and temporary exhibitions as means of propaganda: the Portuguese case during The Estado Novo*, 2002, p. 29).

⁶⁴. Cfr., Sérgio Lira, *Funções ideológicas dos museus portugueses...*, pp. 3-5.

Certo é que outros regimes autoritários na Europa, entre eles a Espanha franquista, não se coibiram de convocar o espaço museológico para instrumento de propaganda dos seus próprios discursos ou causas políticas e ideológicas (Cfr., Maria Bolaños, *História de los museus en España: memoria, cultura, sociedad*, 1997, p. 376). Funcionaria como um espelho dos principais valores desses regimes políticos, conhecidas as potencialidades de comunicação e divulgação do museu.

para o Museu Municipal o qual continua em organização".⁶⁵

3.3. As colecções e a museografia

Tudo indica que as orientações dadas aos funcionários da Câmara Municipal sobre a natureza do acervo patrimonial a expor no Museu Municipal - aqueles a quem a recolha das futuras peças do museu tinha sido responsabilizada - iam no sentido de abarcar qualquer bem patrimonial relacionado com Tavira.

Igrejas e ordens religiosas, entidades detentoras de um significativo número de bens artísticos, estavam nos lugares cimeiros nas preferências da Câmara Municipal quanto a possíveis empréstimos e doações a realizar ao Museu Municipal. Abundavam em alguns dos templos tavienses autênticos tesouros artísticos⁶⁶. Porém, outros tesouros, como se constatará, estão em posse de alguns particulares.

Um pequeno núcleo de pessoas, provavelmente algumas delas conhecidas entre si, inseridas na restrita elite social e cultural da cidade, nutre o gosto pelo coleccionismo. O fascínio pelo coleccionismo nas primeiras décadas do século XX é um fenómeno que atravessa o mundo, e que progressivamente vai ganhando adeptos e formando colecções ricas do ponto de vista do volume e da qualidade dos objectos⁶⁷. Até agora desconhecidas as motivações concretas que promoveram a reunião de objectos patrimoniais de interesse histórico e artístico por parte dos coleccionadores locais, certo é que Tavira também inscreve o seu nome no universo do coleccionismo⁶⁸. Na azáfama dos preparativos das festas dos centenários em Tavira, numa luta por executar todos os

⁶⁵ *Povo Algarvio*, 5 de Setembro de 1937, ano IV, n.º 171, p. 2.

⁶⁶ Uma pequena amostra de bens artísticos provenientes de igrejas locais esteve presente na Exposição: *Tavira. Território e Poder*, confirmando bem o ascendente económico, social e artístico tido por Tavira em períodos remotos. A pintura, a imaginária, o mobiliário ou a ourivesaria revestiam e embelezavam igrejas. A história da terra está indiscutivelmente dependente desses objectos.

⁶⁷ Cfr., María Bolaños (ed.), *La memoria del mundo...*, p. 243.

⁶⁸ De muitos tavienses, o Museu é reconhecido como uma instituição que dignifica o nome da cidade, valoriza as ideias do regime e protege os bens artísticos. Justificação encontrada para uma unidade museológica praticamente constituída por bens patrimoniais de particulares, aqueles que observam o museu como um cofre dos valores de arte e da identidade nacional ou regional, mas também como testemunha na perpetuação dos seus nomes e dos seus favores pátrios.

objectivos do evento no menor período de tempo, o Museu Municipal de Tavira gradualmente ganha vida e identidade própria.

Poucas movimentações sofre o Museu Municipal desde 1937, data em que se delibera a sua constituição. O acervo museológico que conserva nas suas instalações circunscreve-se basicamente às colecções de escultura em pedra, pintura e numismática, proveniente de particulares e instituições locais. Denota-se nos primeiros tempos uma certa estagnação na tipologia das colecções, e uma política de aquisição de bens museológicos centrada em doações de coleccionadores.

Na linha dianteira do "grupo de amigos" do museu está o Eng. Joaquim Rosado Padinha⁶⁹, coleccionador e um firme apoiante do projecto, figura decisiva no enriquecimento do acervo museológico através da doação de colecções pessoais. A primeira oferta que o Museu Municipal de Tavira recebe é uma parte da sua colecção de numismática e medalhística, gesto prontamente saudado pela autarquia⁷⁰ (Anexo 66). Esta situação repete-se durante os primeiros tempos do museu, até se transferir completamente o restante acervo. Inclui o conjunto de ofertas do Eng. Joaquim Rosado Padinha, além da colecção de moedas e medalhas, "uma escalfeta em cobre com tampa recortada (...) e cabo de madeira (...)".⁷¹ No ano dos centenários, o mesmo que inaugura o museu, cresce o seu número de peças e diversificam-se as categorias artísticas. O Eng. Joaquim Rosado Padinha oferece mais unidades da colecção de numismática e medalhística, "quadros, armas, móveis e objectos de valor".

Outros doadores de objectos artísticos contribuem para o aumento do fundo museológico. São eles o Sr. Filipe Monteiro Santos, com "uma valiosa colecção de moedas portuguesas e romanas"⁷²

69. Pertence à família Padinha que marcou profundamente a cidade. Tem residência em Tavira e em Lisboa. Neto de José Pires Padinha (comerciante na área da indústria conserveira) e sobrinho do Dr. António Padinha (presidente da Câmara Municipal de Tavira no dealbar do regime republicano) - Cfr., Marco Lopes, *A colecção de numismática da Câmara Municipal de Tavira: dados sobre o seu percurso histórico*, no prelo.

70. Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941, Sessão de 2 de Maio de 1940, fl. 89; *Correspondência Geral Expedida*, Pasta A 175, 4.º trimestre, n.º 642, 27 de Dezembro de 1937.

71. Cfr., Costa Franco, *Subsídios para a criação do Museu de Tavira. Espólio do antigo Museu Municipal - 2*, 1996, p. 8.

(Figura 10 e 11), e a Sr.a D. Ana Peres Cruz, através de "uma bela colecção de armas e objectos gentílicos pertencentes ao falecido Dr. Joaquim Peres, que exerceu a medicina nesta cidade"⁷³ (Anexo 67). Outros coleccionadores de antiguidades se identificam. António Arnedo⁷⁴ e Maria Aboim Palermo. Entre os objectos que em primeiro lugar se estabeleceram no museu



Figura 10. Moeda portuguesa. Real de D. Afonso V. Século XV. (Câmara Municipal de Tavira)



Figura 11. Moeda romana. Sestércio de Septímio Severo. II-III d.C. (Câmara Municipal de Tavira)

72. Desactivado o antigo espaço museológico municipal na Igreja da Misericórdia, os seus bens patrimoniais permaneceram guardados em outros locais. O cofre municipal acolheu desde a extinção daquele museu um conjunto assinalável de moedas. Mais de quatro centenas de exemplares descobertos, entre moedas e medalhas, reconstituem a dimensão e as características dessa colecção. Actualmente estão a ser objecto de estudo, cujo resultado será dado a conhecer numa edição apoiada entre a Câmara Municipal de Tavira e a Rede Portuguesa de Museus. Segundo Maria Conceição Lopes a colecção de numismática recolhida revela ser heterogénea no aspecto cronológico, compreendido entre a época romana e o primeiro quartel do século XX. São na sua maioria compostas de materiais não nobres, exceptuando duas moedas de prata de Filipe III ou Carlos I de Espanha e uma moeda medieval muçulmana, e dominam os exemplares numismáticos dos monarcas portugueses. Incorporam também esse fundo numismático, desvendado pela investigação, moedas árabes, espanholas, francesas, inglesas, holandesas e italianas (Cfr., Maria da Conceição Lopes, *As moedas da Câmara Municipal de Tavira*, no prelo).

Constituem os mais antigos exemplares dois denários. Destacam-se das moedas portuguesas os reais brancos de D. João I e de D. Duarte e os ceitis dos restantes monarcas da II dinastia. Bons exemplares de D. Maria I, D. Pedro II, D. João V, D. Maria II, D. José I e D. Luís formam outro grupo interessante. Restam ainda um conjunto apreciável de moedas produzidas para circular em África e no Brasil.

73. *Povo Algarvio*, 5 de Maio de 1940, ano VI, n.º 306, p. 1.

74. Oferece ao Museu Municipal um conjunto de moedas. Exerceu funções de fiscal do Fundo de Desemprego em Tavira. Filho de Luiz José Pedro Vila Lobos e de Teresa Adelaide de Castro. No testamento de seu pai não é feita qualquer referência a uma colecção de moedas ou medalhas (Cfr., Marco Lopes, *A colecção de numismática...*, no prelo). É indigitado tesoureiro na Ordem Terceira do Carmo em 1938 por indicação do Bispo do Algarve D. Marcelino Franco, substituindo na demissionária Comissão Administrativa o respectivo ocupante do cargo (Arquivo da Ordem Terceira do Carmo de Tavira, *Livro de Actas da Irmandade da Senhora do Carmo de Tavira*, n.º 9, 15 de Dezembro de 1935 a 15 de Setembro de 2001, Sessão de 12 de Dezembro de 1938, fls. 10 v.º - 12.

está um punhal, datado do período árabe, decorado no punho e numa bainha em prata que o acompanha, oferta feita por esta última colecionadora.⁷⁵ Ainda na categoria das armas, o museu mostra ao público duas espadas com bainha de couro preto, uma delas marcada com a data (1886) e o brasão de armas nacional.⁷⁶ Fabricadas em Timor, mais duas espadas de muito ornamento encontram-se no museu. Escopetas, armas que o Corpo de Guarda Municipal pode ter utilizado, e uma peça de artilharia em ferro, achada perto do Forte de Santo António de Tavira, misturavam-se entre as demais peças de armaria⁷⁷ (Anexo 68).

A Misericórdia de Tavira, proprietária do espaço que a autarquia alugara para instalar o Museu e também a Biblioteca, procura estar associada ao projecto museológico cedendo peças artísticas da sua colecção. Um elegante e fino conjunto de louça, formado por uma chávena, um açucareiro e um prato, embeleza e ao mesmo tempo revela diversificação de estilos artísticos e novas peças sobre a história e o património cultural da cidade (Figura 12). Poucos objectos de arqueologia, nomeadamente utensílios cerâmicos de fins domésticos e uma urna funerária descoberta junto ao antigo edifício do Posto Agrário, documentam outra faceta do conjunto patrimonial fundador do Museu Municipal de Tavira.⁷⁸

Como consequência destas ofertas, regista-se a expansão do acervo museológico, tal como a pluralidade dos géneros de bens artísticos. Embora as colecções fundadoras do espaço museológico em grande medida se devam às doações de alguns particulares, na verdade, houve entidades religiosas (merecendo destaque a Ordem Terceira de São Francisco) que também aderiram ao projecto do Museu Municipal, cedendo diversos objectos.



Figura 12. Prato. Nacional e Real Hospital do Espírito Santo. Fábrica de Sacavém. Século XIX (Câmara Municipal de Tavira)

⁷⁵. Cfr., Costa Franco, *ob. cit.*, p. 8.

⁷⁶. *Idem, ibid.*, p. 8.

⁷⁷. *Idem, ibid.*, p. 8.

⁷⁸. *Idem, ibid.*, p. 8.

Interessada em algumas esculturas em pedra depositadas em espaços da propriedade da Ordem de São Francisco, a Câmara Municipal trata de propor a essa entidade a presença de tais objectos no Museu Municipal (Anexo 69). A essa iniciativa, formalizada pelo Dr. Ramos Passos (Vereador do Pelouro da Cultura) e exposta à Ordem de São Francisco em reunião pelo seu tesoureiro, o Sr. José Joaquim Leiria, os corpos dirigentes respondem favoravelmente⁷⁹ (Anexo 70, 71, 72, 73, 74 e 75).

À volta do Museu Municipal nota-se um envolvimento afectivo da comunidade, dos coleccionadores, das entidades religiosas e civis, das pessoas da terra. Nele se constrói a imagem do regionalismo, desenhada através das particularidades que o passado da terra detém, simbolicamente representadas pelas colecções artísticas (Figura 13 e 14). Acontecia também visar de uma maneira negativa, aliás, associado a esse sentimento comum de partilhar a mesma herança cultural e *genética* que é transmitida pela localidade e pelos seus antepassados, aqueles que se recusavam participar numa causa de interesse geral (Anexo 76, 77 e 78). Num tempo em que todos têm de se mover dentro de um quadro mental e



Figura 13. Pedra tumular datada do século XVIII dedicada a Henrique Nunes Leal da Gama e seus herdeiros. Em primeiro plano aparece as armas do jacente e família que são constituídas por um chapéu eclesiástico com um escudo partido: Gama de um lado, Ataíde do outro. Mais abaixo surge o epitáfio. (Marco Lopes)



Figura 14. Coroa. Século XVIII. Jardim de São Francisco. (Marco Lopes)

⁷⁹ Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Recebida*, Pasta A 267, 26 de Agosto de 1937; Arquivo Histórico da Ordem Terceira de São Francisco de Tavira, *Registo de officios expedidos pela Ordem de São Francisco* n.º 1, fl. 50.

Envergam as lápides sepulcrais, que se dispõem hoje no Jardim de São Francisco, antigos bens artísticos do Museu Municipal de Tavira, o nome, a família, o percurso social e profissional e as virtudes morais de algumas personalidades importantes na História de Tavira. Identificamos naquele conjunto as lápides do General Thomaz António da Guarda Cabreira, Luís António Xavier Coutinho, Francisco de Borja Garção Stockler, Henrique Nunes Leal da Gama e Simão de Azevedo. Ainda no Jardim de São Francisco, em bom estado, estão em exposição elementos escultóricos, sem qualquer texto de louvor ou simplesmente sem identificação, referente a emblemas heráldicos de famílias ligadas à cidade de Tavira. Foi possível com o apoio de Óscar Caeiro, investigador na área da

político idêntico, a mínima manifestação de descontentamento podia causar desvantagens. A Ordem Terceira do Carmo, detentora "de umas pedras tumulares ao abandono no meio do cemitério daquela Ordem", objectos que ao museu interessava, vai negar a sua cedência⁸⁰ (Anexo 79). Frustradas as tentativas de angariar à Ordem do Carmo peças tumulares, supostamente de figuras locais maiores da história, o cenário desolador das peças sem tratamento perde uma excelente oportunidade de ser evitado através do Museu Municipal, facto que merecerá um reparo de desagrado pela redacção do Povo Algarvio⁸¹. Durante a organização do espaço museológico, um processo calmo e bem sucedido, lembram-se objectos do património tavirense que se preservam em outros museus. Ausentes do local de origem, os objectos de arqueologia depositados no Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Faro, ou por exemplo a tapeçaria setecentista de Tavira na Figueira da Foz⁸² (Anexo 80), perdem o sentido essencial do seu contexto histórico e artístico, mais ainda quando em Tavira se organiza um museu somente a pensar nas raízes da província, opinião expressa pela vereação.

Enquanto a política de incorporação dos objectos no Museu Municipal de Tavira está na ordem do dia, a autarquia vai preparando o plano museográfico da exposição. As peças que a autarquia consegue trazer até aos anexos da Igreja da Misericórdia, que até nem são poucas, introduzem agora a preocupação da distribuição espacial, tendo em atenção a sua protecção e comunicação Heráldica e Genealogia, descodificar as famílias que se faziam representar nos atributos e símbolos esculpidos nesses elementos pétreos.

80. *Povo Algarvio*, 14 de Novembro de 1937, ano IV, n.º 181, p. 2.

81. *Idem, ibid.*, p. 2.

82. A política reformista pombalina no território nacional em particular no Algarve manifesta-se em diversas áreas. Vila Real de Santo António fora obra de um dos níveis de regeneração de Pombal: o reordenamento urbanístico. Depois do terramoto de 1755, o país mergulhara na depressão absoluta. O desespero toma conta de todos. A sociedade estava deprimida, a economia e as indústrias também. Em Tavira é fixada ao dobrar do último quartel do século XVIII uma fábrica de tapeçarias, dirigida por um tapeceiro francês, Pedro Leonardo Mergoux. Ficavam na Horta do Galvão as instalações da unidade fabril. Apesar de ter estado activa pouco tempo, a ela se deve a tentativa de recuperar o ânimo do comércio e da qualidade de produção de elementos artísticos. Sobram hoje exemplos de tapeçarias feitas em Tavira. No Museu Nacional de Arte Antiga e no Museu Municipal da Figueira da Foz. Neste espaço museológico encontra-se uma tapeçaria que antes se mantivera no Salão Nobre da autarquia da Figueira (Cfr., *Povo Algarvio*, 6 de Agosto de 1939, ano VI, n.º 271, p. 2). Foi recolhida pelo Dr. Santos Rocha, arqueólogo, que impediu a sua perda definitiva. Sobre este assunto ver José Carlos Vilhena Mesquita, *O Marquês de Pombal e o Algarve. A fábrica de tapeçarias de Tavira: documentos para a história da indústria no Algarve*, 1999.

com os visitantes.

Nesta corrida contra o tempo que sobra para a instalação do Museu, a autarquia "mandou construir uma vitrine para exposição numismática"⁸³ (Anexo 81). Junta-se à colecção de escultura em pedra (túmulos epigrafados) e à colecção de pintura - primitivos acervos patrimoniais deste museu - a colecção de numismática.

Esta decisão ilustra algumas preocupações de carácter museográfico: a conservação das peças, a ordenação de cada peça da colecção, a sua exposição, a organização e inserção no espaço expositivo. A qualidade das peças, o volume da colecção, o seu valor arqueológico e até comercial, incitam a um tratamento especial, neste caso particular à concepção de um equipamento para exposição e protecção (Anexo 82).

Cabia à vitrina, na opinião de especialistas⁸⁴, a valorização estética do objecto, o protagonismo central na sala de exposição, obrigando-a a adaptar-se ao perfil da peça. Pormenores como a coloração da vitrina, os tons do forro do fundo ou o tipo de iluminação podiam condicionar a expressão comunicativa das colecções. Utilizavam-na preferencialmente como suporte de comunicação, embora a função de preservação não estivesse dissociada⁸⁵.

Exigiam outras colecções patrimoniais um tipo de equipamento museográfico diferente. Delibera a autarquia em Setembro de 1937 encomendar "ao Sr. Manuel Ventura, Presidente do

83. *Povo Algarvio*, 19 de Setembro de 1937, ano IV, n.º 173, p. 2; Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 28 de Julho de 1933 a 10 de Novembro de 1938, Sessão de 5 de Agosto de 1937, fl. 156 v.º. Seria adjudicada a Alfredo Gabriel Gomes pelo preço de 700 escudos a entrega da vitrina (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 28 de Julho de 1933 a 10 de Novembro de 1938, Sessão de 19 de Agosto de 1937, fl. 158).

84. Maria Bolanõs (ed.), *La memoria del mundo...*, p. 233.

85. A produção de vitrinas ao longo do tempo multiplica o género do seu desenho, ajustando-se às condições de comunicação, segurança e preservação dos museus. No caso da vitrina que a autarquia encomenda para instalar a colecção de numismática, classificar-se-ia no grupo das *vitrinas construídas para uma função específica* (Cfr., Luis Alonso Fernández; Isabel García Fernández, *Diseño de exposiciones: concepto, instalación y montaje*, 1999, p. 70). Justifica esta caracterização, em principal instância, a rigidez funcional e expositiva que a dimensão da colecção impõe a um suporte desse género, o carácter permanente que a exposição deveria seguir, e o custo que a autarquia desembolsou, certamente sem pensar em repetir mais tarde a despesa.

O fundo numismático ganha sem qualquer dúvida o estatuto de colecção com maior notabilidade do espaço museológico, aliás, recordada sempre com vantagem em relação às outras peças.

Sindicato da Construção Civil e Artes Correlativas do Distrito de Faro, com sede nesta cidade",⁸⁶ duas estantes de dimensões distintas⁸⁷ (Anexo 83 e 84).

Esta situação abre um parêntesis no que toca às relações económicas, sociais e comerciais entre a Câmara Municipal de Tavira e os serviços destinados ao Museu Municipal de Tavira requisitados no exterior.

Para a aquisição de mobiliário museográfico destinado ao Museu Municipal de Tavira, a autarquia controla o acesso ao concurso destes serviços, privilegiando grupos ou pessoas de confiança política e social, nomeadamente as corporações.

Promove-se o clientelismo e o facilitismo para as empreitadas públicas aos grupos sócio-profissionais desenvolvidos pelo ideário político e ideológico do Estado Novo.

E neste sentido, o Museu Municipal serve como referência para a reunião simbólica de dois conceitos nucleares do programa regional e local do regime salazarista que lhe são tão caros: Corporativismo e Patriotismo.

A autarquia, ponto local emissor do discurso do Governo, recolhe para o Museu alguns dos conceitos fundamentais dessa mensagem. Fica demonstrado por um lado que, "não se esquece de acalantar o espírito corporativo, dando preferência nos seus trabalhos, em igualdade de circunstâncias aos filiados nos organismos corporativos", e por outro que vincula este sentimento de responsabilidade profissional, concretamente, ao tratamento e preservação de um património cultural comum à população e à cidade.

86. *Povo Algarvio*, 19 de Setembro de 1937, ano IV, n.º 173, p. 2.

87. Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 28 de Julho de 1933 a 10 de Novembro de 1938, Sessão de 9 de Setembro de 1937, fl. 160.

No orçamento e plano de trabalho que apresenta, Manuel Ventura descreve o formato de um dos suportes do mobiliário expositivo requerido pela autarquia: "extante em pinho com a dimensão de 180x100x40 com duas meias portas e dois meios cachilhos com aguáda a vioxene emvernizada e devidamente pronta (...)" (Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Geral Recebida*, Pasta A 267, 4 de Outubro de 1937).

3.4. Isidoro Pires e Ramos Passos: os estratégias da reanimação cultural e valorização turística de Tavira

Numa edição especial promovida pelo Povo Algarvio, escolhida simbolicamente para o dia 28 de Maio de 1938 (12 anos depois da Revolução Nacional), são publicadas duas entrevistas: uma com o Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Isidoro Manuel Pires, e outra com o Dr. José Raimundo Ramos Passos, Vereador do Pelouro de Cultura e Turismo.

Embora os diálogos entre os jornalistas e as duas principais figuras do executivo camarário tavirense em 1938, sejam formados de poucas palavras, eles são no entanto esclarecedores - pela orientação e pelo formato das questões - quanto ao projecto político posto em marcha, os seus resultados e as obras que se seguirão.

Isidoro Manuel Pires⁸⁸ (Figura 15) é o rosto da Câmara Municipal de Tavira, e que juntamente com as restantes unidades da direcção camarária tem "procurado esforçar-se por fazer uma boa política", mais concretamente,



Figura 15. Isidoro Manuel Pires (1894-1958). Poeta e autarca. (*Povo Algarvio*, 28 de Maio de 1938, ano V, n.º 209, p. 3)

proporcionar todos os serviços e equipamentos que se entendam por essenciais à qualificação social, económica e cultural da cidade, influenciados pelo programa político-ideológico do Estado Novo.

É ambicioso o plano de intervenção cultural que o município prepara para a cidade, justificando por inteiro o reconhecimento do *Povo Algarvio* pela "boa política" que está a ser produzida, "criando um Museu Municipal, pedindo às instâncias superiores os poderes necessários para reparação de obras de arte e reconstrução do Castelo de Tavira ultimamente adquirido pela

88. Natural de Tavira, Isidoro Pires nasceu em Janeiro de 1894 e faleceu na mesma cidade em Julho de 1958. Destaca-se no seu percurso de vida a carreira de jornalista exercida em jornais regionais, nomeadamente o Povo do Algarve e o Povo Algarvio. Dá à estampa na qualidade de poeta, a sua principal faceta, alguns trabalhos, entre eles, *Quadras* em 1932, e *Ecos do Coração* em 1941. Chega a Presidente da autarquia em duas ocasiões. A memória de tal figura ilustre da cultura e da política local é hoje lembrada com o seu nome em algumas ruas (possui uma com o seu nome desde 1961, que começa na rua Zacarias Guerreiro e termina no Largo dos Mártires, e uma travessa, oficializada em 1999 - Cfr., Arnaldo Casimiro Anica, *Toponímia de Tavira*, 2000, p. 13 e 38), e um busto edificado no Jardim Público (Cfr., Glória Maria Marreiros, *ob. cit.*, pp. 415-416).

Câmara, e que fez parte do nosso património histórico, restaurando a igreja de S. Sebastião e auxiliando a realização de festas tradicionais, organizando a festa de 11 de Junho (...)"⁸⁹.

Um considerável número de actividades na área da cultura, não só representa a força e o dinamismo local que se emprega na procura do desenvolvimento turístico na região, da renovação patrimonial da cidade e da união com os valores históricos da terra, mas também se encaminha com fortes probabilidades para se tornar cada uma dessas propostas, um suporte propagandístico do Estado Novo.

Com a entrevista efectuada ao Dr. José Ramos Passos (Figura 16), Vereador do Pelouro da Cultura e Turismo e Procurador de Tavira no Conselho Provincial do Algarve⁹⁰, "pessoa que desde que foi para a Câmara Municipal, tem dado o melhor do seu esforço no cumprimento do cargo que tão dignamente exerce", ficamos a conhecer outras iniciativas culturais e turísticas destinadas à cidade, assim como os respectivos objectivos e o estado da situação.



Figura 16. José Raimundo Ramos Passos (1897 - 1980). Médico, vereador da Cultura e do Turismo, mais tarde presidente da autarquia. (*Povo Algarvio*, 28 de Maio de 1938, ano V, n.º 209, p. 3)

Ainda antes de se enumerarem e caracterizarem detalhadamente os equipamentos ou os projectos culturais que nos princípios da década de 30 nascem para edificar um itinerário sobre a história local e nacional, o entrevistador indica os critérios que um responsável municipal pela cultura deve respeitar: "(...) uma pessoa culta, com bastante geito e vontade de trabalhar". É com Ramos Passos, "homem cujos predicados possui incontestavelmente" para envergar o estatuto de Vereador da Cultura, que a vida cultural e a intervenção patrimonial em Tavira se anima e se dinamiza. A esta figura do executivo camarário é apontada a paternidade de um conjunto de obras vocacionadas para a preservação e divulgação do património histórico da cidade: "a

89. *Povo Algarvio*, 28 de Maio de 1938, ano V, n.º 209, p. 3.

90. Apesar de ter nascido na Fuzeta cedo se estabeleceu em Tavira por aí se ter casado. Assume as funções de Vereador no município tavirense em 1937 e viria a ocupar o posto de Presidente nos finais de 1940, ainda que a título interino (ver *Povo Algarvio*, 20 de Outubro de 1940, ano VII, n.º 330, p. 2). Entre 1942 e 1946 assegura a presidência a título efectivo. Formado em Medicina, Ramos Passos, trabalha na Casa dos Pescadores mas principalmente no Hospital de Tavira. Morre em Tavira em Agosto de 1980 (Cfr., Ofir Chagas, *ob. cit.*, pp. 277-280).

reorganização da Biblioteca Municipal, a organização do Museu, (...), a reparação nas capelas góticas existentes no antigo cemitério de São Francisco, etc., etc., Tudo melhoramentos para os quais ele tem contribuído com a sua inteligência e boa vontade"⁹¹.

Do diálogo, a seguir descrito, o Vereador da Cultura caracteriza cada uma das obras culturais a começar pela Biblioteca Municipal. Instalada no primeiro piso das salas anexas à Igreja da Misericórdia, a Biblioteca adquire colecções bibliográficas de "escritores contemporâneos dos quais pouco ou nada existia", prometendo a sua abertura ao público logo após a conclusão dos trabalhos de catalogação, acondicionamento e organização das espécies documentais.

Nas salas do piso térreo anexadas ao corpo da Igreja da Misericórdia, junta-se o Museu Municipal. Nas palavras do Vereador, encontra-se a unidade museológica "muito bem situada", pois quem a visita pode usufruir do "magnifico templo da Misericórdia, que é uma verdadeira obra de arte"⁹² (Anexo 85).

Formam parte das colecções originais do museu "pedras brazonadas e com inscrições, algumas delas cedidas por particulares e outras pelas veneráveis ordens de São Francisco e do Carmo"⁹³.

Integra também o corpo dos bens museológicos do Museu Municipal a colecção de "moedas antigas e medalhas", ofertas do Eng. Rosado Padinha, António Arnedo e Filipe Monteiro Santos.

Mais peças o Vereador contava ver depositadas no espaço museológico que estava em fase de preparação, "não tivessem saído para os museus Etnográfico de Lisboa e de Faro"⁹⁴ (Anexo 86).

91. *Povo Algarvio*, 28 de Maio de 1938, ano V, n.º 209, p. 3. Outros órgãos regionais de comunicação acentuam a participação de Ramos Passos nos projectos culturais da cidade como decisiva para a sua concretização. A reabertura da Biblioteca ao público e a criação do Museu Municipal têm a influência directa do Vereador da Cultura (Cfr., *O Algarve*, 1 de Janeiro de 1939, ano XXXI, n.º 1605, p. 2).

92. *Povo Algarvio*, 28 de Maio de 1938, ano V, n.º 209, p. 3.

Uma dimensão museológica na Misericórdia também pode estar presente. O encerramento ao culto e a preservação dos principais testemunhos artísticos deixam que a Igreja se decida inclinar por uma perspectiva simbólica e contemplativa, e menos de carácter utilitário e prático.

A Misericórdia vai despegando-se do título de templo, e passa a receber a função de espaço museológico de arte sacra e história de arte.

Esta câmara de objectos artísticos musealizados, acaba por fazer um elo de ligação, a transição entre o museu monumental, construído, in situ, e o museu das colecções, das mensagens culturais e valorização do património, que pertence ao espaço museológico municipal, entregue às colecções artísticas móveis, com outros temas.

93. *Idem, ibid.*, p. 3.

O lamento que o Vereador da Cultura esboça na entrevista, sinaliza o descontentamento pessoal mas também da cidade, pela apropriação que os museus nacionais e distritais fazem dos bens patrimoniais de Tavira. As precárias condições físicas que a Misericórdia oferece para instalar o Museu Municipal, as carências de pessoal técnico e de orçamentos para a preservação e valorização dos bens museológicos, entre outros factores de política museológica nacional,⁹⁵ leva

outras entidades museológicas, dotadas de recursos mais vantajosos, a responsabilizarem-se

94. *Idem, ibid.*, p. 3. Seria esse o destino normal dos bens patrimoniais sempre que as instalações museológicas do local da sua proveniência enfrentassem problemas de acondicionamento e segurança (Cfr., António Jorge Carrilho, *O Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique. Subsídios para a sua história*, 2002, pp. 27-28). Num levantamento das peças em exposição no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique feito pelo Cónego Monsenhor Pereira Botto, fundador e antigo responsável, nos finais do século XIX, surgem diversos achados arqueológicos do concelho de Tavira. Maioritariamente de origem romana, achados na antiga cidade romana de Balsa (freguesia da Luz de Tavira), as peças arqueológicas tocam diferentes categorias e funções: fragmentos cerâmicos ornamentados, lucernas, moedas e alfinetes de cabelos (Cfr., *Idem, ibid.*, pp. 91-94; alguns desses objectos permanecem actualmente nesse espaço museológico - Cfr., Câmara Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, n.º 011926, 22 de Março de 2002; Monsenhor Cónego Botto, *Glossário critico dos principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*, 1899, p. 32; 42). Muitas dessas peças foram doadas por João Luiz Mendonça e Melo (António Carrilho, *ob. cit.*, pp. 91-94), proprietário da Quinta das Antas, que ordenou a realização de escavações na sua quinta, onde se descobriram vestígios de povoações balsenses, isto é, romanos (Carlos Fabião, *Arqueologia de Tavira*, 2003, pp. 13-15). Na opinião do Monsenhor Cónego Botto este doador era "um dos mais affectuosos dotadores d'este nascente museu" (Cfr., Monsenhor Cónego Botto, *ob. cit.*, p. 32).

Além daqueles achados arqueológicos a época medieval cristã em Tavira também encontra representação no Museu de Faro através da preservação de uma lápide do Castelo de Tavira. Ela indica a comemoração das obras régias no castelo a mando de D. Dinis, vindo a ser posta na porta da Alcáçova (Cfr., Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 2000, p. 1092). Demonstraria ser um objecto apreciado e relevante, segundo o conservador do Museu Infante D. Henrique, enquanto vestígio, fonte de estudo e compreensão da escrita antiga nacional e sua evolução, oferecido pelo Sr. Eng. e conselheiro Joaquim de Pires Sousa Gomes (Cfr., Monsenhor Cónego Botto, *ob. cit.*, pp. 109-112).

95. O tecido museológico nacional que vigorava antes de se entrar no período político do Estado Novo repartia os museus em duas categorias: museus nacionais e museus regionais. Preocupações de diversa índole relacionados com o património histórico do país estão retratados nos instrumentos legais propostos na I República, responsabilizando o museu a um papel fulcral nessas tarefas. Duas ideias centrais podem ser invocadas no contexto dos textos jurídicos sobre o património cultural português nesse tempo. Primeiro, a projecção do bem cultural como elemento revelador de identidade nacional, e em segundo, os museus nacionais e regionais vistos como os guardiões dos valores culturais, históricos e artísticos (Cfr., Sérgio Lira, *Museums and temporary exhibitions ...*, p. 66). Concentravam-se em Lisboa a maioria dos museus nacionais. As cidades de Coimbra e do Porto também tinham o seu nome na lista dos principais museus do país. Mandavam os preceitos legais que estes museus se tornassem os mais competentes representantes "of Portuguese cultural values, especially with regard to art. National collections, or objects with national importance because of their value or significance, were to be kept in these national museums" (Cfr., *Idem, ibid.*, p. 67).

pelo depósito de objectos provindos de diversos locais.

A criação de unidades museológicas distritais e centrais, mandatadas para dignificar a preservação do património cultural, estratégia alimentada através do apoio de investigadores e estudiosos, toca num ponto sensível à população local: privação dos referentes da cultura e do património histórico local.

A caminho dos Museus Etnográficos de Lisboa e de Faro, seguem de Tavira, objectos arqueológicos descobertos na sua maioria na estação romana de Balsa⁹⁶. Ficam mais pobres as informações sobre o passado de Tavira no Museu Municipal, e o programa expositivo dedicado às origens e à história do concelho perde alguma força.

À espreita dos achados arqueológicos que se recolhem das escavações ou das sondagens feitas no sul do país, preparados para os receber estão os museus regionais que surgem a mando do Governo nos primeiros tempos da República⁹⁷.

Quanto aos museus regionais o seu número alargado exprimia os cuidados das autoridades regionais na preservação do património histórico da sua zona. Recolhiam bens culturais referentes à arte, à história, à arqueologia e também à numismática. Cada um destes museus servia o perímetro administrativo dos bens artísticos que conservava, como acontecerá com os achados arqueológicos do concelho de Tavira.

⁹⁶. Surgem nos finais do século XVI as primeiras impressões sobre a antiga localização de Balsa, que na perspectiva dos autores de tais afirmações coincidia com a actual cidade de Tavira. Pouco se adianta nas informações que o Pároco de Luz de Tavira fornece nos Inquéritos Paroquiais setecentistas. Será apenas na década de 60 do século XIX, a partir da acção de investigação arqueológica protagonizada por Estácio da Veiga, ilustre tavirense, que a localização da antiga cidade romana de Balsa terá a sua confirmação. Leite de Vasconcellos também terá estudado o passado de Tavira, recolhendo na antiga cidade romana de Balsa materiais que seriam levados "para o seu Museu de Belém" (Cfr., Carlos Fabião, *ob. cit.*, pp. 11-19).

⁹⁷. No Estado Novo o cenário da rede museológica nacional, as entidades de decisão e o funcionamento interno dos museus obedeceu a regras diferentes. Chamam à atenção as modificações que o Decreto n.º 20985, de 7 de Março de 1932 propõe às políticas museológicas que vinham a ter lugar. Visto como complexo pelo Estado Novo, o quadro legislativo dos museus na I República, não deixa de ser aplaudida a firme preocupação empregue na defesa do património cultural, um agente caracterizador da Nação e da História. Acontece que o carácter prático e a disciplina em termos orgânicos do Estado Novo, uma referência de marca do regime, vai também interferir no terreno legislativo dos museus. Desaparecem os conselhos de arte e arqueologia. O poder de intervenção sobre a vida museológica passa a estar centralizado no Conselho Superior de Belas Artes. Ele pronuncia-se acerca da criação das comissões municipais de arte e arqueologia, a fundação de espaços museológicos, a formação de recursos humanos especializados, a aquisição e empréstimo de bens museológicos (Cfr., Sérgio Lira, *Museums and temporary exhibitions ...*, pp. 71-72; *Idem, Linhas de força da legislação portuguesa relativa a museus...*, pp. 7-9). Também a estrutura da rede museológica sofre um desenho distinto. Até esta data o espaço museológico possuía dois pólos de categorias: o museu nacional e o museu regional. Este decreto abre a categoria dos museus municipais, tesouros de

Quase a finalizar o diálogo com o Povo Algarvio, Ramos Passos resume aquilo que considera ser as características fortes do plano estratégico cultural para a cidade, fomentado a partir de um conjunto de ofertas culturais e turísticas apontadas para o centro histórico.⁹⁸

Ao objecto de estudo que nos interessa, o museu municipal, desempenha por seu turno um papel importante nessa proposta cultural para Tavira, reforçando por um lado a caracterização da história e do património local, aumentando o número de ofertas turísticas em Tavira por outro, e obviamente, garantindo a propaganda do plano ideológico e cultural do Estado Novo.

arte sacra e colecções de valor histórico e arqueológico. É precisamente nesta oportunidade que o Estado Novo concede aos municípios a hipótese de criar espaços museológicos seus, dentro de um claro objectivo de ampliar a todo o território as teias da política cultural *estadonovista*, que em Tavira é implantado um museu.

⁹⁸. Sessões cinematográficas ao ar livre, festas e momentos de diversão é a proposta de actividades que a autarquia propõe para o Parque da Galeria. A visita aos monumentos históricos mais significativos da cidade, recuperados e classificados, consiste também numa aposta turística para a cidade que à Câmara Municipal parece interessar e ver explorada.

Capítulo 4



Capítulo 4

4. De Museu Municipal de Tavira a Museu da Cidade: A cidade, o museu e o turismo

Tinha a Câmara Municipal de Tavira já em 1937 a ideia de conceber uma Zona de Turismo na cidade¹ (Anexo 87). Tem tanto de original como de formal e sério. Depois de ser escutado o Conselho Municipal, a proposta seguiria até ao Governo.

O espaço museológico e as intervenções de restauro nos edifícios agora classificados constituem os pontos de atracção turística mais visíveis e representativos da cidade.

Passa a partir deste momento a assumir o principal objectivo turístico da autarquia, explorar não exaustivamente os valores históricos e artísticos do Centro Histórico, mas essencialmente expandir a outras áreas da cidade os circuitos turísticos, divulgando demais motivos de interesse em Tavira.

4.1. Os apáticos anos 40 e a Doação da Casa António Cabreira

Seriam precisos percorrer alguns anos até descobrirmos alguma notícia sobre o Museu Municipal inaugurado nas festas dos centenários.

Na Igreja da Misericórdia, onde o Museu Municipal se encontrava, a situação crítica da cobertura permanecia². Dentro da igreja o património artístico punha em risco a sua própria sobrevivência.

Podia a qualquer instante a frágil cobertura ceder ou simplesmente promover a entrada de infiltrações de humidade na igreja. As ajudas financeiras da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais apenas iam chegando para os restauros no Castelo³ (Anexo 88, 89 e 90), enquanto a Igreja da Misericórdia aguardava a sua oportunidade. Nem o “fundo” artístico do interior da igreja, local de passagem turística obrigatória, é um argumento suficientemente

1. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 28 de Julho de 1933 a 10 de Novembro de 1938, sessão de 16 de Setembro de 1937, fls. 160 v.º - 161.

2. Nos princípios dos anos 40 alguns dos principais templos da cidade de Tavira padeciam de problemas de conservação. A Igreja de Santiago - antiga mesquita menor na era mourisca - a julgar pelos auxílios invocados pelo pároco, registava defeitos de ampla escala na estrutura material. Orçavam as obras, na estimativa do responsável paroquial, em 5 contos, que incluía trabalhos de reparação e caiação (Cfr., *Povo Algarvio*, 23 de Maio de 1943, ano IX, n.º 463, p. 1). Cerca de dois meses mais tarde, a igreja tinha afastado o cenário de ruína iminente e provava agora uma saudável aparência exterior e interior (Cfr., *Povo Algarvio*, 18 de Julho de 1943, ano X, n.º 471, p. 1).

3. Em Tavira era inequivocamente o monumento que detinha a maior atenção das entidades de defesa e conservação do património histórico. As obras de restauro não se limitam ao ano dos centenários, evento que glorifica os símbolos

convicente para mudar a posição da D.G.E.M.N. na atribuição das verbas para restauro, e para a disponibilização imediata de ajuda técnica e logística. Na verdade, os testemunhos artísticos daquela igreja, a Biblioteca e o Museu não eram os únicos prejudicados num eventual colapso da cobertura. Afectava igualmente os costumes religiosos celebrados na igreja, como por exemplo as festas da semana santa, impedidas de serem praticadas face à insegurança que os telhados indiciavam a todos os fiéis que acompanhavam a procissão⁴ (Anexo 91 e 92).

A hora na autarquia não é positiva, assim como na própria cidade. Investe-se em áreas básicas como a iluminação pública e a distribuição de águas ao domicílio. São melhoradas algumas estradas municipais. Na cidade, as ruas principais têm pavimentos, enquanto os monumentos classificados, a Igreja da Misericórdia e a Igreja de Santa Maria do Castelo, vão continuando a ter problemas de conservação.⁵

da fundação e independência nacional. A recuperação das antigas muralhas arrastam-se pelos anos seguintes. Por exemplo em 1941, recomeçam por ordem da D.G.E.M.N. os trabalhos de restauro (Cfr., *Povo Algarvio*, 22 de Junho de 1941, ano VIII, n.º 365, p. 2). As obras teriam uma ajuda financeira de 6.000\$00 (Cfr., *Povo Algarvio*, 16 de Fevereiro de 1941, ano VII, n.º 347, p. 1).

Quer a Câmara Municipal que essas obras sejam acompanhadas pelo Sr. Manuel Pereira Maia, o responsável pela fiscalização da campanha de restauro do ano anterior (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 984, 3 de Abril de 1941). O pedido é aceite (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Informação interna*, n.º 908, 3 de Abril de 1941).

No ano seguinte a verba definida para restauro seria um pouco maior. Prevê-se a atribuição de 7.500\$00 remetidos a partir do Fundo de Desemprego (Cfr., *Povo Algarvio*, 10 de Maio de 1942, ano VIII, n.º 411, p. 1). Divergia bastante em relação ao orçamento pedido pelo empreiteiro candidato a dirigir as obras, isto é, cerca de 15.000\$00. Incluía a reconstrução completa das muralhas, fornecimento de materiais e pagamento de seguro (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 2899, 8 de Dezembro de 1942). Entretanto as obras são interrompidas no final do ano de 1941 “por se terem esgotado as verbas (...)” (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Informação interna*, n.º 3541, 31 de Dezembro de 1942). Ainda que as dificuldades financeiras bloqueiem o avanço mais rápido das obras, as muralhas do castelo através de sucessivas intervenções vão sendo restauradas. Em 1944 o subsídio atinge os 10.000\$00 (Cfr., *Povo Algarvio*, 19 de Março de 1944, ano X, n.º 506, p. 1), insuficiente para chegar à proposta do empreiteiro (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Informação interna*, n.º 1029, 28 de Abril de 1945). Ainda em restauro em 1950, o castelo iria absorver 40.000\$00 de subsídio, 38.000\$00 para obras e 2.000\$00 para a Administração (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Informação interna*, n.º 683, 2 de Março de 1950).

4. Cfr., *Povo Algarvio*, 5 de Abril de 1942, ano VIII, n.º 406, p. 1.

Acabaria desfeito no chão em Abril de 1943 o telhado da sacristia. A informação chega aos serviços da D.G.E.M.N. que atribui ao apodrecimento das canas a responsabilidade do desaparecimento da cobertura (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 1244, 7 de Junho de 1943). Curiosamente, na mesma altura desse acontecimento a D.G.E.M.N. tinha reservado no seu plano de orçamento uma quantia para as obras de conservação da Misericórdia (Cfr., *Povo Algarvio*, 4 de Abril de 1943, ano IX, n.º 456, p. 3). Começam em Setembro de 1943 as obras de recuperação do telhado da sacristia (Cfr., *Povo Algarvio*, 26 de

A situação da autarquia piora no correr dos anos. As receitas mal conseguem liquidar os compromissos financeiros básicos. Instala-se na população local um ambiente de desmotivação generalizado, causado pela “estagnação na vida concelhia”, isto é, o estado de apatia e de rotina social e cultural desencadeada pela administração local.

Levaram a um grande esforço financeiro da autarquia o projecto do abastecimento público das águas e a assistência médica aos carenciados, medidas indispensáveis ao bem estar da população, mas igualmente efectivas no entorpecimento do desenvolvimento económico e cultural local. A criação de uma Zona de Turismo, anunciada já em 1937, integra uma das propostas de recuperação e restabelecimento orçamental da autarquia. A preservação da traça arquitectónica dos edifícios históricos é participado como objectivo prioritário. Ao roteiro turístico histórico junta-se nesta fase também a praia de Tavira⁶ (Anexo 93).

Sobre a actividade do espaço museológico na década de quarenta as informações são escassas, o que não deixa de ser sintomático da menor relevância do quadro cultural e turístico da cidade. Sabe-se que a Misericórdia permaneceu encerrada durante algum período ao público, ocasionado pelas péssimas condições de conservação dos telhados, afectando directamente o número de visitantes. Devido a essas dificuldades averiguadas na cobertura da Misericórdia,

Setembro de 1943, ano X, n.º 481, p. 2). Consistiam em repor provisoriamente o telhado, uma vez que os limitados orçamentos da D. G. E. M. N. cortam qualquer intervenção mais profunda e consequentemente dispendiosa (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Informação interna*, n.º 2513, 9 de Setembro de 1943). Aqueles trabalhos estariam concluídos em Novembro do mesmo ano (Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, n.º 2984, fls. 57, Lv. 10, 6 de Novembro de 1943).

Ainda assim subsistiriam nos telhados da Misericórdia os problemas centrais da conservação da igreja. Dependia no entanto de uma intervenção global ao edifício religioso o completo restabelecimento funcional e material. Manteve-se encerrada ao público a visita ao interior da igreja durante boa parte dos anos 40, conhecidas as deficientes condições do estado da sua cobertura. Esta tendência de constante ruína dos telhados da Misericórdia, diria-se em estado de decadência gradual, vai-se arrastando no tempo até aos finais da década de 40. A Câmara Municipal socorre-se da D.G.E.M.N. nos períodos mais críticos, pedindo uma actuação pronta e eficaz (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 21 de Julho de 1947 a 20 de Janeiro de 1950, sessão de 7 de Junho de 1948, fl. 69).

5. Cfr., *Povo Algarvio*, 26 de Abril de 1942, ano VIII, n.º 409, p. 2.

6. Cfr., *Povo Algarvio*, 30 de Setembro de 1945, ano XII, n.º 586, p. 1.

Detinha ainda especial atenção nos roteiros turísticos da cidade o seu centro histórico, o núcleo urbano antigo intramuralhas, mais concretamente. À frente nas preferências das visitas turísticas estavam as igrejas de Tavira: Igreja de Santo António, a Igreja da Misericórdia, São Francisco, São Paulo e Santa Maria. Mas esta cidade algarvia, considerada nestes anos por muitos a Veneza do Algarve, expandia as suas ofertas turísticas. Outras variantes do

obrigando a que a mesma fosse pontualmente reparada, tanto a Biblioteca como o Museu mantiveram-se encerrados. Após a estabilização dos níveis de segurança dos telhados da Misericórdia, do aspecto interior da igreja e da reparação das divisões da Casa da Administração, a Biblioteca e o Museu voltariam a reabrir por volta de 1946. Anos de apatia e inércia ultrapassados aproximadamente em Abril.

A Biblioteca, aberta entre as 11 e as 17 horas, seria visitada por algumas dezenas de leitores no mês de Maio. Lamentava-se o número reduzido de interessados na leitura, um problema radicado no horário de funcionamento e não no interesse das pessoas.⁷

Quanto ao Museu, o longo interregno serve sobretudo para recuperar as salas onde se localizava.⁸ Durante esse ano o Museu receberia a visita de 308 pessoas, 185 homens e 123 mulheres⁹ (CABREIRA 1949).

O número de pessoas que o museu contabiliza nos anos seguintes acusa uma descida, contrariada em 1949. Anos antes, quando se percebeu que a Igreja da Misericórdia mostrava fragilidades na sua cobertura, resolvidas parcialmente algum tempo depois, a autarquia tenta explorar, no nosso entender, outras vias que garantisse o funcionamento regular e seguro do Museu e da Biblioteca (Gráfico 2).

Essa oportunidade surge através da doação que António Cabreira¹⁰ faz de um prédio seu à autarquia. Situado entre as ruas António Cabreira e Jaques Pessoa (actual edifício do Arquivo

património arquitectónico começam a ser sugeridas como pontos de interesse turístico, lembrando por exemplo as Portas de reixa (tratam-se de portas, normalmente em pisos térreos, formadas por uma peculiar decoração em madeira, feita para protecção dos vãos da janela ou postigos da porta, deixando ao mesmo tempo entrar luz e arejar as habitações) e os telhados de tesouro (criação arquitectónica que se experimenta em Tavira a partir de modelos inspirados no Oriente importados por marinheiros, caracterizam-se por possuírem quatro águas, inclinados e apoiados em asnas ou tesouras, cobrindo os compartimentos principais do edifício. Cfr., Daniel Santana, *Arquitectura Histórica de Tavira uma síntese*, 2005, p. 36).

Propriedade da Misericórdia de Tavira, as termas da Atalaia recebem a visita de turistas, mas também de enfermos. A caminho da serra de Tavira, paisagens paradisíacas como o Pego do Inferno não podem ser esquecidas no pacote de recomendações turísticas divulgadas aos potenciais visitantes do concelho.

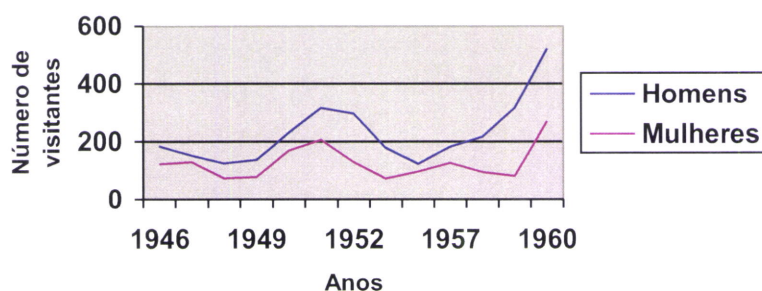
7. Cfr., *Povo Algarvio*, 14 de Julho de 1946, ano XIII, n.º 627, p. 1.

8. A quantia despendida nas obras de recuperação e manutenção das áreas expositivas foi de 1.440\$00. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, Instituto Nacional de Estatística, 1.ª Repartição 7.ª Secção, Estatística da Vida Intelectual e Artística, *Questionário aos Museus*, 1946.

9. Cfr., *Idem, ibid.*

10. Tavirense ilustre, nascido em 1868, é nas ciências matemáticas que se destaca. Recebe vários galardões e edita um conjunto assinalável de obras. O seu nome ainda hoje perdura nas ruas de Faro e Tavira, possuindo esta última cidade um busto em sua memória. Morre em Lisboa em 1953 (Cfr., Glória Marreiros, *ob. cit.*, pp. 107-108).

Gráfico 2 - Evolução da afluência dos públicos masculino e feminino ao Museu Municipal de Tavira entre 1946 e 1960



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Tavira, Instituto Nacional de Estatística, *Estatística da Vida Intelectual e Artística*, Questionário para os museus, 1946-1960.

Histórico Municipal), o edifício podia ser o espaço alternativo às casas anexas da Misericórdia. Estava em discussão a possível transferência da Biblioteca Municipal e do Arquivo Histórico para o andar nobre da Casa Cabreira (Figura 17).

A Câmara Municipal considera no entanto que alguns termos da doação são discutíveis.¹¹ A doação



Figura 17. Antiga Casa António Cabreira. Actual Arquivo Histórico Municipal de Tavira

(Marco Lopes)

terá o seu epílogo pouco depois. Revistos os pontos passíveis de alteração, a Câmara Municipal aprovará as condições rectificadas.¹² Os princípios da doação voltam a sofrer modificações, originados por António Cabreira, “porque (...) se tivesse lembrado que por lapso faltava

¹¹. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de Outubro de 1941 a 6 de Outubro de 1944, sessão de 20 de Agosto de 1942, fl. 49.

¹². Cfr., *Idem*, sessão de 21 de Setembro de 1942, fls. 56 v.º - 57.

mencionar clausulas na referida minuta”. A Câmara aceita.¹³ Estamos em 1943.

Importante, neste trabalho, é a terceira revisão (conforme sublinha a acta municipal) da proposta da doação. Mais uma vez é aprovada e assumida pela autarquia. Os proprietários do espaço, António Cabreira e esposa, reservam o usufruto do edifício enquanto vivos. Ali se devia, agora, instalar a Biblioteca e o Museu Municipal¹⁴ (Anexo 95).

Também incapacitado de se relacionar com o público, situação motivada pelo mau estado dos telhados da Misericórdia, o Museu Municipal vai provocar à autarquia algumas contrariedades ao nível da rentabilização dos seus recursos culturais e turísticos.

À precariedade da área expositiva onde o Museu Municipal se encontrava, a Casa Cabreira constitui (na visão da autarquia) um cenário físico alternativo, mais qualificado e até central na cidade. Problemas semelhantes enfrentavam outros museus na região.¹⁵ Nem sempre as características do edifício que merecera a escolha de receber o museu se compatibilizava com os cuidados de conservação exigidos pelas colecções, ou dava a possibilidade de conceber uma

13. Cfr., *Idem*, sessão de 5 de Agosto de 1943, fls. 113 v.º - 114

14. Cfr., *Idem*, sessão de 20 de Maio de 1944, fl. 171.

15. Dera lugar a uma reunião da “Liga de Amigos de Faro”, uma espécie de associação de protecção e valorização do património histórico da cidade, a localização do espaço museológico. Estava depositado numa instalação próxima da cadeia civil o acervo do museu de Faro. Possuía problemas de espaço, aliás, apenas servia de arrumo das peças. Na cidade de Faro problemas idênticos atravessavam a colecção Ferreira de Almeida e o Museu Marítimo. É lançada a ideia de formar um museu de província, uma proposta que colocaria em prática as verdadeiras funções do museu (Cfr., *Povo Algarvio*, 14 de Abril de 1946, ano XII, n.º 614, p. 2).

Ao museu de Faro eram realizadas visitas guiadas. Principiava o guia a apresentação com uma pequena síntese histórica do museu, as principais figuras da arqueologia e museologia regional. Em debate também estava a constituição do Museu regional em Faro. Seguiu-se a explicação das colecções, a de arqueologia e a de arte. Na colecção de arte, algumas pinturas de Vieira Portuense, no entender do visitante, estariam a ser iluminadas de maneira incorrecta. As reduzidas dimensões das instalações forneciam pouco espaço de exposição às peças, gerando alguma densidade de bens artísticos no mesmo local. Este era outro aspecto negativo do museu (Cfr., *Povo Algarvio*, 21 de Abril de 1946, ano XII, n.º 615, p. 2).

No Barlavento algarvio existia um pólo museológico de referência regional, o Museu Dr. José Formosinho. Contemporâneo ao Museu Municipal de Tavira, o Museu Regional de Lagos dispõe de uma secção de arte sacra, dominada por simbólicos bens do tempo de D. Sebastião. Iniciada em 1934, a secção de Arqueologia, ainda em organização, já reunia objectos interessantes da pré-história e da ocupação romana naqueles lugares. A época islâmica também continha alguma representação através de “candeias e outros objectos cerâmicos”. Acolhia também o museu uma colecção numismática e etnográfica. Esta secção dividia-se em etnografia geral (correspondia a objectos de história local), etnografia colonial e regional. À entrada, lápides tumulares, brasonadas e não só, tal como se verificava em Tavira, rematavam o núcleo original das colecções do museu (Cfr., José Formosinho, *Igreja de Santo António e Museu Regional de Lagos*, s.d.). Protagonizará sucessivas ampliações do espaço devido ao número elevado de peças que vinha recolhendo.

Na década de 40, consolidada a apresentação da exposição permanente das colecções do museu, empreende-se nas exposições temporárias, recrutando essencialmente trabalhos de pinturas de artistas regionais (Cfr., *Povo Algarvio*, 16 de Fevereiro de 1947, ano XIII, n.º 658, p. 3).

estratégia expositiva mais elaborada quer do ponto de vista estético quer da comunicação dos conteúdos. Um projecto arquitectónico apenas fixado no Museu Municipal era uma hipótese bastante remota.

A autarquia lutava contra problemas financeiros de peso e responsabilidade. Embora o plano turístico da região, que incluía a participação do museu municipal, se venha a afirmar como medida de recuperação financeira do município, mas também de valorização turística e cultural, tardam a impor-se os investimentos adequados nessa área.

Enquanto a instalação do museu municipal parece estar a tomar as atenções do executivo camarário nos primeiros anos da década de quarenta, numa freguesia do concelho de Tavira, Conceição, surge um espaço museológico quase imperceptível. Na Casa do Povo da Conceição (Figura 18), em Abril de 1945, data da visita oficial ao concelho de Tavira do Sub-Secretário de



Figura 18. Edifício da Casa do Povo da Conceição de Tavira.

(Marco Lopes)

Estado das Corporações e Providência Social, dá-se notícia da constituição de um Museu rural¹⁶ (Anexo 96). Ao membro do governo a visita ao museu, localizado no primeiro

andar do edifício da Casa do Povo, terá proporcionado uma impressão positiva.¹⁷

A igreja de Santo António, local que acolhia o Museu Regional de Lagos (situação semelhante com o Museu Municipal de Tavira na Igreja da Misericórdia) era Monumento Nacional desde 1924. Residia no seu interior o principal factor de atracção de visita, em especial o retábulo principal em talha dourada, contratado em 1718 a Gaspar Martins, as paredes laterais também em talha representando cenas da vida de Santo António (Cfr., Francisco Lameira, *A talha no Algarve ...*, pp. 165-167) e a pintura em perspectiva do tecto (ver José Ramos Formosinho, *A igreja de Santo António*, 1994).

¹⁶. Cfr., *Povo Algarvio*, 22 de Abril de 1945, ano XI, n.º 563, p. 1 e 3.

¹⁷. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 1 e 3.

Castro Fernandes, a mesma figura do governo que visitou a Conceição, revelar-se-ia como um dos principais entusiastas da promoção de actividades culturais nas casas do povo. A afirmação da cultura popular, representada ao mais alto nível pelo artesanato, tinha nesses locais a oportunidade de obter maior projecção. Pouco virado para motivar ou despertar o interesse profissional da população nas actividades tradicionais, o museu rural ou etnográfico dedica-se à criação dos símbolos da cultura rural. No museu guardavam-se as peças que

Tinham decorridos entretanto cinco anos desde as festas dos centenários. As grandes festividades que esse evento promoveu, e no qual os museus pertenciam ao elenco principal, possuíam um carácter pouco duradouro. A essas datas simbólicas e importantes no imaginário social e cultural português, o Estado Novo procura nos museus rurais uma linha permanente de exposição das memórias locais e nacionais. Pouca expressão numérica tiveram no país, apesar de se fomentarem planos de rede museológica etnográfica e de se criticarem o défice desta tipologia de museus relativamente a outros, especificamente, os arqueológicos e os artísticos. Dá também os museus rurais dependentes das Casas do Povo registarem uma reduzida distribuição no país. Trinta museus era o número recenseado em 1957. Destacavam-se os de Mafra, São Pedro do Corval, Alcaçovas e Santa Maria de Estremoz!¹⁹

Conceição de Tavira inscrevia-se assim na política museológica *estadonovista*, sobretudo no ramo dos museus etnográficos nacionais, enquanto a cidade de Tavira ia estabelecendo um plano de ofertas turísticas, destacando a participação dos museus e de exposições nesse projecto.

4.2. As exposições e os estudos do património artístico e histórico tavirense

Até aos primeiros anos da década de cinquenta as principais prioridades do município estavam

caracterizavam as actividades tradicionais da localidade, sobretudo as mais antigas, pois isso indiciava a antiguidade dos costumes e dos ofícios (Cfr., Daniel Melo, *ob. cit.*, p. 179). Apenas em alguns casos excepcionais de unidades museológicas de carácter etnográfico, como por exemplo o Museu Nacional de Etnologia, se aprecia o objecto de uma maneira mais abrangente. Ele é visto e abordado no conjunto do acervo do museu, relacionado com as suas origens e utilizadores. No caso dos museus rurais das casas do povo o objecto surge como um contributo ao retrato de uma realidade cultural, social e geográfica. Preservar os bens etnográficos da terra garantia a sobrevivência dos seus símbolos culturais e artísticos. Contudo, o museu rural limitava os seus interesses museológicos ao objecto, escapando as memórias e outras informações indicativas da vivência social em seu redor. Aspiravam essas colecções e os respectivos museus a adquirir um inevitável imobilismo e unilateralismo de comunicação com os visitantes - Cfr., Sérgio Lira, *Colecções etnográficas e museus etnográficos: objectos e memórias da Cultura Popular*, 1999, pp. 1-3). Além disso, esses testemunhos expressavam também traços da produção artística nacional, uma vez que era gerada pelo povo e mantida como prática oriunda dos antepassados (Cfr., Daniel Melo, *ob. cit.*, p. 179)

Na opinião de Castro Fernandes, o museu rural podia ser útil em quatro vertentes: autoconsciência da cultura artística local, promoção turística da terra, estimular a continuidade dos ofícios e estabelecer uma marca visual das artes tradicionais (Daniel Melo, *ob. cit.*, p. 179)

Todos esses objectivos, a acreditar pela reacção da visita feita por esse mesmo membro do governo à Casa do Povo da Conceição, podem ter sido calculados e explorados no museu.

18. Cfr., Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord.), *Iniciação à Museologia*, 1993, pp. 51-52.

19. Cfr., Daniel Melo, *ob. cit.*, p. 180.

repartidas entre a reparação das estradas da cidade e daquelas que ligavam Tavira a outras povoações do concelho, a distribuição da iluminação eléctrica e a remodelação do edifício dos Paços do Concelho. Quando alguma personalidade importante se desloca a Tavira em visita oficial era o Teatro António Pinheiro (Anexo 97) que a recebia.²⁰ As habitações do Bairro Jara, especialmente construídas para famílias pobres, precisavam de manutenção. Mais escolas, clamava a cidade e o resto do concelho.

Todos esses investimentos, previstos ou executados, fundamentais no processo de modernização e actualização da cidade e respectiva população, vão provocar desequilíbrios nas finanças da autarquia. Os adiamentos sucessivos da conclusão de importantes obras derivam dessa instabilidade financeira.

Naturalmente, o Museu e a Biblioteca, serviços menos dispendiosos e também sem grande lucro, sobrevivem no quadro orçamental do município com verbas mínimas e suficientes à sua manutenção. As despesas cobriam o salário do pessoal, custos de material (aquisição de livros, obras de arte, e mobiliário), conservação, material de consumo corrente e a renda do espaço. Em 1942 só os serviços de Cemitério, Cadeia e Aferição de pesos e medidas conseguiam obter orçamentos inferiores em relação ao serviço de Biblioteca e Museu²¹ (Anexo 98).

Nos anos que se seguem os valores que o orçamento municipal designa ao serviço de Biblioteca e Museu poucas alterações verifica²² (Gráfico 3).

A subida de valores do orçamento neste serviço a partir de 1947 justifica-se pela actualização do salário do pessoal.²³ O lugar de vigilante da Biblioteca é extinto em 1959 tomando a partir desse

20. Cfr., *Povo Algarvio*, 8 de Junho de 1952, ano XIX, n.º 935, p. 3.

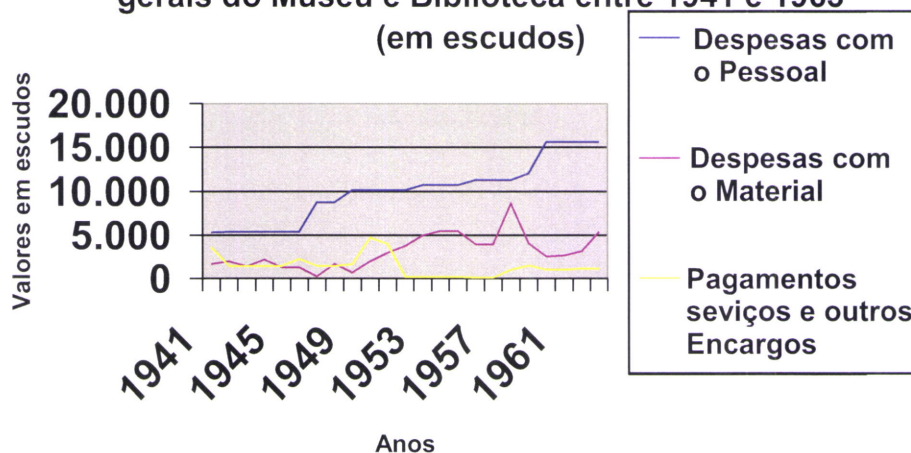
21. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Contas de Gerência e Planos de Actividade*, Relatório de Gerência da Câmara Municipal de Tavira ano de 1942, Pasta A 65, 8294 B. Dependiam muito do imposto do pescado as receitas da Câmara Municipal. Ficava este ano ainda marcado no orçamento da Câmara Municipal as despesas ainda pendentes da Exposição Regional de Faro realizada no decorrer dos centenários.

22. No orçamento de 1944 é assinalada a doação de um prédio de António Cabreira à Câmara Municipal de Tavira destinado à instalação da biblioteca e museu municipal (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Contas de Gerência e Planos de Actividade*, Relatório de Gerência do ano de 1944, Pasta A 65, 8324 B).

Dois anos depois, em 1946, a Câmara Municipal descreve a despesa de 800\$00 por aquisição de vários artigos para constituir a secção de etnografia deste concelho no Museu de Lagos (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta de Gerência e Plano de Actividades*, Orçamento ordinário, 1946, Pasta A 66, 1840 B).

23. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta de Gerência e Plano de Actividades*,

Gráfico 3 - Evolução das despesas das rubricas gerais do Museu e Biblioteca entre 1941 e 1963 (em escudos)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Conta da Gerência e Plano de Actividades, 1941-1963*.

momento a categoria de fiel de Biblioteca.²⁴

Se a Biblioteca e o Museu Municipal gozavam de orçamento próprio e disponibilidade financeira estável, o mesmo não se podia por aos monumentos da cidade.

A igreja de Santiago (Anexo 99) recompõe-se dos estragos de antes, à custa das esmolas da população e da sua boa vontade.²⁵ Na lista dos casos mais alarmantes estava também a Igreja de São Paulo. No começo da década de 50 os telhados mostravam estar em risco de cair.²⁶

Nenhuma outra igreja supera no entanto os problemas e as deficiências da Misericórdia.

A imprensa local comentava em tom crítico a figura decadente e deslocada a nível turístico daquela igreja no centro histórico.²⁷

Dos problemas em geral e daqueles que afectavam em particular a talha da Misericórdia também

Orçamento ordinário, 1947, Pasta A 66, 1847 B e *Orçamentos, Conta de Gerência e Plano de Actividades*, Orçamento ordinário, 1948, Pasta A 66, 1852 B.

²⁴ Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Orçamentos, Contas de Gerência e Planos de Actividade*, Plano de Actividades e Bases do orçamento para o ano de 1959, Pasta A 70, 1909 B.

A mudança de categoria proposta pela Câmara Municipal estava associada a uma questão de adaptação dos deveres profissionais ao cargo mais adequado. Atendia os frequentadores da Biblioteca, e provavelmente do Museu, procedia à organização e inventariação dos livros. Todas essas tarefas, a mais num cargo de vigilante (cuja principal aptidão se revia na fiscalização e atendimento) terá reflexos na própria remuneração. Mil escudos é o vencimento indicado. O Governo Civil transmite a aprovação do Ministro do Interior sobre o lugar e o valor do vencimento (Cfr., *Actas da Câmara Municipal*, 22 de Julho de 1957 a 20 de Março de 1959, sessão de 10 de Julho de 1958, fls. 103 v.º - 104; *Idem*, sessão de 5 de Novembro de 1958, fl. 139 v.º). Viria a ser ocupado esse posto por José Aníbal da Palma e Silva, antigo vigilante da Biblioteca, após aprovação unânime da Câmara Municipal (Cfr., *Idem*, sessão de 31 de Dezembro de 1958, fls. 169-169 v.º).

²⁵ Cfr., *Povo Algarvio*, 22 de Julho de 1948, ano XV, n.º 733, p. 2.

²⁶ Cfr., *Povo Algarvio*, 12 de Março de 1950, ano XVI, n.º 818, p. 1.

²⁷ Cfr., *Povo Algarvio*, 5 de Março de 1950, ano XVI, n.º 817, p. 1 e 3. As despesas elevadas que se previam nas obras de recuperação, numa autarquia a atravessar dificuldades financeiras, ficam em segundo plano. As excursões de turistas deixam de a visitar.

fazia alusão o jornal *Povo Algarvio*.²⁸ Finalmente a reparação dos telhados surge em 1958.²⁹ Contudo, a falta de limpeza, reparação exterior e a degradação do recheio artístico constituem outra frente dos aspectos negativos. Já no começo da década de sessenta, a Câmara Municipal, através de iniciativa sua, promove as obras de recuperação autorizadas pela D.G.E.M.N.³⁰ A consciencialização da defesa e valorização que sobre o património histórico e artístico local se parece formar não se centra apenas no acervo arquitectónico religioso. Nesta fase também ganham espaço de interesse as exposições temporárias, os estudos e o inventário dos bens artísticos.

Sobre o inventário tecem-se ao nível local considerações substanciais acerca do seu papel. Ele é primordial e insubstituível na salvaguarda dos bens culturais. Precisavam de ser inventariados, entre muitos bens patrimoniais, os vestígios romanos de Balsa, uma localidade importante no quadro da romanização do litoral algarvio. As peças que se acharam perto de Luz de Tavira, local onde existira Balsa, estavam na posse de particulares ou distribuídas pelos Museus de Faro, Carmo e Arqueologia.³¹ No inventário tanto se podia anotar a localização dos objectos como descrever as particularidades artísticas e físicas. Era estruturante para o conhecimento das colecções e da organização do museu, estar documentado sobre cada peça, metodologia não desenvolvida - e bastante criticada - pelos projectos museológicos locais.

Cada museu buscava o meio de inventário mais ajustado ao perfil das suas colecções. Mandava a prática do inventário de bens culturais por esses anos triplicar o número de cópias da lista de peças³² (Anexo 100). Em casos de risco de desaparecimento, problemas de conservação e de um eventual interesse em estudar as colecções, o inventário dava um contributo inegável.³³

28. Cfr., *Povo Algarvio*, 26 de Maio de 1957, ano XXIV, n.º 1194, p. 1 e 3.

29. Cfr., *Povo Algarvio*, 21 de Setembro de 1958, ano XXV, n.º 1263, p. 2.

30. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de Abril de 1959 a 06 de Junho de 1960, sessão de 5 de Novembro de 1959, fl. 82.

31. Cfr., *Povo Algarvio*, 27 de Setembro de 1964, ano XXXI, n.º 1580, p. 1.

32. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 2.

33. Em Espanha, os museus regionais procuravam aperfeiçoar os instrumentos de inventário, tendo em vista uma

A preparação técnica e o recrutamento de pessoas qualificadas para os museus e a realização de inventários de peças minimizava, a nem sempre evitável, falta de rigor na descrição do objecto. Uma solução que se anunciava relativamente à constituição de um corpo técnico especializado no inventário, a propósito da criação do Museu da Cidade de Tavira, em debate nos anos sessenta, sugeria dois grupos de trabalho, mais concretamente duas comissões: uma de recolha e a outra de selecção ou apuramento. A primeira seria composta por “qualquer pessoa (...) apta a fotografar, medir e descrever (...)” potenciais bens museológicos.³⁴ A segunda seria dotada de entendidos ou figuras experientes na identificação e escolha de obra de arte para os museus.

Por estes anos, com algum ênfase, começam a ser produzidos inventários de arte sacra, assegurados, como de resto o sugere a proposta da equipa de inventário para o Museu da Cidade, por estudiosos na área dos bens artísticos em análise.

Ainda hoje alvo de estudos, as tábuas quatrocentistas da Igreja de Santa Maria do Castelo,³⁵ tornaram-se desde cedo entre as peças mais cobiçadas de Tavira do ponto de vista da interpretação histórica e artística. José António Pinheiro e Rosa³⁶ encontra em 1949 na ermida de São Pedro de Tavira tais pinturas. Sobre elas diz necessitarem de intervenções de restauro urgentes, identifica a sua localização e arrisca a sua cronologia. Classifica-as como pinturas do século XVI da escola portuguesa. Desconhece no entanto a sua proveniência mas tem fortes suspeitas que as mesmas

maior eficiência na gestão e movimentação das colecções, e na investigação dos objectos (Cfr., Francisca Hernández Hernández, *ob. cit.*, p. 137). Uma nova legislação sobre procedimentos técnicos de inventário, publicada na década de quarenta, procurava suprimir a desordem e a falta de formação de técnicos nessa área. Existiam lacunas de abordagem aos bens museológicos, mas as instalações físicas dos museus, os orçamentos e o pessoal não estavam isentos nesses problemas (Cfr., Mariano del Amo y de la Hera, *Documentación y organización interna del museo: el caso de los museos provinciales*, 1999, pp. 52-53). Problemas idênticos em Portugal.

34. Cfr., *Povo Algarvio*, 4 de Outubro de 1964, ano XXXI, n.º 1581, pp. 1-2.

35. No início do século XVI duas pinturas (São Pedro e São João Baptista) compunham uma parte de uma estrutura retabular, inicialmente na capela-mor e posteriormente no altar do cruzeiro do lado do Evangelho. As pinturas de São Brás e São Paulo, confirmados num relato posterior da Ordem de Santiago, estariam provavelmente a ser repintadas. Mais tarde seriam transferidas para a ermida de São Pedro, a isso obrigadas por força de problemas diversos, entre eles o terramoto de 1755, onde permaneceram até 1949. Sobre este assunto veja-se Carla Varela Fernandes, *A Igreja de Santa Maria ...*, pp. 59-78; Carla Varela Fernandes, *São Pedro e São João Baptista*, 2003, pp. 323-324; Vítor Serrão, *São Brás e São Vicente*, 2003, pp. 324-325.

36. Nasce em Faro em Maio de 1908. Forma-se em Teologia e exerce a carreira de docente no Seminário. Assume-se na vida cultural e social da região como Director da Biblioteca e dos Museus municipais de Faro. Estuda e publica sobre a história e a arte local e regional. Morre na mesma cidade de Faro em Janeiro de 1995. Cfr., Glória Marreiros, *ob. cit.*, pp. 437-438.

não tenham sido colocadas originalmente na ermida de São Pedro (Anexo 101).

Após o restauro (realizado no Instituto José de Figueiredo a partir de 1949, e por lá permaneceriam até regressarem a Tavira em 1967)³⁷, Pinheiro e Rosa sugere que seja a Igreja de Santa Maria a receber as peças, devido ao estado de ruína da ermida de São Pedro.³⁸

Na antiga Igreja do Convento de São Paulo eram também identificadas mais pinturas do século XVI. A Adoração dos Reis Magos e a Natividade, ambas da escola portuguesa de Quinhentos, possivelmente “posterior aos da ermida de São Pedro”.³⁹ A localização central da igreja de São Paulo e o culto que se praticava na altura representam razões fortes para a manutenção das pinturas depois de restauradas⁴⁰ (Anexo 102).

A arte sacra, e a pintura em particular estavam na ordem do dia quanto aos assuntos ligados à conservação e divulgação do património artístico e histórico de Tavira.

Em 1950 a Igreja do Carmo é o local escolhido para a realização de uma exposição temporária de arte sacra. A mostra de tão importantes objectos pode dar um interessante impulso na divulgação da arte e história da cidade, e suscitar, simultaneamente, a organização de eventos culturais que dinamizem a oferta turística local (Figura 19).

Quanto à exposição, a Comissão Organizadora confiava que os objectos seleccionados representassem o património artístico da cidade. Girava exclusivamente em torno da cidade a proveniência dos objectos, opção que tinha em vista sublinhar aspectos como a “antiguidade, beleza e raridade”.⁴¹ Inferior na qualidade no que toca à museografia, como faz questão de afirmar

37. Cfr., *Povo Algarvio*, 25 de Novembro de 1967, ano XXXIV, n.º 1745, p. 1.

38. Cfr., *Povo Algarvio*, 11 de Setembro de 1949, ano XVI, n.º 792, p.1 e 4. Nos exames laboratoriais empreendidos pelo Museu Nacional de Arte Antiga, através do seu Instituto de Restauro, significativas novidades se acham nas tábuas levadas da ermida de São Pedro. Outras figuras que obedeciam aos mesmos temas estavam a surgir de níveis pictóricos inferiores. As datas antes consideradas estavam a ser questionadas. Abel de Moura, director de uma oficina de restauro, refere que alguns “relevos (...) denunciavam um desenho não coincidente com o do pregueado das vestes e das figuras representadas”. Obedecendo a vários pedidos dar-se-ia início à abertura nas pinturas de algumas sondagens, podendo assim retirar delas mais informações sobre a sua evolução histórica (Cfr., *Povo Algarvio*, 21 de Abril de 1957, ano XXIII, n.º 1189, pp. 1-2).

39. Cfr., *Povo Algarvio*, 21 de Abril de 1957, ano XXIII, n.º 1189, pp. 1-2. Investigações recentes atribuem estas pinturas, que na realidade são formadas por um conjunto de quatro, à década de trinta do século XVI, aproximadamente. Os dois temas atrás mencionados, mais a Visitação e a Apresentação no Templo, podem ter sido feitas para a Igreja da Conceição de Tavira, num trabalho de parceria entre Francisco das Aves e Pero Bello (Cfr., Manuel Batóreo, *Visitação, Natividade, Adoração dos Magos, Apresentação no templo*, 2003, pp. 329-330).

40. Cfr., *Povo Algarvio*, 11 de Setembro de 1949, ano XVI, n.º 792, p. 4.

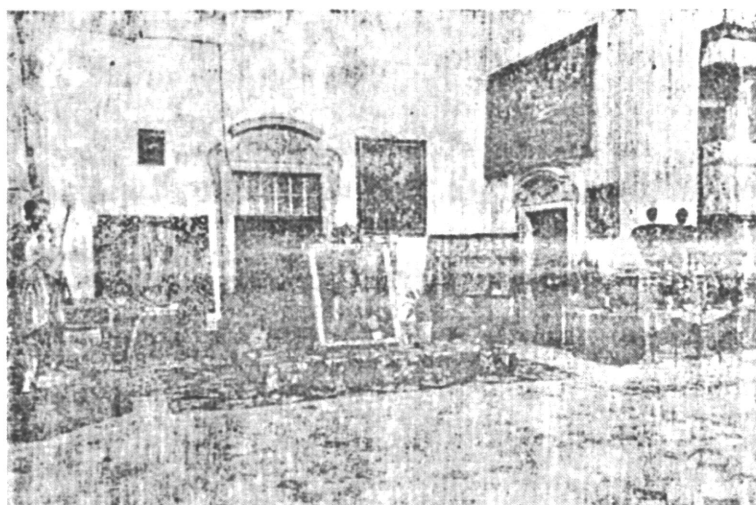


Figura 19. Aspecto da Exposição de Arte Sacra na Igreja do Carmo em 1950. (*Povo Algarvio*, 26 de Julho de 1964, ano XXXI, n.º 1571, p. 2)

a Comissão de Organização, a Exposição de Arte Sacra propõe utilizar modos de exposição pouco arrojados, justificação denunciada pela falta de recursos humanos e financeiros.⁴²

A Exposição de Arte Sacra, para a qual

a comunidade e várias instituições locais tinham sido identificadas como potenciais agentes de empréstimo de peças, propunha a implantação de três áreas expositivas: produções artísticas locais, fotografia e documentação.⁴³

Embora os estudos sobre a história e o património artístico de Tavira comecem nesta fase a ganhar peso, quer na vertente da sensibilização, quer no levantamento de bens artísticos, a exposição dificilmente poderia ser esclarecedora no âmbito histórico e estético relativamente à caracterização de todos os objectos. Acima de qualquer dúvida ou lacuna de informação sobre as peças, motivo que por si só implicaria a insustentabilidade temática ou científica da exposição, está a ideia forte que a Comissão Organizadora defende, o ideal da fé. Esse ideal, invocado na exposição de arte sacra, e a explorar simbolicamente nos objectos, tem a intenção de conduzir o visitante ao passado artístico religioso local e ao encontro da mensagem acerca da virtude cristã. As exposições, e neste caso aquelas que são temporárias, costumam deter um papel decisivo na propagação dos ideais do Estado Novo, nomeadamente, acerca da responsabilidade da protecção de bens culturais, do respeito pelos antepassados e da valorização da cultura local.⁴⁴

Encerra a 2 de Julho a Exposição, entretanto adiada devido ao grande número de pessoas

41. Cfr., *Povo Algarvio*, 21 de Maio de 1950, ano XVI, n.º 828, pp. 1 - 3.

42. Sabe-se que quanto ao tratamento museográfico as peças estavam acompanhadas de legendas (Cfr., *Povo Algarvio*, 22 de Agosto de 1965, ano XXXII, n.º 1627, p. 4).

43. Cfr., *Povo Algarvio*, 21 de Maio de 1950, ano XVI, n.º 828, pp. 1 - 3.

44. Cfr., Sérgio Lira, *Exposições temporárias no Portugal do Estado Novo: alguns exemplos de usos políticos e ideológicos*, 1999, pp. 1-2.

interessadas em visitá-la. A festa de Nossa Senhora do Carmo impedia que se procedesse a novo adiamento:⁴⁵

Concluiria simbolicamente a Exposição de Arte Sacra, que integrava no lote de peças as tábuas quatrocentistas de São Brás e São Pedro, e ainda as pinturas quinhentistas depositadas na igreja de São Paulo, com uma conferência dada pelo Reverendo Prior António Patrício, intitulada *Arquitectura Cristã em Tavira*, e posteriormente com um concerto de órgão pelo Padre Pinheiro e Rosa.⁴⁶ Não temos notícia da organização de outra exposição de arte sacra até 1970⁴⁷ (Anexo 103). Contudo, prosseguem os estudos e a elaboração de artigos sobre a história e o património local. Aquele que agora destacamos originaria inclusivamente uma publicação.

Durante três anos, aproximadamente, o Povo Algarvio reserva nos seus números um espaço dedicado aos bens artísticos religiosos de Tavira. Assina o teor desses artigos Álvaro Pais, que mais não é do que o pseudónimo de Pinheiro e Rosa.

Interessada em formar um Museu de Arte Sacra em Tavira, a Comissão Municipal de Turismo, recorre à experiência da investigação e do conhecimento histórico que Pinheiro e Rosa vinha dando conta. Em 1966 os estudos que escreve para o Povo Algarvio são editados sob o título *Arte Sacra em Tavira* com o apoio dessa comissão⁴⁸ (Anexo 104).

A descrição sumária de bens artísticos religiosos, aqueles que marcaram presença na Exposição de 1950 na Igreja do Carmo, principalmente, e em outras, é tratada nesses artigos. A metodologia

45. Cfr., *Povo Algarvio*, 25 de Junho de 1950, ano XVII, n.º 833, p. 1.

46. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 1.

47. Inaugura esta exposição no dia 7 de Agosto o Dr. Jorge Correia, Presidente da Câmara Municipal e Deputado da Assembleia Nacional. Evento patrocinado pela autarquia, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, e Comissão Regional de Turismo. Adquire algum mediatismo na ocasião recebendo alguma cobertura televisiva (Cfr., *Povo Algarvio*, 15 de Agosto de 1970, ano XXXVII, n.º 1887, pp. 1 - 3).

Cerca de uma centena de bens artísticos religiosos, conjunto marcado pela mistura de géneros e datas, dava corpo ao projecto da exposição Arte Sacra na Igreja de São Paulo. As figuras principais que à exposição parecem estar ligadas, o artista Azinhal Abelho e o prior Jacinto Rosa, recebem os louvores do Povo Algarvio (Cfr., *Idem, ibid.*, pp. 1 - 3), um provavelmente encarregue de criar o arranjo estético ou cenográfico da exposição e o outro a organização dos temas e das peças.

A exposição de arte sacra inseria-se no programa do Festival do Algarve, evento que abrangia também um espectáculo de semana do teatro (Casa da Comédia), um concerto da Orquestra Filarmónica de Lisboa, cinema e um espectáculo de marionetas (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 2 de Julho de 1969 a 5 de Agosto de 1970, sessão de 6 de Maio de 1970, fls. 151 v.º - 152).

48. Custara à autarquia três mil e duzentos escudos o fornecimento de quatrocentos exemplares. O Posto de Turismo tinha sido o local escolhido para a venda dessas obras (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 20 de Outubro de 1965 a 6 de Dezembro de 1966, sessão de 22 de Novembro de 1966, fl. 196).

seguida na listagem dos objectos prevê a criação de categorias de tipos e em cada uma o local de proveniência. Igrejas de toda a cidade, tal como apelava a Comissão Organizadora da Exposição de 1950, dão o seu nome à exposição, emprestando as mais variadas peças do seu acervo. Esculturas em madeira, marfins, pintura, elementos escultóricos em talha, ourivesaria, paramentaria, mobiliário litúrgico e missais, constituíram tão diversificado lote de colecções na exposição.

Destacamos entre alguns desses tipos a imagem da Virgem com o Menino, objecto de estudo recente que o atribui ao século XV,⁴⁹ uma pintura de Corrado Giaquinto da 1.ª metade do século XVIII (Anexo 105) ou a Última Ceia desenhada por Pedro Alexandrino de Carvalho na 2.ª metade do século XVIII⁵⁰ (Anexo 106). A Biblioteca Municipal, também ela espaço de acolhimento de obras de arte, dispensava à Exposição do Carmo de 1950 algumas pinturas.⁵¹

No conjunto das peças artísticas presentes na Exposição de 1950, algumas tinham estado antes em eventos do género, entre eles uma Exposição em Portimão no Natal de 1949, e na Exposição de Arte Sacra em Faro no programa das festas dos centenários, já antes referida.

A qualidade artística e o valor histórico, assim como a diversificação da tipologia dos bens patrimoniais religiosos tavirenses, cria boas condições de viabilização de um espaço museológico de arte sacra. A componente turística no espaço museológico não acaba com os objectivos de propaganda política e ideológica, embora comece a ser visto como um traço dominante dentro do contexto cultural, social e económico local.

4.3. A replanificação museológica e o estado do turismo em Tavira

Os instrumentos legais que balizavam a política museológica nacional no regime republicano são

49. Cfr., Carla Fernandes, *Virgem com o Menino*, 2003, p. 328.

50. Sobre pintura sacra em Tavira veja-se o estudo de Isabel Macieira, *A pintura sacra em Tavira (séculos XV ao XX)*, 2004.

51. Cfr., *Povo Algarvio*, 28 de Fevereiro de 1965, ano XXXI, n.º 1602, p. 4.

alterados após a implantação do Estado Novo. As linhas de actuação dos museus têm de se ambientar neste período às novas propostas culturais e ideológicas. Um flagrante exemplo dessa actualização legislativa corresponde ao Decreto n.º 20985 de 7 de Março de 1932.⁵²

A lei em causa extinguiu os Conselhos de Arte e Arqueologia, e centrava no Conselho Superior de Belas Artes a última palavra sobre assuntos do foro do património cultural do país. Aos municípios era dada a oportunidade, caso julgassem importante, de constituir uma comissão de arte e arqueologia. Este órgão consultivo da autarquia, formado necessariamente por figuras ilustres da terra e amantes do património histórico, constituía um núcleo importante na defesa e na propaganda artística e cultural na zona.⁵³ Estavam-lhe inculcadas, essencialmente, tarefas de promover a organização de grupos de amigos do património cultural local, adquirir financiamentos para organizar eventos culturais, realizar conferências e exposições.⁵⁴ No elenco da comissão fazia parte um director de museu (caso existisse) e três vogais nomeados pelo governo.⁵⁵ Embora a lei se reporte a 1932, só em 1959 a Câmara Municipal de Tavira delibera a criação de uma Comissão Municipal de Arte e Arqueologia. A existência de monumentos históricos no concelho e em particular na cidade, bem como o interesse em realizar trabalhos artísticos em espaço público, entre eles um busto dedicado a Isidoro Pires, representam os argumentos fundadores da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia de Tavira⁵⁶ (Anexo 107. 108 e 109).

52. Este documento legislativo manifesta um nítido paralelismo entre o conceito de património histórico e cultural e os valores culturais do regime, bem como se presencia um modelo de organização de âmbito administrativo a favor da centralização do poder de decisão sobre os museus.

53. Cfr., Sérgio Lira, *Linhas de força da legislação portuguesa...*, pp. 7-8.

54. Cfr., *Idem, ibid.*, pp. 7-8.

55. Cfr., *Idem, ibid.*, pp. 7-8.

56. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas Municipais*, 6 de Abril de 1959 a 6 de Junho de 1960, sessão de 6 de Julho de 1959, fls. 34 v.º- 35.

A primeira comissão é composta pelo Vereador Laurentino José da Silva Baptista, em representação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Dr. Miguel da Silva Morais Simão, Director da Biblioteca e do Museu Municipal, o Prof. José Joaquim Gonçalves, docente oficial do ensino primário, Manuel Virgínio Pires, na qualidade de representante do grupo de amigos dos monumentos do concelho e o pároco da cidade, António do Nascimento Patrício.

A Câmara Municipal de Tavira requisita o apoio do Dr. Miguel da Silva Morais Simão para o posto de Director da Biblioteca e do Museu Municipal "pessoa que reúne todas as qualidades para desempenhar o cargo dados os dotes de inteligencia e cultura que é dotado, como aliás é do conhecimento de todos, o que

Vamos constatar no entanto que a esfera de decisões e competências alargava-se a outros domínios que não unicamente os museus. Entre 1959 e 1960, anos do mandato da primeira comissão municipal de arte e arqueologia, os trabalhos centram-se sobre a localização do busto de Isidoro Pires⁵⁷ (Figura 20).



Figura 20 Busto de Isidoro Pires. Jardim Público. (Marco Lopes)

Surge uma nova comissão em 1960 que permanecerá até 1963.

Neste novo grupo os temas de discussão e análise diversificam-se. A Comissão Municipal de Arte e Arqueologia zela pela preservação dos valores culturais locais e pela perpetuação de símbolos e figuras da história. As lápides evocativas e a sugestão de nomes de figuras da história local na toponímia demonstra essa vertente de *memorialização* e homenagem que a

Câmara Municipal de Tavira pretendia incutir. A defesa da traça arquitectónica do Centro

deste modo é garantia bastante para o desenvolvimento cultural a cargo deste município” (Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas Municipais*, 6 de Abril de 1959 a 6 de Junho de 1960, sessão de 5 de Maio de 1959, fl. 12). Essa decisão, que em nada afecta as despesas de pessoal, vem na sequência de um relatório da Inspeção Administrativa, provavelmente relacionado com a qualificação dos recursos humanos dos serviços da cultura do município. Sucede nesse cargo ao Dr. Miguel da Silva Morais Simão, que apresenta a demissão por razões pessoais, Manuel Virgínio Pires, poeta e jornalista tavirense, “pessoa que reúne qualidades apreciáveis para desempenhar aquele cargo” (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas Municipais*, 6 de Abril de 1959 a 6 Junho de 1960, sessão de 5 de Maio de 1960, fl. 183). Corresponde a atribuição desse cargo nesta fase àquilo que Isabel Moreira designa por Pré-profissional, isto é, um amador mais ou menos especializado, intelectual ou homem ilustre da terra, que dirige o museu a troco de uma gratificação simbólica, neste caso, do município. Deriva do estatuto social e intelectual no meio local a escolha do Director, podendo essas condições serem decisivas na obtenção de doadores de bens artísticos (Cfr., Isabel Moreira, *ob. cit.*, p. 83).

⁵⁷. O Jardim Público, inicialmente escolhido, tem na Rua D. Marcelino Franco outro local concorrente (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas da Comissão de Arte e Arqueologia do concelho de Tavira*, 1959-1969, n.º 1, sessão de 8 de Julho de 1959, fls. 2-2v.º; sessão de 29 de Julho de 1959, fls. 2v.º-3). A escolha final, decisão que a comissão reserva para si, é o Jardim Público.

⁵⁸. Manuel Virgínio Pires substituiu o demissionário Dr. Miguel da Silva Morais Simão no cargo de Director da Biblioteca e do Museu. A acompanhá-lo estão Nelson Tiago da Conceição Beldade, professor primário, Sebastião Baptista Leiria, representante do grupo de amigos dos monumentos do concelho e o Pároco da cidade Jacinto Guerreiro Rosa (Cfr., *Idem, ibid.*, sessão de 6 de Maio de 1960, fls. 3 v.º - 4).

Histórico e a recuperação do culto de Nossa Senhora do Rosário estão entre as principais medidas desta activa Comissão Municipal.

Sensível e aberta ao valioso e grande número de peças de arte sacra patentes em exposições na região e alvo de estudos a Comissão propõe à Câmara Municipal a instalação de um Museu de Arte Sacra na antiga Igreja de São João, nesta altura quartel dos Bombeiros Municipais⁵⁹ (Anexo 110).

O museu municipal de Tavira,⁶⁰ instalado num edifício religioso possuidor de crónicos problemas de conservação, e detentor de um acervo museológico que desconhece a sua renovação e dinamização museográfica, estava a perder terreno no plano turístico cultural, originando a sugestão de outros projectos museológicos⁶¹.

Em 1964 é o arranjo urbanístico do alto de Santa Maria que se destaca nos encontros da Comissão Municipal. Parece feliz a solução escolhida quanto aos arranjos, que em muito favorecem os acessos à parte nobre da cidade, mas rejeita a nova equipa da comissão os volumes das moradias a implantar, pois ocultariam a vista de alguns monumentos importantes do Centro Histórico.⁶²

A apreciação da implementação de unidades hoteleiras em localidades do concelho, como por exemplo Cabanas, e a construção de prédios em zonas de protecção do património monumental

59. Cfr., *Idem, ibid.*, sessão de 13 de Setembro de 1962, fl. 5 v.º.

60. As obras de restauro na Misericórdia verificavam-se normalmente em situações graves relacionadas com a cobertura da igreja ou perante a sua desgastada imagem física exterior, cenário prejudicial ao turismo em Tavira. Notavam-se melhorias insignificantes. De ano para ano repetiam-se as queixas. As portas de entrada da igreja continuavam encerradas aos turistas, a isso obrigava o descuidado interior.

Nos primeiros anos de sessenta outra intervenção. Ao certo não se sabe o que a terá motivado. Não faltavam problemas na igreja: queda de fragmentos de talha do altar-mor, desgaste na pintura do tecto e da porta (Cfr., *Povo Algarvio*, 30 de Setembro de 1962, ano XXIX, n.º 1475, p. 4). Terminaria a primeira parte da obra em Dezembro (Cfr., *Povo Algarvio*, 16 de Dezembro de 1962, ano XXIX, n.º 1486, p. 1). Era por fases que o calendário da intervenção se cumpria. Nem todas as etapas chegavam ao fim, provocando a previsível interrupção normal dos trabalhos e o tratamento parcial das anomalias registadas na igreja.

61. À entrada dos anos sessenta, o Coronel Carlos Lopes Antunes Cabrita, “militar e filho ilustre de Tavira”, doa à Câmara Municipal de Tavira objectos pessoais, entre eles armas e condecorações (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 24 de Outubro de 1961 a 7 de Janeiro de 1963, sessão de 8 de Outubro de 1962, fl. 164). Insiste o espaço museológico municipal, através da recolha de colecções particulares, em reforçar o elogio às personalidades que cedem os objectos, conhecidos e importantes no meio social e cultural local, bem como em acentuar a dimensão local e regional do seu acervo museológico.

62. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia*, 1959-1969, n.º 1, sessão de 10 de Janeiro de 1964, fls. 6-6v.º; sessão de 20 de Maio de 1964, fls. 6v.º-7v.º.

Faziam parte da nova comissão o Vereador José Joaquim Gonçalves, Manuel Virgínio Pires (Director da Biblioteca e do Museu), Manuel Rodrigues de Oliveira, professor da Escola Técnica de Tavira, Sebastião Baptista Leiria e o Pároco Jacinto Rosa que apreciam em 1964 a localização do busto do Dr. Augusto da Silva Carvalho, benemérito da Misericórdia (Cfr., *Idem, ibid.*, sessão de 4 de Dezembro de 1964, fls. 7 v.º-8).

também passa a ser da responsabilidade da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.

Pronunciavam-se também sobre a iluminação de monumentos⁶³ e a ocupação da via pública em zonas do Centro Histórico.⁶⁴

Destaca-se igualmente durante a actividade desta comissão as posições sólidas acerca da preservação de elementos característicos do Centro Histórico, como o telhado de tesouro ou a utilização da cor branca. Rejeitavam as “modas” arquitectónicas que se introduziam na cidade, como a colocação de azulejos nas fachadas e as varandas corridas. Nesta situação a Comissão propõe a proibição dessas práticas dentro dos limites da cidade antiga.⁶⁵ Cessa funções em 1974.

Pouco tempo depois de ter surgido a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, a Câmara Municipal promove a formação da Comissão Municipal de Turismo. Vinha tentar por fim à quebra de protagonismo de Tavira em relação a outras cidades. Perdera influência como importante pólo da vida social e militar, e enquanto espaço de decisão de carácter administrativo e político.⁶⁶

Desalentador era o estado do turismo em Tavira a essa época. Cada um dos principais agentes de promoção cultural e turística local cumpria, com dificuldades, o seu plano de actividades, desinserido de uma estratégia turística global⁶⁷ (Anexo III).

63. Cfr., *Idem, ibid.*, sessão de 25 de Março de 1968, fl. 15.

64. Cfr., *Idem, ibid.*, sessão de 7 de Julho de 1969, fl. 23; Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Comissão Municipal de Arte e Arqueologia*, n.º 2, 1970-1974, sessão de 20 de Novembro de 1973, fls. 18-18 v.º.

65. Cfr., *Idem, ibid.*, sessão de 24 de Janeiro de 1974, fls. 21-21 v.º.

66. A transferência de alguns serviços nucleares para outros pontos da região, tais como a unidade militar e a Junta Autónoma dos Portos do Sotavento, relega a cidade de Tavira para um segundo plano. Cfr., *Povo Algarvio*, 17 de Dezembro de 1961, ano XXVIII, n.º 1433, p. 4.

Em meados da década de cinquenta a Zona de Turismo no concelho de Tavira volta a estar em discussão (a sua criação, que irá abranger geograficamente todo o concelho, vem dar hipóteses de se realizarem investimentos turísticos de vulto: a urbanização da ilha, a travessia entre a ilha e as Quatro-águas e a criação de unidades hoteleiras - Cfr., *Povo Algarvio*, 3 de Dezembro de 1961, ano XXVIII, n.º 1431, p. 1 e 3).

Ainda em 1937 tinha sido este assunto abordado pela primeira vez. Laurentino Baptista, Vereador da Cultura e da Instrução em meados da década de cinquenta recupera este plano.

67. A Câmara Municipal de Tavira fez um diagnóstico da situação de cada um deles: “A Academia Musical de Tavira, organiza numa sobrevivência já artificializada; o Orfeão da Sociedade Orfeónica de Amadores de Teatro de Tavira não obstante os esforços dum punhado de carolas, não tem a intensa e continuada vitalidade que seria de desejar; os ranchos com os seus típicos trajes e a vida dos seus bailados quasi desapareceram do nosso folclore; os monumentos nacionais passaram de há muito para a cidade, mero motivo de descrença por um património artístico; a ilha, a chamada praia de Tavira, cujas óptimas condições de veraneio e turismo são bem conhecidas, encontram-se num estado de semi-abandono”. - Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 5 de Julho de 1955 a 5 de Julho de 1957, sessão de 5 de Fevereiro de 1957, fls. 168-169.

O turismo no Algarve e os benefícios que as cidades algarvias podiam daí usufruir constituem os títulos dos periódicos da região e de revistas de propaganda turística. Cada cidade disputa usando um discurso vincadamente

A cidade tinha argumentos que a posicionavam num lugar alto no turismo da região: os monumentos, as paisagens, as agremiações culturais, as festas. O potencial turístico de Tavira é por alguns calculado antecipadamente que se apressam com muita confiança a instalar pensões e cafés. O fluxo turístico nacional e internacional que escolhe o Algarve como destino aumentava gradualmente. A Tavira muitas pessoas acorriam, que durante as suas férias aproveitavam para visitar os seus monumentos e a praia. De uma forma geral, o litoral algarvio, e Tavira em particular, vinha-se adaptando à procura turística e às promissoras potencialidades económicas que o turismo denunciava.⁶⁸

Tavira, uma cidade de interesse turístico, ia criando condições para receber e alojar visitantes de locais distantes. Faltava no entanto uma política de coordenação, organização e centralização de toda a informação a respeito das ofertas culturais e turísticas da cidade.

A Comissão Municipal de Turismo era apontada como o interlocutor preferido. À Câmara Municipal, absorvida diariamente por processos burocráticos maciços, restava-lhe pouco tempo para reflectir sobre o turismo. Nos serviços municipais, por outro lado, não existiam recursos humanos qualificados ao ponto de assegurarem responsabilidades desse género.

Regressava a esperança de rever antigas festas populares e religiosas na cidade, assim como os bailes. Aquele imaginário de uma cidade pouco ambiciosa nas áreas da cultura, conformada socialmente e descrente em alternativas económicas, como o turismo por exemplo, que se revê nas armações de atum e no copejo,⁶⁹ está ultrapassado. O turismo cultural e o turismo balnear

regional o lugar de maior prestígio e notabilidade do turismo na zona. A seguir ditam, num tom como se fossem conselheiros ou vozes da consciência da autarquia, a chave do sucesso. Obras de requalificação urbana e preservação do património artístico e histórico. No caso de Tavira tratava-se da abertura de acessos aos locais de interesse turístico, a conservação de monumentos e o tratamento do rio Gilão (Cfr., *Povo Algarvio*, 31 de Julho de 1955, ano XXII, n.º 1099, pp. 1 e 4), ou ainda a iluminação da Praça da República, do Jardim Público e dos Paços do Concelho, não fossem os turistas julgar que estariam a atravessar uma “qualquer aldeia escura” (Cfr., *Povo Algarvio*, 19 de Abril de 1964, ano XXX, n.º 1557, p. 4). Na região outros problemas se deparavam: a falta de uma rede rápida de transportes públicos, de uma tabela de horários flexíveis e de um projecto de sinalização turística (Cfr., *Povo Algarvio*, 25 de Novembro de 1962, ano XXIX, n.º 1483, pp. 1 e 3).

68. Faltam investimentos em equipamentos fulcrais como um Posto de Turismo que no final da década de cinquenta, forçava o visitante a conhecer a cidade sozinho ou na melhor das hipóteses podia ter uma visita guiada por um habitante local (Cfr., *Povo Algarvio*, 15 de Fevereiro de 1959, ano XXV, n.º 1284, p. 4).

69. Cfr., *Povo Algarvio*, 25 de Setembro de 1955, ano XXII, n.º 1107, pp. 1-2.

fazem parte de uma nova vida da cidade.

A Comissão Municipal de Turismo, criada em 1962, terá a função de gerir a programação das ofertas culturais e turísticas, assumindo o controlo e a coordenação da propaganda e da promoção turística, lacuna que estava a provocar “um atrazo para a expansão das nossas riquezas culturais”.⁷⁰ Emitiam pareceres sobre o plano anual de actividades e apreciavam o orçamento da Zona de Turismo. Além do Centro Histórico, onde se encontra o espaço museológico municipal, a praia de Tavira salienta-se, tornando-se num poderoso atractivo turístico. Naturalmente, as atenções da Comissão Municipal de Turismo são também dirigidas para o espaço balnear.

A criação de um Posto de Turismo, equipado e apetrechado de pessoal, a localizar no rés-do-chão



Figura 21 Edifício dos Paços do Concelho. No piso térreo ficava o Posto de Turismo. Anos 60 (Arquivo Histórico Municipal de Tavira, Família Andrade)

do edifício dos Paços do concelho, representa uma das prioridades da Comissão de Turismo (Figura 21).⁷¹

A Zona de Turismo possuía uma rubrica

⁷⁰ Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 5 de Julho de 1955 a 5 de Julho de 1957, sessão de 5 de Fevereiro de 1957, fl. 168. Num contexto de clarificação de competências, a Comissão de Turismo vem definir que a esta cabe prestar colaboração às zonas de turismo e às câmaras municipais cabem a sua administração (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo de Tavira, 1962-1969*, sessão de 15 de Outubro de 1966, fls. 11 v.º-12).

Representavam a primeira Comissão Municipal de Turismo de Tavira o Vereador José Joaquim Gonçalves, o Dr. Miguel da Silva Morais Simão, representante do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (antigo Director da Biblioteca e Museu Municipal), Dr. Gonçalo Bandeira Pessanha, Sub-Delegado de Saúde do concelho, João Baptista Correia, capitão do porto e Manuel Virgínio Pires da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia. Designaria o Presidente da Câmara Municipal de Tavira como representantes do comércio, proprietários e hoteleiros, a Manuel Joaquim Domingues Barqueira, Celestino Sezinando Baptista e Décio Baptista Bagarrão, respectivamente.

⁷¹ Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo de Tavira, 1962-1969*, sessão de 18 de Junho de 1962, fl. 2 v.º. A Câmara Municipal de Tavira contrata como vigilante do Posto de Turismo, Maria Olga Correia Soares, com um salário diário de vinte escudos, excepto aos Domingos, dia em que o Posto encerrava. Estava-lhe determinado receber turistas e dispensar todas as informações disponíveis sobre os monumentos e a praia (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 24 de Outubro de 1961 a 7 de Janeiro de 1963, sessão de 20 de Junho de 1962, fls. 127-127 v.º), duas realidades que se afirmam no plano das ofertas turísticas de Tavira.

orçamental específica. A Comissão contabilizava as despesas e as receitas. Revestiam-se de tipos variados os gastos: subsídios às Casas do Povo, limpeza e equipamento da praia de Tavira, pagamento do salário ao vigilante do Posto de Turismo, edição de suportes de propaganda turística, atribuição de subsídio aos ranchos folclóricos. Vinha essencialmente das taxas cobradas em pensões, restaurantes e na praia as receitas da Zona de Turismo de Tavira.

Insuficientes as verbas, tendo em conta os investimentos fortes que o turismo em Tavira reclama, continua a achar a Comissão Municipal de Turismo de Tavira que as prioridades assentam no Posto de Turismo e na aquisição de equipamentos para a Praia de Tavira.⁷² Um ano depois os mesmos problemas financeiros prosseguem e as medidas de retoma do plano turístico estão por satisfazer.⁷³

Tem pouca duração a actividade da Comissão Municipal de Turismo. Nesses curtos anos promove uma série de projectos que tentam dinamizar a actividade turística na cidade. Entre eles está um projecto museológico. Em 1962, na ressaca das exposições temporárias de arte sacra, dos inventários dos bens artísticos religiosos e da proposta de instalação de um núcleo museológico na Igreja de São João, a Comissão Municipal de Turismo propõe a criação de um espaço museológico do género na ermida de São Sebastião, “reunindo naquele templo o património artístico existente na cidade” (Anexo 112).⁷⁴

Depois do sucesso que tiveram as exposições de arte sacra, a cidade vê num futuro museu que junte todas essas peças, um incentivo ao turismo e à divulgação do património cultural local.

Duas propostas de localização de um museu de arte sacra, praticamente lançadas ao mesmo tempo, estão em jogo: na antiga Igreja de São João ou na ermida de São Sebastião.⁷⁵

72. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo de Tavira, 1962-1969*, sessão de 15 de Outubro de 1966, fls. 14 v.º-15.

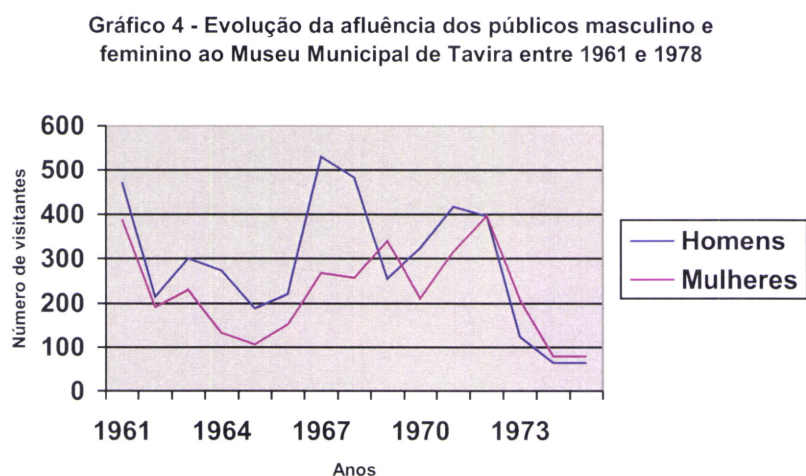
73. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo de Tavira, 1962-1969*, sessão de 14 de Outubro de 1967, fl. 17. Pertenciam ao processo de recuperação financeira da Zona de Turismo de Tavira factores como a limpeza das ruas da cidade, o melhoramento da iluminação e a reedição da obra *Notícias Históricas de Tavira* de Damião de Vasconcelos (Cfr., *Idem, ibid.*, sessão de 14 de Outubro de 1967, fl. 18 v.º).

74. Cfr., *Idem, ibid.*, sessão de 27 de Dezembro de 1962, fl. 3 v.º.

75. A primeira opção trata-se de um espaço desprovido da sua decoração artística interior. Nele está instalado o corpo

Nos anos de 1964 e 1965 continua a ser uma das apostas prioritárias da Comissão Municipal de Turismo.⁷⁶ Sai do programa de actividades dos anos seguintes. Interessa ainda assim enquadrar este fugaz projecto no quadro museológico municipal.

O Museu Municipal de Tavira continuava a ser a única referência museológica na cidade (Anexo 113). Recebia algumas centenas de visitantes por ano (Gráfico 4).



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Tavira, Instituto Nacional de Estatística, *Museus*, 1961-1978.

As salas de exposição, no geral iguais desde a sua inauguração, careciam de remodelação museográfica. Poucas peças se adquiriram e a Igreja da Misericórdia não escondia os problemas de antes.

Era perceptível a fase menos positiva em que o Museu Municipal entrara. Inexistentes inovações no plano museográfico das colecções, unilateralismo comunicativo com o visitante, excessiva dependência orgânica em relação à Biblioteca, incompatibilidade com o espaço físico utilizado, são factores que apoiam o ciclo de marasmo e dormência do museu, que fazem dele um desgastado ponto de interesse turístico, um instrumento firme e pesado de propaganda moral, histórica, cultural e política, e um encargo sem retorno para o orçamento municipal.

de Bombeiros.

A ermida de São Sebastião, um templo um pouco mais deslocado do ponto central urbano, ao contrário da Igreja de São João, dispõe de um recheio artístico notável. No seu interior estão representadas múltiplas manifestações de arte: talha, azulejaria e pintura.

⁷⁶ Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo de Tavira*, 1962-1969, sessão de 12 de Outubro de 1964, fl. 7 v.º; sessão de 6 de Outubro de 1965, fl. 9 v.º.

Na antiga sala do Despacho da Misericórdia (primeiro piso da Casa da Administração), local onde a Biblioteca estava instalada, junta-se agora o Museu Municipal⁷⁷ (Anexo 114). Terá a isso contribuído a necessidade que a Misericórdia teve em ocupar os espaços vazios próximos às salas do primitivo local do Museu para alojar pessoas pobres.⁷⁸

Deixara de funcionar nesta fase a Biblioteca, retomando as actividades normais nos últimos anos da década de cinquenta. A colecção de epigrafia e de esculturas em pedra é retirada do museu. A diversidade de objectos que caracteriza o espaço museológico municipal fica concentrada numa única sala, onde não inclui o pesado conjunto de peças em pedra. Algumas estariam escondidas, afastadas do contacto com o público.

A pressão turística em Tavira põe em marcha a criação de novos pólos de atracção do património histórico, inseridos numa linha de ampliação dos elementos de interesse de visita na cidade, e na alteração dos roteiros turísticos. O Jardim de São Francisco, ao início inacessível ao público, inscreve-se no rol de locais de visita obrigatória. Nele, a colecção de epigrafia e escultura em pedra, votada ao esquecimento ou a uma exposição menos relevante no Museu Municipal, evidencia uma posição de maior destaque e visibilidade. A par das espécies de plantas, o Jardim anexo à antiga igreja mendicante tinha encostado às paredes que o limitava, os brasões de famílias locais importantes e as armas do reino (Figura 22).

A disposição das peças no jardim é regulada precisamente por esses dois temas: ilustres locais de um lado, as armas do reino no outro. Hoje, a leitura verte no mesmo sentido. A abordagem discursiva que a ordem das peças transmite, concretizada pelo Sr. Laurentino Baptista (Vereador da Cultura) entre os finais da década de cinquenta e os inícios de sessenta, recebeu influências do Dr. Raimundo Passos, um dos responsáveis pela abertura do Museu Municipal⁷⁹ (Anexo 115). O

77. Cfr., *Povo Algarvio*, 2 de Setembro de 1962, ano XXIX, n.º 1471, p. 7.

78. Cfr., Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Tavira, *Correspondência Expedida*, 1949-1950, officio n.º 10, 13 de Janeiro de 1950.

79. Cfr., *Povo Algarvio*, 9 de Julho de 1961, ano XXVIII, n.º 1410, p. 4.



Figura 22. Perspectiva geral do Jardim de São Francisco e da disposição das colecções das pedras tumulares e das pedras de armas.
(Marco Lopes)

Jardim de São Francisco era agora cenário para um agradável passeio turístico, mas também uma “sala ao ar livre” para aulas de História. Havia o suporte de informação básico para

administrar essas matérias. Esse núcleo de bens patrimoniais ao ar livre impedia de todo que a cidade se olvidasse dos “feitos de armas dos seus antepassados e do papel que eles desempenharam na nacionalidade portuguesa”.⁸⁰

Aqueles prometidos núcleos museológicos de arte sacra vinham não só alargar os circuitos turísticos na cidade, como também se dispunham a conservar e expor outras riquezas artísticas.

O Museu Municipal de Tavira, criado numa época de grande simbolismo em redor do regime *estadonovista*, vê-se confrontado na década de sessenta por outros projectos museológicos, fruto do seu próprio ambiente de passividade, mas também da integração da cidade no movimento turístico desses anos.

Acusavam Tavira de ser uma cidade pouco dinâmica, associada talvez a uma estratégia sem consistência no plano cultural e turístico, e também devido aos problemas sociais e económicos

⁸⁰. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 4. Não é de todo insustentável que as comemorações henriquinas, assinaladas em todo o país em 1960, protagonizassem mais um contributo no impulso que faltava à exposição das esculturas em pedra no Jardim de São Francisco. Tivera lugar em Tavira no dia 31 de Julho de 1960, com a presença do Ministro das Obras Públicas, no ano das comemorações em torno do Infante D. Henrique, a inauguração da pista do Ginásio Clube de Tavira e o padrão comemorativo junto à Igreja de Santa Maria (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de Junho de 1960 a 22 de Agosto de 1961, sessão de 8 de Agosto de 1960, fls. 22-22v.º).

Num momento político e social conturbado para o Estado Novo, quer no continente quer nas regiões ultramarinas, o programa comemorativo henriquino funcionava como um desesperado apelo à unidade nacional. Usando a imagem do infante D. Henrique o Estado Novo pretende transmitir o universalismo português legado pelos Descobrimentos e a capacidade realizadora da Nação. Por um lado tentava o regime de Salazar amenizar as crescentes tensões sociais e políticas, e por outro legitimar, recorrendo ao passado nacional, a manutenção do território ultramarino (Cfr., Maria Isabel João, *ob. cit.*, p. 124). Todos os bens artísticos expostos no Jardim de São Francisco, tanto as lápides de figuras da história local como as representações do brasão nacional, detinham afinidades com os propósitos ideológicos e culturais das comemorações henriquinas: nação, patriotismo, a Expansão portuguesa e a fê cristã.

encontrados no concelho. A resposta à imagem menos favorável que sobre Tavira circula vem directamente do lado dos agentes de propaganda turística, nomeadamente o Povo Algarvio.⁸¹ Este apoia, numa época turística crucial, a cidade, os seus serviços e as suas gentes. Num discurso elogioso, o Povo Algarvio enaltece alguns dos traços mais importantes da cidade, esmagando completamente os argumentos que podiam exercer um efeito nefasto sobre o potencial turístico de Tavira.

Um deles trata de classificar Tavira como uma cidade-museu em 1966.⁸² Motivos de interesse histórico estão espalhados em número confortável por vários pontos da cidade. Monumentos, uns reabilitados outros mais desgastados, expõem-se ao visitante na cidade como bens patrimoniais musealizados. Confirmam a antiguidade, revelam pormenores artísticos de grande primor, indiciam o estatuto social, económico e cultural de antepassados. Mas é também a partir de bens culturais móveis que se descreve a história da cidade, uma fonte de conhecimento dada pelos museus, um importante equipamento cultural e turístico.

O Museu de Arte Sacra continua a ser um projecto ambicionado. Colecções provenientes de templos parecem não faltar. Acrescenta-se às anteriores sugestões de localização do Museu de Arte Sacra em Tavira, uma na Igreja de São João Baptista e outra na ermida de São Sebastião, a Igreja de São Francisco, ideia do Prof. Pinheiro e Rosa⁸³ (Anexo 116). Condições mínimas tinha de possuir até se tornar um espaço museológico de arte sacra: manutenção do culto, preferencialmente sem regularidade, e a existência de várias dependências. Além dessas atribuições físicas e logísticas ideais num museu de arte sacra em Tavira, Pinheiro e Rosa via na celebração de um protocolo entre a Ordem de São Francisco e a entidade instaladora uma considerável vantagem: a reabilitação da igreja.⁸⁴

Nem mesmo a previsão de uma igreja renovada e recuperada depois da instalação do Museu de

81. Cfr., *Povo Algarvio*, 6 de Fevereiro de 1966, ano XXXII, n.º 1651, p. 1.

82. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 2.

83. Cfr., *Povo Algarvio*, 20 de Fevereiro de 1966, ano XXXII, n.º 1653, p. 2.

84. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 2.

Arte Sacra consegue ser decisiva na realização desse projecto. Volta a ser tema na planificação do projecto do Museu da Cidade, uns anos depois.

4.4. O imaginado Museu da Cidade: os últimos anos

Santo Estêvão, uma freguesia rural de Tavira, estava também em foco no plano da salvaguarda do património cultural. Durante anos José Mendonça Furtado Januário, conhecido na aldeia como Zézinho de Beja, reuniu na cidade alentejana que influenciou a sua alcunha, um conjunto amplo e diversificado de objectos, expondo-os numa antiga propriedade agrícola por si adquirida, local de peregrinação de turistas nacionais e estrangeiros⁸⁵ (Anexo 117). Desperta o interesse da autarquia que através do Vereador José Joaquim Gonçalves sugere estabelecer com José Januário a cedência da sua colecção para o município.⁸⁶ O coleccionador revela receptividade a essa proposta anos mais tarde, tomando a Câmara Municipal a iniciativa de negociar a doação antes que as peças “se dispersem por falecimento do proprietário”⁸⁷. Embora os bens artísticos tenham sido merecedores de uma escritura de doação permaneceriam em Santo Estêvão. A instável personalidade do coleccionador era um dos entraves à celebração definitiva da doação.⁸⁸ Na cidade a Igreja da Misericórdia era um dos locais centrais de actividade e animação cultural e social. O Museu Municipal e a Biblioteca eram espaços de estudo, recolhimento e visita. No fim da década de cinquenta estavam abertos de manhã e à tarde.⁸⁹ Só a Biblioteca abria à noite. Serões culturais ou sessões de debate, organizadas pelo Grupo Cultural de Tavira, levava à Biblioteca a horas tardias, várias pessoas que se dispunham a escutar atentamente a comunicação de um

85. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 1.

86. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 2 de Julho de 1969 a 5 de Agosto de 1970, sessão de 7 de Janeiro de 1970, fl. 94.

87. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 4 de Junho de 1975 a 8 de Setembro de 1976, sessão de 18 de Fevereiro de 1976, fls. 118 v.º - 119.

88. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de Maio de 1980 a 26 de Agosto de 1980, sessão de 17 de Junho de 1980, fls. 106 v.º - 107. Já na década de oitenta a colecção Zézinho de Beja esperava ser transferida definitivamente para o Município.

89. Na parte da manhã funcionava entre as 9. 30 horas e as 12. 30 horas, e à tarde entre as 14 e as 17 horas (Cfr., *Povo Algarvio*, 29 de Maio de 1960, ano XXVII, n.º 1351, p. 1).

convidado respeitável (Figura 23).



Figura 23. Aspecto de uma palestra na antiga sala da Biblioteca Municipal. Anos 50/60. (Foto cedida pelo Sr. Ofir Chagas.

Na sala da Biblioteca as comunicações versavam temas distintos. Tanto se ouvia falar sobre música como sobre educação.⁹⁰ Acontece que as condições não

eram as ideais. Percebia-se que as instalações da Biblioteca adaptavam-se mal a esses eventos e ao mesmo tempo às exigências dos seus leitores. Em 1968 a Câmara Municipal formaliza a entrada da sua Biblioteca na rede Gulbenkian. Continuará a funcionar na Misericórdia, embora o Vereador José Joaquim Gonçalves se mostrasse contrário. Sugere, face às “condições actuais do funcionamento da Biblioteca, compreendendo no entanto as dificuldades de alojamento”, a transferência da Biblioteca e também do Museu Municipal para a Casa Cabreira, “imóvel que lhe foi doado [Câmara Municipal] para tal efeito”⁹¹ (Anexo 118). Muda de lugar a Biblioteca que da Misericórdia vai para o rés-do-chão dos Paços do Concelho, substituindo os serviços da tesouraria até então aí instalados.⁹²

Permaneceria na Misericórdia o Museu Municipal. Mas os tempos são de mudança. Prevê-se alterações para o nome do projecto museológico municipal, que passa a designar-se Museu da

⁹⁰. Outras importantes comunicações, nomeadamente sobre a história local, celebrar-se-iam em espaços diferentes. Aconteceu com a conferência dada pelo Dr. Garcia Domingues acerca de Tavira na época árabe no salão nobre dos Paços do Concelho (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de Dezembro de 1966 a 20 de Março de 1968, Sessão de 17 de Janeiro de 1968, fl. 171 v.º). A comunicação é de tão reconhecido valor científico que no presente ainda forma uma base fiável e pioneira de estudo sobre a passagem de árabes em Tavira (Cfr., José Garcia Domingues, *Tavira na época árabe*, 2003, pp. 341-359).

⁹¹. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de Dezembro de 1966 a 20 de Março de 1968, Sessão de 17 de Janeiro de 1968, fl. 171.

⁹². Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de Abril de 1968 a 2 de Julho de 1969, sessão de 21 de Maio de 1969, fls. 173 v.º-174.

Cidade, e também para a sua própria organização. A autarquia cria a Comissão Promotora de Instalação do Museu da Cidade em 1967 e incumbe-a de executar as linhas de renovação do tecido museológico municipal que traçava⁹³ (Anexo 119).

Na primeira reunião desse grupo o Presidente da Câmara Municipal justifica a criação do Museu da Cidade devido ao “valor histórico de Tavira” e reconhece a sua importância enquanto “elemento de propaganda turística”. No centro da reunião está também a localização do museu. Na opinião do Presidente da autarquia a Misericórdia reúne os atributos históricos essenciais. Subscrive o pároco Jacinto Rosa, reforçando essa escolha devido à cessação da prática do culto naquela igreja. Usou ainda da palavra este religioso para registar o deficiente estado de conservação da igreja⁹⁴ (Anexo 120).

O Museu da Cidade seria representado não por uma única mas por várias unidades. Arte Sacra na Igreja da Misericórdia, as secções de Arqueológica e Regional, isto é, Arqueologia e Etnografia, ainda sem local definido. A antiga Casa Cabreira avistava-se como uma solução interessante. A Biblioteca e o Museu estavam a ficar apertados nas dimensões que as instalações da Misericórdia ofereciam. Precisavam de áreas ajustadas às necessidades dos visitantes e dos seus bens patrimoniais. Hipótese amplamente bem recebida, pois podia travar o desaparecimento como se vinha assistindo na cidade de obras de arte.⁹⁵

Muito empenho e um grande sentido de responsabilidade política rodeava este projecto. A Comissão Municipal de Turismo, um dos parceiros dessa iniciativa, reservou nos seus

93. Manifestara a Mesa da Misericórdia estar a favor da instalação do núcleo de arte sacra do Museu da Cidade na antiga igreja quinhentista que lhe pertencia, concedendo ordem à autarquia para utilizar a título precário o edifício religioso, dependências anexas livres e outras que achasse úteis na definição do espaço físico do Museu, ainda como o empréstimo dos seus “painéis, quadros, paramentos, alfaias e imagens de santos”. Interessa à Câmara Municipal os termos do acordo de cedência da Igreja da Misericórdia a Museu que aprova a seguir à Mesa da Misericórdia (Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 5 de Agosto de 1970 a 22 de Dezembro de 1971, sessão de 3 de Fevereiro de 1971, fls. 84 84 v.º).

94. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Acta n.º 1 da reunião de trabalhos realizados no edifício dos Paços do Concelho*, Gabinete da Presidência, 13 de Novembro de 1967, acerca da instalação do Museu da Cidade de Tavira, fl. 1 v.º. Fazia parte do grupo da Comissão que colaboraria com o pároco da cidade, o Presidente da autarquia e Vereação, vogais da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, o Provedor da Misericórdia de Tavira e o Chefe da Secretaria da Câmara Municipal (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de Dezembro de 1966 a 20 de Março de 1968, Sessão de 22 de Novembro de 1967, fl. 143).

95. Cfr., *Povo Algarvio*, 18 de Novembro de 1967, ano XXXIV, n.º 1744, p. 2.

orçamentos de 1968 e 1969 quantias que se aplicariam na “aquisição de objectos de arte ou de interesse turístico”, 4.000\$00 e 2.000\$00, respectivamente.⁹⁶

É desconhecida qualquer entrada de objectos artísticos no Museu feita através do recurso aos orçamentos da Comissão Municipal de Turismo.⁹⁷

Em relação à escolha das peças que seriam apresentadas na exposição do núcleo de arte sacra do Museu da Cidade na Misericórdia, poucas certezas haviam, levantamento que estava por elaborar desde os primeiros contactos que se processaram acerca da adaptação da igreja a museu⁹⁸ (Anexo 121). A D.G.E.M.N. exigia saber as peças que interessava à Câmara Municipal expor na Misericórdia, tal como o modo de exposição e as implicações estéticas e formais que podiam causar ao imóvel⁹⁹ (Anexo 122). Só depois de esclarecidas essas questões a autarquia poderia ter o apoio da D.G.E.M.N. na adaptação dos anexos da Misericórdia a Museu e o seu reconhecimento enquanto instituição museológica.

Ao começo dos anos setenta a Comissão Promotora do Museu da Cidade prossegue os seus trabalhos. A opção de conceber um museu plural através das suas colecções e distribuído em vários pontos da cidade parece seguro pela parte desse órgão consultor (Anexo 123). Três anos depois da primeira reunião este grupo volta a juntar-se. O apoio financeiro que não aparecia para as obras de restauro da Igreja da Misericórdia e o distanciamento da D.G.E.M.N. sobre o projecto museológico pode ter esfriado o ambiente inicial da campanha pela concretização do Museu da Cidade.

Na Comissão Regional de Turismo residia agora algumas esperanças na retoma do Museu da Cidade. Aguardava o autarca que esta entidade viesse a prestar em 1971 ajuda financeira ao tão

96. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Livro de Actas da Comissão Municipal de Turismo de Tavira, 1962-1969*, sessão de 10 de Outubro de 1968, fls. 21 v.º-22 v.º; sessão de 9 de Outubro de 1969, fl. 25

97. Regista-se a doação de um retrato de João Guerreiro, mestre da Banda de Música dos Limpinhos, e de um retrato da mesma Banda, bens oferecidos por D. Márcia Baptista de Melo e D. Judite Baptista Marcos Rita (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 2 de Julho de 1969 a 5 de Agosto de 1970, Sessão de 1 de Abril de 1970, fl. 134).

98. Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, 14 de Julho de 1966, n.º 5385, Fls. 531, L. 2.

99. Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Correspondência Recebida*, 21 de Abril de 1967, 2145, Fls. 219, L. 1.

desejado projecto museológico.

Na segunda reunião da Comissão Promotora do Museu da Cidade foi ainda proposto que o nome do antigo bispo do Algarve, D. Marcelino Franco, natural de Tavira, fosse dado à secção de arte sacra do Museu da Cidade. Quanto à cedência temporária do imóvel religioso, o Provedor da Misericórdia informa que a Mesa não encontra algum inconveniente, estipulando no entanto três condições: responsabilizar o município pelos encargos que se cometam no restauro do templo, na conservação do seu interior e que seja para uso exclusivo de unidade museológica.¹⁰⁰

Pelo interesse que muito do acervo artístico transporta, provado nas exposições em que participou, o Presidente da Câmara Municipal sugeriu que fossem algumas delas admitidas pelo núcleo de arte sacra.

Haveria ainda tempo para o autarca lançar nessa reunião a ideia de se criar um lugar de Conservador, a seleccionar entre um dos párocos da cidade, após consulta ao Bispo da Diocese. A intenção é bem acolhida¹⁰¹ (Anexo 124).

Na agenda política municipal de 1972 o Museu da Cidade é um dos pontos em evidência¹⁰² (Anexo 125), uma aposta firme.

Na visita que protagoniza ao Algarve, e em particular à cidade de Tavira, o Ministro das Obras Públicas é deparado com um conjunto de empreendimentos públicos estruturais no concelho, como é o caso do restauro e a adaptação da Igreja da Misericórdia a Museu de Arte Sacra.¹⁰³

100. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Acta n.º 2 da reunião de trabalhos realizados no edifício dos Paços do Concelho*, Gabinete da Presidência, 9 de Novembro de 1970, acerca da instalação do Museu da cidade, fl. 1 v.º.

Após emendas pontuais, assinaladas pelo Pároco de Santa Maria, Jacinto Guerreiro Rosa, que não surtiram efeito, o auto de cessão é ratificado entre a Misericórdia e a Câmara Municipal de Tavira em 22 de Setembro de 1971. O primeiro esboço do auto, sobre o qual o pároco se manifestou, previa adicionar à autarquia novas condições de empréstimo, tais como, assegurar o regresso à Misericórdia dos bens patrimoniais que lhe pertençam e que estejam depositados nas paróquias de Santiago e Santa Maria; a indicação visível junto aos objectos da entidade proprietária; a elaboração de um inventário em triplicado de todos os bens, descrevendo as suas características e o seu valor; a penalização da autarquia caso se registasse o desaparecimento de obras de arte, recompensando o proprietário pelo valor atribuído à obra; a obrigatoriedade de avisar a Misericórdia numa situação de saída de peças (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, n.º 235, 25 de Janeiro de 1971; n.º 3580, 10 de Dezembro de 1970; n.º 3690, 15 de Dezembro de 1970).

101. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Acta n.º 2 da reunião de trabalhos realizados no edifício dos Paços do Concelho*, Gabinete da Presidência, 9 de Novembro de 1970, acerca da instalação do Museu da cidade, fl. 2.

102. Cfr., *Povo Algarvio*, 25 de Setembro de 1971, ano XXXVIII, n.º 1945, p. 2.

103. Cfr., *Povo Algarvio*, 18 de Dezembro de 1971, ano XXXVIII, n.º 1957, p. 1; Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 22 de Dezembro de 1971 a 23 de Fevereiro de 1973, sessão de 22 de Dezembro de 1971, fl. 2.

Garantias de apoio somente de carácter institucional e técnico. A D.G.E.M.N. através do contacto com o Ministério da Educação Nacional encontrar-se-ia disponível.¹⁰⁴ Abona pouco a favor o parecer da D.G.E.M.N. quanto à adaptação da Misericórdia a museu. Após visita do Arquitecto Chefe da Repartição Técnica e do Inspector Superior de Belas Artes (Dr. Bairrão Oleiro) à Misericórdia, consideraram que a colecção de bens artísticos a expor produziria uma leitura confusa dos restantes elementos artísticos que decoram o interior da igreja: azulejaria, pintura, escultura em pedra e talha. A vistoria prolongar-se-ia até às casas anexas, áreas “não susceptíveis de acolherem a montagem”. Face a condições tão limitadas do ponto de vista técnico das áreas de exposição observadas na Igreja da Misericórdia, os técnicos opinam que a montagem do Museu de Arte Sacra se apresenta “muito comprometida”¹⁰⁵ (Anexo 126).

Não obstante o resultado menos animador que a inspecção trouxe, a autarquia insiste na instalação e procurava obter o consenso do valor do projecto junto das entidades competentes para a criação de museus. Nos anos seguintes assiste-se a uma troca sistemática de contactos administrativos entre a autarquia e o Ministério da Educação Nacional, em concreto a Direcção Geral de Ensino Superior das Belas Artes. Revelar-se-iam contraditórios e pouco eficazes. A Direcção Geral do Ensino Superior das Belas Artes, exigia alguns esclarecimentos acerca do projecto do Museu da Cidade, enquadrados como faz questão de invocar por dois instrumentos legais: o Regulamento da Junta Nacional de Educação (art. 19, n.º 16, parágrafo 1) e o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia (art. 38 e seus parágrafos) (Anexo 127 e 128).¹⁰⁶

104. *Povo Algarvio*, 25 de Dezembro de 1971, ano XXXVIII, n.º 1958, p. 7.

105. Cfr., Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação, *Direcção dos Monumentos Nacionais, Informação interna*, n.º 4361, 9 de Agosto de 1967.

106. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, n.º 550, 18 de Fevereiro de 1971. Faziam parte das competências da 2.ª secção da Junta Nacional de Educação a defesa, conservação e enriquecimento do património cultural e natural do país. Estavam incluídos nesses objectivos as unidades museológicas pertencentes ao “Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado”. Detinha aquela secção a palavra final sobre a criação de novos museus, modificação ou extinção de outros; a museografia, o discurso expositivo e as normas de segurança e conservação a utilizar; a aquisição ou doação de bens; a transferência de peças para outros museus; a localização, construção ou adaptação de edifícios a museus (Cfr., *Diário do Governo*, I.ª série,

A fiscalização técnica dos museus e a conseqüente aprovação ou não dependia da Junta Nacional de Educação, organismo tutelado pelo Ministério da Educação Nacional. Na tentativa de corresponder ao enunciado legal, a Câmara Municipal de Tavira tenta por um lado definir o projecto expositivo com a ajuda dos párocos de Santa Maria e Santiago¹⁰⁷ (Anexo 129), e por outro lado oficializar a posse da antiga Casa Cabreira.¹⁰⁸

Nesse imóvel, conforme a Câmara Municipal assume perante o Ministro da Educação Nacional, vão ficar localizadas as outras secções do Museu da Cidade: Arqueologia, Etnografia, Numismática, Lapidar ou “qualquer outra de grande significado”¹⁰⁹ (Anexo 130).

O fim que tinha sido destacado para aquele edifício, desde o acto da doação ao município, estava prestes a ser atingido. A Câmara Municipal, enquanto aguarda a decisão da Direcção Geral de Belas Artes, promove contactos com um arquitecto para apresentar um projecto de adaptação da antiga Casa António Cabreira a núcleo do Museu da Cidade¹¹⁰ (Anexo 131).

Confrontado com uma programação museológica insustentável do ponto de vista financeiro, o projecto museológico para a Casa Cabreira não consegue sair de uma fase embrionária, desistindo-se assim de prolongar os contactos com os agentes deste processo.

A mesma sorte teria o núcleo de arte sacra do Museu da Cidade. Na esperança de poder instalar na Misericórdia aquele espaço museológico, a autarquia tenta junto da Direcção Geral de Assuntos Culturais a aprovação final. Em falta continuavam os elementos que a lei estabelecia como mínimos à criação de espaços museológicos. As obras de recuperação e adaptação a núcleo de

arte sacra da Misericórdia tinham sido prometidas pelo Ministro das Obras Públicas numa vista a 1.º semestre, Decreto n.º 46 349, de 22 de Maio de 1965).

Relativamente ao segundo documento legal, obrigava a Junta Nacional da Educação a pronunciar-se sobre a criação de novos museus, supressão ou modificação de estruturas existentes. À Junta deviam chegar os “planos de instalação, da sistematização e ordenação das espécies e da exposição das colecções” (parágrafo 1 do artigo 38, I.ª série, 2.º Semestre, Decreto-Lei n.º 46758, de 18 de Dezembro de 1965). As instalações e a direcção técnica do museu também eram informações indispensáveis para os museus criados por entidades estranhas aos serviços do Estado (parágrafo 3, Cfr., *Diário do Governo*, I.ª série, 2.º Semestre, Decreto-Lei n.º 46758, de 18 de Dezembro de 1965)

107. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Expedida*, n.º 1096, 18 de Abril de 1972.

108. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Expedida*, n.º 1428, 5 de Julho de 1971.

109. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Expedida*, n.º 1430, 24 de Maio de 1972.

110. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, n.º 3843, 15 de Dezembro de 1972.

Fausto Mendes Caiado, arquitecto pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, envia uma proposta de trabalho em

Tavira. Dependia no entanto da resposta aos parâmetros que definem a criação de museus a ajuda na execução da intervenção na igreja. A Câmara Municipal pressiona a Direcção Geral dos Assuntos Culturais a olhar esse espaço museológico como um equipamento cultural e turístico estratégico e fundamental nas aspirações de desenvolvimento social, cultural e económico que o concelho pondera ter.

A posição da Direcção Geral dos Assuntos Culturais continua a ser única. Sem um plano concreto sobre a organização do espaço museológico, sem a identificação das colecções, sem a definição das propostas de segurança e conservação dos bens artísticos, sem a composição de um quadro de pessoal qualificado ou responsável pelo museu, dificilmente poderia figurar o Museu da Cidade a não ser de uma forma *clandestina* no tecido museológico nacional.

Enquanto a Câmara Municipal tenta ver reconhecida legalmente a integração da Casa Cabreira no seu património, a Misericórdia pede o ponto de situação quanto às obras de conservação e adaptação da Igreja quinhentista a museu. Alguns anos já se tinham passado desde a data do acordo de cessão da Misericórdia sem que alguma coisa se tivesse feito.¹¹¹

À beira da data que marcaria o fim do Estado Novo a autarquia estabelece novo contacto com a Direcção Geral dos Assuntos Culturais. Sob o pretexto do pedido de esclarecimento da Misericórdia, utilizado como uma mensagem ameaçadora e de iminente ruptura com o projecto museológico, a autarquia volta a questionar sobre a criação do Museu de Arte Sacra.

Acaba por se tornar uma vítima dos seus próprios problemas ao nível técnico e financeiro,

Agosto de 1973 (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, n.º 2766, 24 de Agosto de 1973). Enumera nesse primeiro esboço de plano de trabalho, por exemplo, a dimensão do espaço onde o museu ficaria implantado. Ultrapassava um pouco mais dos 800 m² o cálculo que compreendia a área museológica na antiga Casa Cabreira, capacidade que delimitava a exposição e conservação de alguma colecções do Museu da Cidade. Sem dúvida, estava-se a referir a amplas dimensões, equacionadas em virtude do conjunto de secções que nesse lugar se pensava instalar. Às grandes medidas dos locais de exposição no futuro núcleo museológico da Casa Cabreira correspondem volumosos encargos, quer de obra, quer de honorários do projecto de arquitectura (Cfr., *Idem, ibid.*). Os inflacionados preços da proposta causam alguma estranheza ao executivo camarário que supõe ter existido alguma confusão do projectista entre a readaptação de um edifício a museu e a concepção de uma unidade museológica de raiz (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Expedida*, n.º 2164, 20 de Setembro de 1973).

Uma interpretação menos correcta dos objectivos do projecto é desfeita de imediato. O projectista mantém a sua proposta e espera uma decisão da Câmara Municipal (Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, n.º 696, 22 de Fevereiro de 1974).

111. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, n.º 617, 16 de Fevereiro de 1974.

imagem de uma entidade museológica sem força nem sustentabilidade que precisa de ajuda, nomeadamente a da Direcção Geral de Assuntos Culturais¹¹² (Anexo 132).

Eram bem expressivas as carências e as dificuldades em dar corpo ao projecto do Museu da Cidade. Depois de 1974, aquele plano museológico local, tido como um importante factor de enriquecimento cultural e educacional em Tavira, de preservação dos bens artísticos e históricos algarvios,¹¹³ e de promoção turística permanece como uma promessa ou uma intenção.

Seria este assunto retomado por outros executivos camarários numa fase política já distinta. José António dos Santos, Presidente da Comissão Administrativa, assina um ofício remetido à Direcção Geral dos Assuntos Culturais no qual afirma a disponibilidade da autarquia em resolver assuntos pendentes que tenham sobrado de equipas municipais anteriores¹¹⁴ (Anexo 133). Surge um novo fôlego em redor do núcleo de arte sacra. Queria o município saber que questões ainda estavam por ser respondidas. Primando pelo rigor, qualificação e profissionalismo dos museus, a Direcção Geral dos Assuntos Culturais inventaria os requisitos básicos de apreciação à candidatura de espaço museológico: programa do museu, a descrição das colecções, o projecto museográfico, o plano de conservação dos bens e o elenco técnico.¹¹⁵

Sob o título de Ministério da Comunicação Social, a entidade que passa a gerir os assuntos relacionados com museus (Direcção Geral do Património Cultural) procura uma resposta da Câmara Municipal de Tavira, sem sucesso.¹¹⁶

Os últimos suspiros deste projecto seriam consumados entre os finais da década de setenta e os princípios da década de oitenta. Exposições temporárias, por exemplo, iam sendo realizadas no Salão Nobre¹¹⁷ (Anexo 134), pois a falta de espaço para as actividades museológicas fazia-se notar.

112. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Expedida*, n.º 1164, 27 de Março de 1974.

113. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, n.º 2635, 4 de Agosto de 1975.

114. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Expedida*, n.º 2695, 11 de Agosto de 1975.

115. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, n.º 1380, 5 de Maio de 1976.

116. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Correspondência Recebida*, n.º 2273, 4 de Agosto de 1976; n.º 2962, 18 de Agosto de 1978.

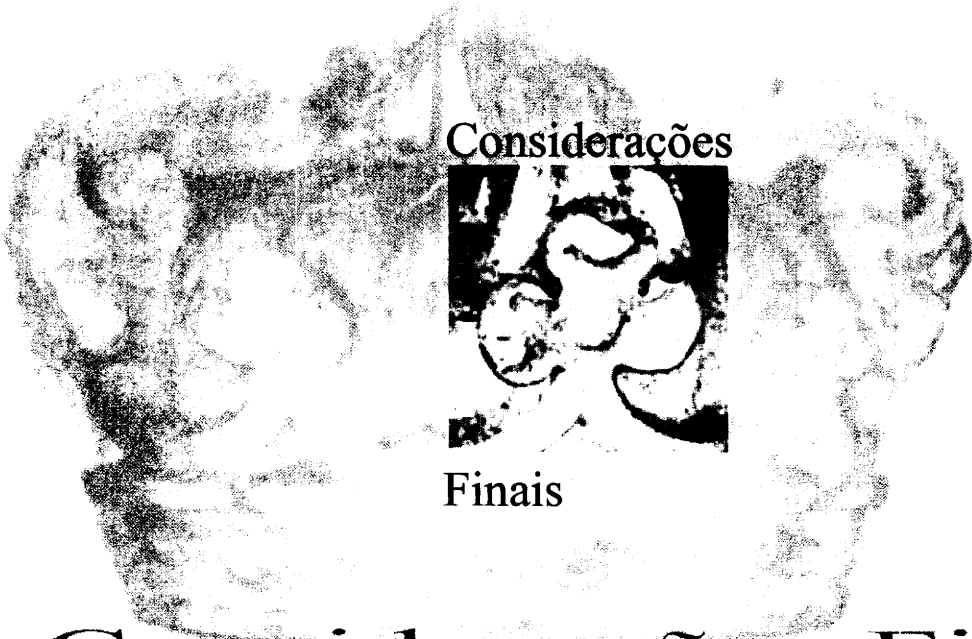
117. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de Janeiro de 1979 a 20 de Junho de 1979, sessão de 28 de Fevereiro de 1979, fl. 113.

Numa altura em que vários serviços administrativos públicos da cidade começam a crescer a concorrência a edifícios de dimensões maiores aperta.

A Câmara Municipal transfere a Biblioteca para o edifício Cabreira em Abril de 1981,¹¹⁸ enquanto o projecto do Museu da Cidade, anunciado vezes sem conta, a instalar nos princípios dos anos oitenta na Casa Cabreira ou no Palácio da Galeria¹¹⁹ (Anexo 135), desse figurino imaginário não evolui. Pouco a pouco o museu da Misericórdia vai desaparecendo e o Museu da Cidade apenas finge existir. Uma terra de rico passado fica sem um importante agente da conservação e divulgação da memória local. Termina uma época da museologia em Tavira.

118. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de Janeiro de 1981 a 28 de Abril de 1981, sessão de 14 de Abril de 1981, fls. 319-319v.º.

119. Cfr., Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Actas da Câmara Municipal*, 2 de Setembro de 1980 a 30 de Dezembro de 1980, sessão de 9 de Dezembro de 1980, fls. 287-287v.º.



Considerações

Finais

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES

Avizinha-se o fim do Museu Municipal de Tavira mal o regime democrático em Portugal começa a raia. Tinha sido o Estado Novo que alimentara o seu aparecimento. Assim acontecera com outros projectos museológicos em Tavira, uns cumpridos outros não, nos anos em que o país obedecia a um regime que se caracterizava por ser conservador, nacionalista e corporativista. Valia-se do património cultural, e em particular dos museus, como aqui pretendemos certificar, para sustentar e confrontar com a população as linhas ideológicas e políticas que tinha definido.

Consideremos então em grande medida, tendo em conta o que ao longo deste trabalho temos vindo a referir, três componentes como os limites do nosso estudo: o Estado Novo, a cidade de Tavira perante o ambiente cultural, ideológico e político lançado por esse regime político, e os projectos museológicos locais nesse período organizados. No fundo realizámos a caracterização, ainda por aperfeiçoar, da actividade museológica em Tavira durante o Estado Novo. Destacamos nesse contexto o Museu Municipal que deriva dos festejos comemorativos dos centenários. É por isso, já focado anteriormente, uma forma de expressão da propaganda regional e nacional da mensagem política, ideológica e cultural do regime salazarista.

O Museu Municipal perde a sua vitalidade depois de 1974, uma meta temporal que propositadamente ultrapassámos e colocámos em análise na parte final do trabalho, com a intenção de reforçar a gradual debilidade desse projecto museológico¹. Regressa nos finais da década de noventa, obviamente, em moldes distintos².

Inclinemos agora a nossa atenção para as respostas às questões levantadas no texto de introdução a

1. Com a deposição do regime político do Estado Novo, os museus criados nessa altura sofrem alterações representativas do ponto de vista quer das práticas museográficas quer do programa de conteúdos da exposição. Antes valorizava-se o culto das individualidades locais notáveis. O objecto museológico com o regime democrático deixa de estar centrado nas figuras emblemáticas do Estado Novo e passa a interessar-se por questões variadas da sociedade e do território. Cfr., Paulo Henriques, *ob. cit.*, p. 110.

2. O Museu Municipal tinha sérios problemas em adaptar-se aos novos ventos políticos e mentais. Depois de 1974 as autarquias, fruto de transformações sócio-culturais, da democratização da vida política e cultural, e também de novos contributos provenientes da museologia internacional, promovem a criação de um significativo número de museus (Cfr., Maria Clara Camacho; Maria da Graça Filipe, *Experiencias museologicas de Seixal y de Vila Franca de Xira*:

este trabalho.

Refere-se a primeira aos factores que proporcionaram a criação do Museu Municipal. Tinha anunciado Isidoro Pires, numa altura em que o regionalismo está ao rubro, que o Museu seria aberto por ocasião dos festejos dos centenários em Tavira. Mais propriamente um ano antes de Salazar revelar ao país a celebração da Independência e Restauração Nacionais.

Muitas localidades, com o patrocínio das elites locais ou das estruturas administrativas, começam a ser apetrechadas com equipamentos culturais, entre eles os museus. Essencialmente, porque demonstravam ser potenciais veículos de propaganda e de afirmação quer cultural, quer turística, da região.³

Dirá Cristina Pimentel, que o tecido museológico nacional na década de 1940 reflecte precisamente a diversidade cultural do país, ou seja, o regionalismo de que falávamos atrás.

A segunda questão que levantámos prende-se com a organização do espaço museológico, sobretudo no que concerne ao edifício, às colecções, ao programa expositivo, ao mobiliário museográfico, e aos principais rostos do projecto. Sabemos que os museus nesta altura são vistos como pequenos espaços, com limitados recursos humanos e financeiros. A maioria surge a partir dos projectos de propaganda regionalista, factor esse que seria determinante como critério de selecção dos bens museológicos⁵. Sem denunciarem grande precisão na definição do conceito de objecto museológico, os diplomas que legislam essa matéria, tendem a considerá-lo como uma peça artística, portadora de valor histórico e arqueológico⁶. E não só. Também ele pode ser um

Breve estudio comparativo, 1994, p. 103). Vão ajudar a esse crescimento os projectos museológicos que a autarquia de Tavira tem em agenda. Estendem-se desde as povoações marítimas como Cabanas e Santa Luzia até à serra, passando pela cidade. Num território marcado pela diversidade geográfica, social, económica e cultural o actual projecto museológico municipal, tocado pelas correntes da Nova Museologia, explora essas diferenças no concelho e convida os visitantes a percorrê-lo e a contactar de perto com as gentes, com as terras e com os seus costumes (Cfr., Joana Cartaxo e Marco Lopes, *O Museu Municipal de Tavira: retrato de um território*, 2005, pp. 101-104).

3. Esperando que a causa regionalista alcançasse o sucesso os seus principais promotores fazem um apelo no sentido de todos se unirem à volta dela. Esse discurso de mobilização é transversal a todos os sectores da população e a todas as localidades do país. Acontece nas Caldas da Rainha com António Montês para o Museu José Malhoa (Cfr., Matilde Tomás de Couto, *António Montês - Museólogo*, 1996, pp. 130-134), como em Tavira com Isidoro Pires no discurso de tomada de posse em que se propõe reabilitar o Centro Histórico.

4. Cfr., Cristina Pimentel, *O sistema museológico português (1833-1991): em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*, 2005, p. 141.

5. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 141.

6. Cfr., Sérgio Lira, *Os museus e o conceito de património: a peça de museu no Portugal do Estado Novo*, 1998, p. 5.

objecto indiciador de propaganda ideológica e política⁷. Não estranha que o município tenha reparado em valores familiares ao regime durante a escolha de objectos para o Museu Municipal de Tavira, nomeadamente, com a presença de antigas lápides tumulares de figuras notáveis da terra e de esculturas em pedra com o brasão nacional como tema.

Reaproveitando antigos edificios históricos, os museus desta época, seguem um modelo de museografia baseado na acumulação de objectos, com suportes de exposição mínimos, em detrimento de um plano expositivo estruturado em termos científicos⁸. Isidoro Pires, um dos protagonistas deste projecto, tinha sido escolhido para encabeçar o executivo camarário nos últimos anos da década de 30. Cabe no entanto a Ramos Passos o pelouro da Cultura e do Turismo. Homem viajado e instruído. Será ele o responsável pela definição do projecto expositivo. Pessoas da confiança política do regime. Vão contribuir para que se estabeleçam laços de cooperação com a doutrina salazarista em Tavira.

A terceira questão tem a ver com os projectos museológicos e expositivos em Tavira paralelos ao funcionamento do Museu Municipal e as suas implicações com as linhas ideológicas e culturais do regime salazarista. Dedicamos também lugar neste ponto à renovação do tecido museológico como reacção ao emergente turismo na região. Em 1945 Conceição, uma freguesia de Tavira, inaugurava na Casa do Povo um museu etnográfico. Este projecto respondia, se nos apoiarmos numa proposta de caracterização do sistema museológico do Estado Novo, aos ideais corporativistas, um dos pilares do regime⁹.

Separados por vinte anos de diferença ocorrem em Tavira duas exposições temporárias de arte sacra. Uma em 1950 a outra em 1970. Parecem estar aqui envolvidos propósitos de animação turística. Apesar do domínio do barlavento algarvio na questão da promoção turística regional,

7. Cfr., *Idem, ibid.*, p. 11.

8. Cfr., Isabel Martins Moreira, *ob. cit.*, pp. 71-72. Parece consensual actualmente associar os museus do Estado Novo a espaços fechados e pouco dinâmicos. Com alguma justiça. Tavira tem um caso flagrante. Ou se quisermos um museu-instituição a nível funcional e administrativo em oposição a um museu-organização (Cfr., Margarita Ruyra de Andrade, *Del museo-institución al museo-organización*, 2002, p. 101), ou um museu quente no que respeita ao estilo de comunicação com o público em relação ao museu frio (Cfr., Francisca Hernández Henández, *El museo como espacio de comunicación*, 1998, pp. 61-64).

9. Cfr., Cristina Pimentel, *ob. cit.*, pp. 152-153.

começam a despontar outras localidades com potencial nessa área, essencialmente devido à acção de comissões de turismo e à sensibilidade perante os benefícios económicos que isso poderia representar¹⁰.

Mas também se imputam objectivos de propaganda regionalista e ideológica do regime às exposições temporárias, que se manteriam activos após os suspiros finais da Segunda Guerra Mundial¹¹. Através daquelas exposições mostra-se por um lado, a riqueza artística e cultural depositadas nas igrejas de Tavira e, por outro, manifesta-se o cuidado, o orgulho e a preservação nos bens culturais, uma máxima defendida pelo Estado Novo¹².

Nos finais da década de 1950, inícios da década de 1960, a Câmara Municipal aposta no incremento do turismo cultural e balnear, na constituição de uma Comissão de Turismo e uma de Arte e Arqueologia. Assumem uma espécie de entidades consultoras nessas respectivas áreas cujos projectos nem sempre obtêm os resultados desejáveis, como aconteceu com os núcleos museológicos *fantasmas* de arte sacra para a ermida de São Sebastião ou para a antiga igreja de São João Baptista. Mesmo assim, na década de 1960, com a pretensão de ampliar e diversificar as ofertas culturais em Tavira, a autarquia propõe na fase de crescimento turístico distribuir os bens museológicos do antigo museu por vários locais da cidade.

Abordadas as questões colocadas no começo deste trabalho importa traçar os contributos pessoais que trouxe.

Veio desde logo fornecer instrumentos de carácter científico que asseguram uma postura de análise crítica e abrangente relativa ao conceito de património cultural e às unidades museológicas.

Agora que se lançam as bases de um novo projecto museológico municipal, o conhecimento obtido acerca do percurso histórico do Museu Municipal vai permitir ir ao reencontro das suas origens mas, também, exercer com rigor o estudo das peças que lhe pertencia, perseguir o rasto de

10. Cfr., Adão Flores, *O turismo no Algarve na primeira metade do século*, 1999, p. 605.

11. Cfr., Sérgio Lira, *Exposições temporárias no Portugal do Estado Novo: alguns exemplos de usos políticos e ideológicos*, 1999, p. 1.

12. Cfr., *Idem, ibid.*, pp. 7-8.

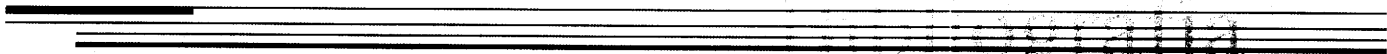
outras que tenham participado em eventos expositivos focados neste trabalho, e promover a sua divulgação no contexto das competências dos serviços do património cultural e da museologia da autarquia de Tavira.

Anos de projectos museológicos revisitados. Modestamente, entendemos. Aqui estão as primeiras de mais linhas que merecerão ser escritas. Sobre as exposições regionais durante os centenários. Sobre as obras de preservação e valorização dos monumentos históricos que se arrastam anos a fio. Sobre a vida do Museu Municipal e do Museu da Casa do Povo da Conceição. Sobre o turismo cultural em Tavira no Estado Novo. Enfim, algumas das principais linhas de pesquisa que este estudo deixa em aberto. Nele se fala de um ciclo que teve o seu fim. Mas outro começa. E uma nova história também.



Consultadas

Fontes e Obras Consultadas



A. Fontes Manuscritas e Impressas

1. MANUSCRITAS

1.1. Câmara Municipal de Tavira (Arquivo Histórico Municipal de Tavira)

Orçamentos, Conta de Gerência e Planos de Actividade

Pasta A 63 - 1933/1934, 1937

Pasta A 64 - 1938, 1939, 1940, 1941

Pasta A 65 - 1942, 1943, 1944

Pasta A 66 - 1945, 1946, 1947, 1948

Pasta A 67 - 1949, 1950, 1951

Pasta A 68 - 1952, 1953, 1954

Pasta A 69 - 1955, 1956, 1957

Pasta A 70 - 1958, 1959

Pasta A 71 - 1960, 1961

Pasta A 72 - 1962, 1963

Actas da Câmara Municipal

26 de Novembro de 1927 a 21 de Julho de 1933

28 de Julho de 1933 a 10 de Novembro de 1938

17 de Novembro de 1938 a 20 de Setembro de 1941

6 de Outubro de 1941 a 6 de Outubro de 1944

21 de Julho de 1947 a 20 de Janeiro de 1950

5 de Julho de 1955 a 5 de Julho de 1957

22 de Julho de 1957 a 20 de Março de 1959

6 de Abril de 1959 a 6 de Junho de 1960
6 de Junho de 1960 a 22 de Agosto de 1961
24 de Outubro de 1961 a 7 de Janeiro de 1963
20 de Outubro de 1965 a 6 de Dezembro de 1966
6 de Dezembro de 1966 a 20 de Março de 1968
3 de Abril de 1968 a 2 de Julho de 1969
2 de Julho de 1969 a 5 de Agosto de 1970
5 de Agosto de 1970 a 22 de Dezembro de 1971
22 de Dezembro de 1971 a 23 de Fevereiro de 1973
4 de Junho de 1975 a 8 de Setembro de 1976
3 de Janeiro de 1979 a 20 de Junho de 1979
6 de Maio de 1980 a 26 de Agosto de 1980
2 de Setembro de 1980 a 30 de Dezembro de 1980
6 de Janeiro de 1981 a 28 de Abril de 1981

Convites

Pasta A 98 - 1940

Correspondência Recebida

Pasta AC 80 - 1937

1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1978

Correspondência Geral Recebida

Pasta A 267 - 1937

Pasta A 268 - 1938

Pasta A 269 - 1938

Pasta A 272 - 1940

Correspondência Geral Expedida

Pasta A 175 - 1.º, 2.º e 4.º trimestres - 1937

Pasta A 176 - 1.º, 2.º e 3.º trimestres - 1938

Pasta A 178 - 1.º e 2.º trimestres - 1939

1971, 1972, 1973, 1974, 1975

Expediente

Ano: 2002

Instituto Nacional de Estatística

Questionário aos museus: 1946-1978

Comissão Municipal de Arte e Arqueologia

Livro de actas n.º 1, 1959-1969

Livro de actas n.º 2, 1970-1974

Comissão Municipal de Turismo

Livro de actas, 1962-1969

Comissão Instaladora do Museu da Cidade

Acta n.º 1 - 13 de Novembro de 1967

Acta n.º 2 - 9 de Novembro de 1970

1.2. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Direcção dos Serviços de Inventário e Divulgação

Direcção dos Monumentos Nacionais

Correspondência Recebida (Proc. do Castelo e igreja da Misericórdia) - 1937-1967

Ordem de Serviço (Proc. do Castelo) - 1938

Informação interna - saída (Proc. do Castelo e igreja da Misericórdia) - 1938; 1950; 1967

1.3. Ministério da Educação (Divisão de Arquivo)

Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes

3.^a Secção, L.º 20, n.º 196, D.V. - 1939.

1.4. Santa Casa da Misericórdia de Tavira (Arquivo Histórico)

Correspondência Expedida

Anos: 1938; 1942; 1949-1950

1.5. Ordem Terceira do Carmo de Tavira (Arquivo Histórico)

Livro de Actas

15 de Dezembro de 1935 a 15 de Setembro de 2001

1.6. Ordem Terceira de São Francisco de Tavira (Arquivo Histórico)

Registo de officios expedidos pela Ordem de São Francisco n.º 1

2. IMPRESSAS

Povo Algarvio

1937-1971

O Algarve

1939-1940

BOTTO, Monsenhor Cónego, *Glossário Critico dos principaes monumentos do Museu*

Archeologico Infante D. Henrique, I, Faro, Typographia E. Seraphim, 1899.

Diário do Governo

I Série, n.º 36, Decreto n.º 20985 de 7 de Março de 1932

I Série, 1.º Semestre, Decreto n.º 46 349, 22 de Maio de 1965

I Série, 2.º Semestre, Decreto-Lei n.º 46 758, 18 de Dezembro de 1965

B. Obras consultadas

ABRANTES, Marquês de, *Introdução ao estudo da Heráldica*, Biblioteca Breve n.º 127, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo (1934-1940)*, Lisboa, Horizonte, 1998.

ALONSO FERNÁNDEZ, Luís; GARCÍA FERNÁNDEZ, Isabel, *Diseño de exposiciones: concepto, instalación y montaje*, Madrid, Alianza Editorial, 1999.

ANDRADE, Margarita Ruyra de, "Del museo-institución al museo-organización", in *Quince miradas sobre los Museos*, Cristóbal Belda Navarro e Maria Teresa Marín Torres (editores), s.l., Universidad de Murcia/Fundación Cajamurcia, 2002.

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu termo. Memorando Histórico*, Tavira, Câmara Municipal, 1993.

_____, *Tavira e o seu termo. Memorando Histórico*, vol. II, Tavira, Câmara Municipal, 2001.

_____, *Toponímia de Tavira*, Tavira, Câmara Municipal, 2000.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II - tomo I, Corpus Epigráfico medieval português, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BATÓREO, Manuel, "Visitação, Natividade, Adoração dos Magos, Apresentação no templo", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia /Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.

BOLÁNOS, Maria, *História de los museus en España: memória, cultura, sociedad*, Gijón, Trea, 1997.

_____, *La memoria del mundo: Cien años de museología (1900-2000)*, Gijón, Trea, 2002.

BORGES, Dulce Helena Pires, *O Museu da Guarda entre o passado e o futuro. Espaços e colecções*, Viseu, Palimage, 2003.

CAMACHO, Maria Clara; FILIPE, Maria da Graça; "Experiencias museológicas de Seixal y Vila Franca de Xira: breve estudio comparativo", in *Museos y museologia en Portugal: una ruta ibérica para el futuro*, s.l., Asociación Española de Museólogos, 1994.

CAMPINOS, Jorge, *Ideologia política do Estado salazarista*, Lisboa, Portugália, 1975.

CARRILHO, António Jorge, *O Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique: Subsídios para a sua história*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade de Évora, 2002 (texto policopiado).

CARTAXO, Joana; LOPES, Marco, "Tavira no século XX: a cidade e o ambiente sócio-cultural", in *Tavira: vila antiga, cidade renovada*, Tavira, Câmara Municipal, 2005.

_____, "O Museu Municipal de Tavira: retrato de um território", in *Tavira: vila antiga, cidade renovada*, Tavira, Câmara Municipal, 2005.

CARVALHO, Paulo Archer de, "De Sardinha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranóia", in *Revista da História das Ideias*, vol. XVII, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

CHAGAS, Ofir, *Tavira: memórias de uma cidade*, Tavira, edição do autor, 2004.

CORREIA, José Eduardo Horta, "A arquitectura do Renascimento em Tavira", in *Actas das I Jornadas da História de Tavira*, Tavira, Clube de Tavira, 1992.

COUTO, Matilde Tomás do, "António Montês: museólogo", in *António Montês. Museu de José Malhoa*, Paulo Henriques (coord.), Caldas da Rainha, Museu José Malhoa, 1996.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra, "Tavira islâmica. Uma aproximação à vida quotidiana", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia /Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.

DOMINGUES, Garcia, "Tavira na época árabe", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia /Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.

- FABIÃO, Carlos, "Arqueologia de Tavira", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia / Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.
- FAUSTINO, Carla, "O Algarve: da ditadura militar à consolidação do Estado Novo (1926-1940)", in *O Algarve da antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*, Maria Graça Maia Marques (coord.), Lisboa, Colibri, 1999.
- FERNANDES, Carla Varela, *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Tavira*, Tavira, Câmara Municipal/Lisboa, Colibri, 2000.
- _____, "(Des)contextos da arte gótica em Tavira", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia / Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.
- _____, "São Pedro e São João Baptista", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia / Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.
- _____, "Virgem com o Menino", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia / Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.
- FERREIRA, Vítor Matias, *A cidade de Lisboa: de capital de império a centro da metrópole*, Lisboa, D. Quixote, 1987.
- FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003.
- FLORES, Adão, "O turismo no Algarve na primeira metade do século", in *O Algarve da antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*, Maria Graça Maia Marques (coord.), Lisboa, Colibri, 1999.
- FORMOSINHO, José Ramos, *Igreja de Santo António*, Lagos, Câmara Municipal, 1994.
- _____, *Museu Regional de Lagos - Dr. José Formosinho*, s.l., s.n., s.d. (policopiado).
- _____, *Igreja de Santo António e Museu Regional de Lagos*, s.l., s.n., s.d..
- FRANÇA, José-Augusto, *O modernismo na arte portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.
- FRANCO, Costa, "Subsídios para a criação do Museu de Tavira. Espólio antigo do Museu Municipal - 2", in *Jornal do Sotavento*, 12 de Julho de 1996, ano VI, n.º 117, p. 8.
- GAMEIRO, José, "Museus e Museologia no Algarve. Realidades e Perspectivas", in *Um*

- percurso histórico. Um património a valorizar*, I Jornadas de Monchique - Actas, Monchique, Comissão Instaladora do Museu de Monchique/Junta de Freguesia de Monchique, 2001.
- _____, *Património e Museologia: da realidade global à perspectiva global*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve, 1998, (texto policopiado).
- GARCÍA BLANCO, Ángela, *La exposición. Un medio de comunicación*, Madrid, Ediciones Akal, 1999.
- GASPAR, José Martinho, *Os discursos e o discurso de Salazar*, Lisboa, Prefácio, 2001.
- GELLNER, Ernest, *Naciones y Nacionalismo*, Madrid, Alianza Editorial, D.L. 1988.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho, "Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo", in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Fernando Bandeira Ferreira (dir.), vol. I, n.º 1, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, Janeiro / Junho, 1985.
- HENRIQUES, Paulo, "O Museu de José Malhoa: evolução de um projecto (1924-1996)", in *António Montês. Museu de José Malhoa*, Paulo Henriques (coord.), Caldas da Rainha, Museu José Malhoa, 1996.
- HERA, Mariano del Amo y de la, "Documentación y organización interna del museo: el caso de los museos provinciales", in *Cursos sobre el patrimonio histórico 3 - Actas de los IX cursos monográficos sobre el patrimonio histórico (Reinosa, Julio-Agosto 1998)*, José Manuel Iglesias Gil (edit.), s.l., Universidad de Cantabria/Ayuntamiento de Reinosa, 1999.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, *Manual de Museologia*, Madrid, Editorial Síntesis, 1998.
- _____, *El museo como espacio de comunicación*, Gijón, Ediciones Trea, 1998.
- JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.
- KHAWLI, Abdallah, "Tavira islâmica. Novos dados sobre a sua história", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia / Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.
- LAMEIRA, Francisco, *A talha no Algarve durante o Antigo Regime*, Faro, Câmara Municipal de

Faro, 2000.

_____ - *Igreja da Santa Casa da Misericórdia*, (desdobrável), Tavira, Câmara Municipal, 1999.

_____ - *Roteiro das Igrejas de Tavira*, Faro, Região de Turismo do Algarve, 1996.

LIRA, Sérgio, *Museums and temporary exhibitions as means of propaganda: The portuguese case during the Estado Novo*, Tese de Doutoramento, Universidade de Leicester, 2002.

LOPES, Marco, "A colecção de numismática da Câmara Municipal de Tavira: dados sobre o seu percurso histórico", in *As moedas da Câmara Municipal de Tavira*, (no prelo).

_____ -, *Projecto museológico do Centro Interpretativo do Abastecimento de água a Tavira*, Câmara Municipal de Tavira, [2000], texto policopiado.

_____ - "Tavira no tempo de D. Manuel I. Breve passagem pela principal terra do Algarve", in *Postal do Algarve*, 11 de Março de 2004, ano XVII, n.º 678.

LOPES, Maria da Conceição, *As moedas da Câmara Municipal de Tavira*, (no prelo).

MACIEIRA, Isabel, *A pintura sacra em Tavira (séculos XV a XX)*, Lisboa, Colibri/Tavira, Câmara Municipal, 2004.

MAIA, Manuel, "Muralhas islâmicas de Tavira", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia/Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.

MAIA, Maria, "Fenícios em Tavira", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia/Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.

MARREIROS, Glória Maria, *Quem foi quem? 200 algarvios do século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

MESQUITA, José Carlos Vilhena, *O Marquês de Pombal e o Algarve. A fábrica de tapeçarias de Tavira: documentos para a história da indústria no Algarve*, Tavira, Câmara Municipal, 1999.

MOREIRA, Isabel Matias, *Museus e Monumentos de Portugal (1772-1974)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989.

MOREIRA, Vital, "O sistema jurídico-constitucional do Estado Novo", in *História de Portugal*

dos tempos pré-históricos aos nossos dias, João Medina (dir.), vol. XV, Amadora, Ediclube, D.L. 2004.

NETO, Maria João Baptista, "A intervenção no património edificado algarvio durante o Estado Novo: um discurso de propaganda e poder", in *Thaviram*, Câmara Municipal de Tavira, (no prelo).

_____ - *Memória, Propaganda e Poder. O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.

_____ - "Uma cultura de restauro iluminista. A acção do Bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar", in *Espírito e Poder. A cidade de Tavira nos tempos da modernidade*, Catálogo da Exposição do Museu da Cidade, (no prelo).

Ó, Jorge Ramos do, *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" (1933-1949): ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa, Estampa, 1999.

_____ - "Salazarismo e cultura", in *Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), Fernando Rosas (coord.), vol. XII, Lisboa, Presença, 1992.

ORMONDE, Maria Helena de Meneses, *Entre localismo e cosmopolitismo: Museu de Angra do Heroísmo de 1942 a 1979*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa, 1996 (texto policopiado).

PAIS, José Machado, "A crise do regime liberal republicano: algumas hipóteses explicativas", in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, D.L. 1987.

PAULO, Heloísa, "Vida e arte do Povo português: uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo", in *Revista da História das Ideias*, vol. XVI, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994.

PAYNE, Stanley, "A taxonomia comparativa do autoritarismo", in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, D.L. 1987.

PENALVA, Luísa; FRANCO, Anísio, "Cofre", in *Espírito e Poder. A cidade nos tempos da*

modernidade, Câmara Municipal de Tavira, (no prelo).

PIMENTEL, Cristina, *O sistema museológico português (1833-1991): em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

RODRIGUES, Ana, "Casula e Dalmática", in *Espírito e Poder. A cidade nos tempos da modernidade*, Câmara Municipal de Tavira, (no prelo).

ROSAS, Fernando, "A crise do liberalismo e as origens do "Autoritarismo moderno" e do Estado Novo em Portugal", in *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 2, Fevereiro, 1989.

_____ - "O Estado Novo nos anos 30", in *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, D.L. 1994.

_____ - "Prefácio", in *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003.

SANTANA, Daniel, "A arquitectura histórica de Tavira - uma síntese", in *Tavira: vila antiga, cidade renovada*, Tavira, Câmara Municipal, 2005.

SANTOS, Rui Afonso, *O Design e a decoração em Portugal: exposições e feiras nos anos vinte e trinta*, Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. I, 1994 (texto policopiado).

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Tavira - História Viva*, s.l., s.n., 2001.

SERRÃO, Vítor, "O contexto artístico de Tavira quinhentista", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia / Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.

_____, "São Brás e São Vicente", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia / Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.

SCHWARTZ, Kathleen, "Instabilidade democrática nos países semiperiféricos. A primeira República portuguesa", in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, D.L. 1987.

TAHIRI, Ahmed, "Tavira islâmica. Una entidad urbana de Uksunuba en Gharb al-Andalus", in *Tavira: Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia /Tavira, Câmara Municipal de Tavira, D.L. 2003.

TOMÉ, Miguel Jorge Biscaia Ferreira, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, 1998 (texto policopiado).

TORGAL, Luís Reis, "Cinema e Propaganda no Estado Novo: a "conversão dos descrentes"", in *Actas dos 2.ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais (24 a 29 de Julho de 1995)*, vol. II, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1996.

_____ - "Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais", in *Revista da História das Ideias*, vol. XVI, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994.

TUSELL, Javier, "Franquismo e Salazarismo", in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, D.L. 1987.

WOOLF, Stuart, "Fascismo e autoritarismo: em busca de uma tipologia de fascismo europeu", in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, D.L. 1987.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.), *Armorial Lusitano - Genealogia e Heráldica*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961.

Recursos informáticos

FERNANDES, Paulo, *Antigo Mercado Municipal de Tavira/Marcado 30 de Junho*, [em linha], 2001, [consultado em 16 de Junho de 2005], disponível em www.monumentos.pt

_____ - *Antiga Cadeia Civil de Tavira/Antiga Cadeia da Atalaia*, [em linha], 2001, [consultado em 16 de Junho de 2005], disponível em www.monumentos.pt

_____ - *Igreja e Convento das Bernardas/Igreja do Convento de São Bernardo/Igreja e Convento de Nossa Senhora da Piedade*, [em linha], 2002, [consultado em 16 de Junho de 2005],

disponível em www.monumentos.pt

FONSECA, Luís Belard da, *Heráldica Portuguesa*, [em linha], 1997-2002, [consultado em 16 de Junho de 2005], disponível em <http://pwp.netcabo.pt/0218254001/Terravista/>

GORDALINA, Rosário, *Igreja e Convento do Carmo*, [em linha], 2003, [consultado em 16 de Junho de 2005], disponível em www.monumentos.pt

LIRA, Sérgio, *Coleções etnográficas e museus etnográficos: objectos e memórias da Cultura Popular*, [em linha], Congresso da Cultura Popular na secção de Etnografia e Património Etnográfico, Maia, Dezembro de 1999, [consultado em 1 de Setembro de 2003], disponível em [www:<2.ufp.pt/~slira/artigos/culturamaia99.htm>](http://www.2.ufp.pt/~slira/artigos/culturamaia99.htm)

_____, *Exposições temporárias em Portugal do Estado Novo: alguns exemplos de usos políticos e ideológicos*, [em linha], Colóquio Nacional da APOM, Lisboa, Novembro de 1999, [consultado em 1 de Setembro de 2003], disponível em [www:<2.ufp.pt/~slira/artigos/coloquioapomnov99.htm>](http://www.2.ufp.pt/~slira/artigos/coloquioapomnov99.htm)

_____, *Funções ideológicas dos museus portugueses: uma herança cultural*, [em linha], VI Congresso de Cultura Europeia, Pamplona, Dezembro de 2000, [consultado em 1 de Setembro de 2003], disponível em [www: <2.ufp.pt/~slira/artigos/vicongressodeculturaeuropeiapamplona.htm>](http://www.2.ufp.pt/~slira/artigos/vicongressodeculturaeuropeiapamplona.htm)

_____, *Identidade territorial portuguesa sob o nacionalismo do Estado Novo: mensagens ideológicas nos museus e exposições temporárias*, [em linha], Jornadas da Cultura Saloia, Loures, Dezembro de 2000, [consultado em 1 de Setembro de 2003], disponível em [www:<2.ufp.pt/~slira/artigos/culturasaloia.pdf>](http://www.2.ufp.pt/~slira/artigos/culturasaloia.pdf)

_____, *Linhas de força da legislação portuguesa relativa a museus para os meados do século XX: os museus e o discurso político*, [em linha], V Colóquio Galego de Museus, Melide, Outubro de 1997, [consultado em 16 de Dezembro de 2002], disponível em [www:<2.ufp.pt/staf/slira/artigos/comunicacaoovcoloquiogalegodemuseus.htm>](http://www.2.ufp.pt/staf/slira/artigos/comunicacaoovcoloquiogalegodemuseus.htm)

_____, *Os museus e o conceito de património: a peça de museu no Portugal do Estado Novo*, [em linha], Congresso Histórico, Amarante, Abril de 1998, [consultado em 1 de Setembro de

2003], disponível em [www: <2.ufp.pt/~slira/artigos/osmuseuseoconceitodepatrimonioamarante.htm>](http://www.2.ufp.pt/~slira/artigos/osmuseuseoconceitodepatrimonioamarante.htm)